

FABIANO DOTTO

**FATORES QUE INFLUENCIAM A PERMANÊNCIA DOS
JOVENS NA AGRICULTURA FAMILIAR, NO ESTADO DE
MATO GROSSO DO SUL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MATO GROSSO DO SUL
2011**

FABIANO DOTTO

**FATORES QUE INFLUENCIAM A PERMANÊNCIA DOS
JOVENS NA AGRICULTURA FAMILIAR, NO ESTADO DE
MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Olivier François Vilpoux.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MATO GROSSO DO SUL
2011**

Ficha catalográfica

Dotto, Fabiano
D725f Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura
familiar, no estado de Mato Grosso do Sul./ Fabiano Dotto; orientação
Olivier François Vilpoux. 2011
113 f. + anexos

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011.

1. Agricultura familiar 2. Assentamentos rurais 3. Êxodo rural
I. Vilpoux, Olivier François II. Título

CDD – 338.1

FOLHA DE APROVAÇÃO

Área de concentração: Desenvolvimento em contexto de territorialidades

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento local em territorialidades de micro e pequenos empreendimentos

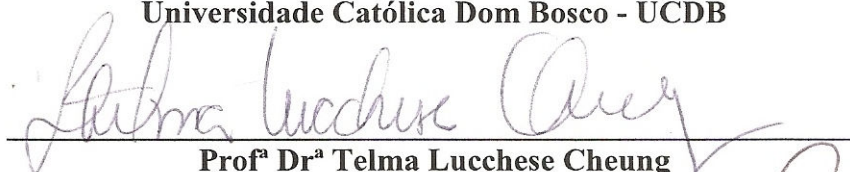
Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: __09__/_08__/_2011__

BANCA EXAMINADORA



Prof Dr Olivier François Vilpoux - Orientador
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB



Profª Drª Telma Lucchese Cheung
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS



Prof Dr Sergio Schneider
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Dedico esse trabalho a Deus e aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e seu filho Jesus nosso irmão pela graça de iluminar meu caminho nesse grande passo dado em minha vida.

Aos meus pais que amo muito, Teresa H. Dotto e Ismael L. Dotto os quais sem eles essa conquista não teria sido possível.

Ao Prof. Ricardo Luiz Silva Santos, meu orientador na graduação em administração em agronegócios, que por sua ajuda e incentivo consegui entrar no mestrado em desenvolvimento local usando como base de projeto o tema de minha monografia.

Ao Prof. Msc. Michel Ângelo Constantino de Oliveira pelo incentivo prestado no início para entrada no mestrado me apresentando a professora Cleonice, então coordenadora do programa.

A Prof^a Dr^a Cleonice Alexandre Le-Boulegat pelo incentivo e oportunidade de participar em importantes projetos de pesquisa que permitiram minha permanência no mestrado.

Ao Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel por ter sido meu primeiro orientador e que mesmo não continuando o trabalho juntos muito me ajudou com suas reflexões.

Ao Prof. Dr. Olivier François Vilpoux, meu orientador que pela disciplina me ensinou a importância em se cumprir prazos, resultando nesta pesquisa que me atribuiu este título.

Agradeço também a Dona Élia do Assentamento Conquista pelos dias de pousada em sua casa regados a muito iogurte e queijo, que permitiram o andamento da pesquisa de campo.

A minha colega Cláudia pelo apoio no início da pesquisa me apresentando os assentamentos.

A minha namorada Miriam pelo importante apoio no dia a dia nessa frenética rotina e auxílio na pesquisa sempre que possível.

E a todos os demais agricultores familiares e professores que contribuíram de alguma forma para esse objetivo.

“Eu sou aquilo que consegui fazer com o que
fizeram de mim”.
Jean-Paul Sartre (1905-1980)

RESUMO

A agricultura familiar é responsável pelo abastecimento de alimentos às cidades. A pesquisa analisa os fatores que podem influenciar a permanência dos jovens filhos de agricultores familiares nos assentamentos rurais. A linha de pesquisa que orienta o trabalho é de Desenvolvimento local: Sistemas produtivos, inovação e governança. Para compreender a dimensão da realidade desses jovens foram utilizados os de agricultura familiar, histórico da reforma agrária e dos assentamentos rurais, do universo dos jovens no campo e do desenvolvimento rural como forma de explorar o potencial local. A pesquisa foi realizada em três assentamentos rurais do estado de Mato Grosso do Sul localizados próximos a cidades e com no mínimo dez anos de existência. Os assentamentos visitados foram o Campanário, no município de São Gabriel do Oeste, Conquista, em Campo Grande e Guariroba, em Terenos. Foram entrevistados dois grupos de jovens, aqueles que permaneceram no campo, com amostragem de 45 jovens, e os que não permaneceram, com amostragem de 37 jovens. Os resultados indicam jovens que gostam do campo, mesmo no caso daqueles que saíram. Entre as variáveis que diferenciam os dois grupos de jovens, o gênero é uma das principais, com as mulheres saindo mais. Frente às regras sociais que reservam as mulheres um papel principalmente doméstico, estas se concentram na educação, principal alternativa para atuar numa área que lhe conceda reconhecimento e autonomia. A origem dos pais é outra variável com influência no comportamento dos jovens, com os filhos dos sulistas que possuem maior tendência em sair que os filhos dos nordestinos. A renda familiar possui também um papel relevante na decisão de sair do filho. Nas famílias com maior conforto econômico, os jovens possuíam maior probabilidade de sair. Essa renda foi avaliada através o tipo de casa dos pais e a posse de um carro, elemento importante para facilitar os contatos com a cidade. A participação do jovem nas decisões econômicas e mercadológicas é outro aspecto considerado de grande importância para os entrevistados. O fato de se sentirem incluídos nas tomadas de decisões facilita a permanência no lote. Apesar da relevância da pesquisa, é importante considerar que o fato de todos os assentamentos avaliados possuírem acesso fácil a cidade pode ter influenciado os resultados obtidos. Pesquisas complementares deverão ser realizadas em assentamentos mais distantes de centros urbanos.

Palavras-chave: Êxodo rural – Assentamentos Rurais – Ruralidade – Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

Small family farming is responsible for the supply of food to cities. Without this kind of producers, economic disturbances could arise due to lack of supply, a situation that could be amplified by the exodus of young people to the cities. The research examines the factors that may influence the persistence of the young in small farming families of rural settlements. The line of research that guides the work and Local development: Production systems, innovation and governance. To understand the reality of these young producers were used the concepts of small family farming, history of agrarian reform and rural settlements in Brazil, the universe of young people in the countryside and rural development. The survey was conducted in three rural settlements in the state of Mato Grosso do Sul, South-West of Brazil. The settlements were all located near a city and were at least ten years old. The visited settlements were Campanario, in the city of São Gabriel do Oeste, Conquista, in Campo Grande and Guariroba in Terenos. Two groups of young people have been interviewed, one of young who remained in the field, with sampling of 45 people, and one of young who left for the city, with sampling of 37 people. The results indicate that young people like the field, even in the case of those who left for the city. Among the variables that differentiate the two groups, gender is one of the most important, with women having a bigger probability to leave for the city. Faced with the social rules that gave women a role mainly domestic, they focus on education, the main alternative to act in an area that will grant recognition and autonomy. The origin of parents is another variable affecting the behavior of young people. Children of people from South of Brazil were more likely to leave for the city than children of people from the Northeastern part of the country. Family income also has an important role in the decision to leave. In families with economic comfort, young people are more likely to leave. Income was assessed by the type of parents' house and possession of a car, which is important to facilitate contacts with the city. The participation of young people in the administration of the farm is another aspect which has to be considered. The fact that they feel included in decision making increase the probability to remain in the farm. Despite the relevance of research, it is important to consider the fact that all settlements studied have easy access to the city, which may have influenced the results. Further research should be carried out in settlements distant from urban centers.

Key-words: Rural exodus – Rural Settlements – Rurality – Rural Development

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Diferentes faixas etárias apresentadas em pesquisas sobre jovens no Brasil	23
Gráfico 02 – Distribuição da população por nível de educação, no Brasil em 2006.....	25
Gráfico 03 – Idade dos jovens, em função da permanência ou não no campo	37
Gráfico 04 – Número de jovens por sexo, em função da permanência ou não no campo...	38
Gráfico 05 – Região de origem dos pais e mães, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	41
Gráfico 06 – Nível educacional dos pais, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	42
Gráfico 07 – Nível educacional das mães, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	43
Gráfico 08 – Participação na associação do assentamento dos pais e filhos, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	43
Gráfico 09 – Importância atribuída a cada mecanismo de comunicação, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	44
Gráfico 10 – Hábitos de leitura dos jovens entrevistados	45
Gráfico 11 – Origem dos colegas com o qual os entrevistados se relacionavam melhor na escola, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	47
Gráfico 12 – Nível educacional dos jovens, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	47
Gráfico 13 – Nível educacional dos jovens entrevistados, por gênero	48
Gráfico 14 – O que os pais esperavam do jovem para o futuro profissional, na visão dos entrevistados, em função da permanência ou não no campo dos jovens	50
Gráfico 15 – Tempo que os jovens viveram no assentamento, em função da permanência ou não no campo	51
Gráfico 16 – Origem rural ou urbana dos jovens, em função da permanência ou não no campo	52
Gráfico 17 – Região de origem dos jovens, em função da permanência ou não no campo	53
Gráfico 18 – Religião dos jovens, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.....	53
Gráfico 19 – Frequência de ida na igreja, nas famílias dos jovens entrevistados.....	54
Gráfico 20 – Eventos festivos, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.....	55
Gráfico 21 – Lazer em família dos jovens entrevistados	55

Gráfico 22 – Bens materiais da família, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	58
Gráfico 23 – Estado da casa da família, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	59
Gráfico 24 – Nível de mecanização dos agricultores familiares, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	59
Gráfico 25 – Mão-de-obra não-familiar e arrendamentos, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	61
Gráfico 26 – Grau de participação do jovem no controle financeiro, de produção e comercialização do lote, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	62
Gráfico 27 – Proporção dos pais que cediam parte da propriedade para os filhos ou, caso não, proporção dos filhos que teriam gostado que os pais cedessem parte da propriedade, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	63
Gráfico 28 – Culturas produzidas no lote das famílias dos jovens entrevistados	65
Gráfico 29 – Produção no lote, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	66
Gráfico 30 – Ramo de trabalho dos pais e mães antes de entrarem no assentamento, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	67
Gráfico 31 – Predomínio entre pais e mães nas atividades externas a propriedade, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	68
Gráfico 32 – Atividades externas exercidas pelos pais e mães, depois da entrada no lote, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	69
Gráfico 33 – Atividade profissional dos jovens que ficaram no campo	70
Gráfico 34 – Áreas de trabalho onde os jovens atuaram fora da propriedade, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	71
Gráfico 35 – Áreas de trabalho onde os jovens atuaram fora da propriedade, em função do gênero	72
Gráfico 36 – Motivos pelos quais os jovens entrevistados não gostavam do trabalho no campo, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	73
Gráfico 37 – O que os entrevistados imaginavam que seus pais seriam se pudessem começar a vida novamente, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	74
Gráfico 38 – O que o jovem queria ser quando crescer, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	75
Gráfico 39 – Possibilidades de trabalho não-agrícola indicadas pelos jovens, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	76
Gráfico 40 – O que faltava para o jovem no campo, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	77

Gráfico 41 – Importância do assentamento ser localizado perto da cidade, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	78
Gráfico 42 – Qual a importância da carteira de trabalho, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	79
Gráfico 43 – Motivos da importância da carteira assinada, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados	80

LISTA DE ABREVIATURAS

CEASA – Central de Abastecimento de Alimentos

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FAO – Food and Agriculture Organization

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

VBP – Valor Bruto de Produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 DESENVOLVIMENTO	18
1.1 AGRICULTURA FAMILIAR	18
1.2 ASSENTAMENTO RURAIS	21
1.3 IMPORTÂNCIA DOS JOVENS NA SUSTENTABILIDADE DOS ASSENTAMENTOS	22
1.4 DESENVOLVIMENTO RURAL	28
2 METODOLOGIA	34
2.1 UNIVERSO E AMOSTRAGEM DE PESQUISA	34
2.2 QUESTIONÁRIO E VARIÁVEIS PESQUISADAS	35
3 RESULTADOS E ANÁLISE	37
3.1 IDENTIDADE DOS JOVENS	37
3.1.1 Família	40
3.1.2 Meios de comunicação	44
3.1.3 Educação dos jovens	46
3.1.4 Cultura	51
3.1.5 Lazer	54
3.1.6 Papel da identidade dos jovens na saída para a cidade	56
3.2 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS	57
3.2.1 Nível econômico	57
3.2.2 Poder de decisão	62
3.2.3 Papel das características econômicas na saída para a cidade	64
3.3 RURALIDADE	64
3.3.1 Pluriatividade	65
3.3.1.1 Diversificação	65
3.3.1.2 Tipos de atividade	67
3.3.2 Visão dos jovens sobre a vida e trabalho no campo	72
3.3.3 Importância da ruralidade para a saída na cidade	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	86
APÊNDICE	102

INTRODUÇÃO

O mundo rural, tanto as comunidades rurais tradicionais quanto os assentamentos de reforma agrária, enfrenta atualmente um desinteresse crescente dos jovens em permanecer na agricultura familiar. Pesquisas sobre o futuro social e econômico da agricultura familiar têm ganhado cada vez mais espaço, entre elas Abramovay *et al.* (1998), Brumer (2007), Carneiro (2007), Castro (2009), Dalcin e Troian (2009), Estevam (2007), Ferrari *et al.* (2004), Gaviria e Menasche (2006), Melucci (2007), Pereira (2004), Silvestro *et al.* (2001), Spanevello (2008) e Weisheimer (2009). A importância desses trabalhos pode ser explicada pelo fato dos agricultores familiares serem responsáveis por grande percentagem dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

No último balanço censitário, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2009) destaca, entre os principais alimentos na mesa dos brasileiros, que a agricultura familiar respondeu por 87% da produção de mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 50% da criação de aves, 59 % de suínos e 30% da bovina.

A segurança alimentar de um país representa a base do desenvolvimento econômico. Razões para essa preocupação foram divulgadas em nível internacional no relatório da CEPAL/FAO/IICA (2009), que destaca a falta de atenção dos governantes pela vida rural. O relatório ressalta a ausência de maiores investimentos e políticas direcionados as atividades do campo que proporcionem condições para o adequado trabalho agrícola das famílias. Essa situação representa um grande gargalo, pois a agricultura familiar demonstrou ter uma participação acima do esperado na produção brasileira. De acordo com o MDA (2009), a agricultura familiar é responsável por gerar um Valor Bruto de Produção (VBP) de 54 bilhões de reais, ou 38% do valor total do agronegócio, contra 62% para a agricultura considerada não familiar (patronal). Mais importante é o número de pessoas ocupadas na atividade. Segundo o MDA (2009) a agricultura familiar ocupa 15,3 pessoas a cada 100 hectares, contra apenas 1,7 pessoas da agricultura não familiar.

A agricultura familiar é responsável por manter alimentos à mesa das pessoas, através do abastecimento de feiras em vilarejos e distritos e das CEASAs nos grandes centros urbanos. Essa atividade é a garantia de renda para os pequenos produtores, além de seu sustento, com o consumo de parte do que produzem. Guanzioli *et al.* (2001) escrevem que o diferencial competitivo da produção familiar está na capacidade de gerar renda por unidade de trabalho, com baixa capitalização de recursos. Schneider (2009b) reforça que o potencial de gerar valor agregado na produção reflete no aumento de empregos produtivos. Essas razões evidenciam a importância do(a) homem/mulher no

campo para o equilíbrio econômico e social da vida na cidade. Uma atividade tão importante deveria, em teoria, receber atenção e incentivos a altura de sua contribuição.

Portanto, o que explica o crescente descaso e consequente diminuição do número de pessoas interessadas em continuar na agricultura familiar? Por um lado, a ascensão da modernização, que no Brasil culminou entre os anos 1960 e 1980, retrata o processo natural de êxodo rural em nome do progresso. Nesta época, dada à intensa exploração industrial nas metrópoles e os incentivos direcionados exclusivamente aos grandes latifundiários, a migração para as zonas urbanas foi inevitável. Esse fator ocasionou o inchaço dos sistemas econômicos locais e deu origem às favelas.

A questão do êxodo tem ganhado, aos poucos, a devida importância. A CEPAL/FAO/IICA (2009) observa que a migração da população rural para as cidades, especialmente dos jovens, somada a diminuição das taxas de natalidade no meio rural, têm gerado entraves ao desenvolvimento econômico rural dos países da América Latina e Caribe.

No Brasil, as estatísticas do meio rural, elaboradas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e publicadas pelo MDA (2008), indicam que entre os anos 1950 e 2006 a população rural sofreu um decréscimo de mais de 47%, sendo que mais da metade desse percentual pode ser observada entre 1980 e 2000. Essa evolução ocorreu coincidentemente no período de renascimento da república brasileira e fim do período ditatorial, e foi acompanhada pela criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a consolidação de inúmeros projetos voltados para a questão agrária, como o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Merece destaque a falta de interesse dos jovens de origem rural pela vida “no campo”. A desvalorização da vida no campo denota o interesse maior em permanecer na cidade para esses jovens de famílias rurais. A cidade é a promessa de futuro melhor, onde se encontram as oportunidades de trabalho e diversão. Para Abramovay (1998), as fronteiras entre o rural e o urbano estão muito diluídas e vários fatores diminuíram a distância entre essas realidades. Martins (2007) enaltece que nesse processo os jovens não estão excluídos, tão pouco incluídos, vivem uma realidade paralela, onde a ilusão do ideal urbano reside.

A consequência é a chegada nas cidades de uma grande quantidade de jovens com preparo insuficiente para competir no mercado de trabalho urbano, com reflexo notado no envelhecimento dos produtores da agricultura familiar. A falta de perspectivas de sucessores para o trabalho na terra gera o que se pode chamar de gargalos da agricultura familiar, com verdadeiros “asilos rurais”.

Afinal, como é possível gerar condições para que essas áreas rurais possam se auto-sustentar no processo sucessório? A resposta a essa pergunta passa pela compreensão do processo de formação das raízes históricas, os fatores endógenos e exógenos que influem na projeção do jovem na sociedade.

Logo, a lógica da pesquisa a ser realizada se baseia na preocupação da “manutenção hereditária ou sucessória” das áreas rurais ocupadas por agricultores familiares residentes em assentamentos rurais de reforma agrária. O que aconteceria se a agricultura familiar, no decorrer de algumas décadas, perdesse força de produção, dada à ausência de jovens dispostos a prosseguir esse processo no campo? Deve-se ressaltar que embora o número de agricultores, sobretudo familiares, vem diminuindo, a produção só tem aumentado em virtude do progresso tecnológico. Independente desta avaliação não se pode definir como será a participação dos jovens neste processo. Neste caso o que aconteceria, ou, que pessoas irão compor a agricultura familiar no decorrer de algumas décadas. Considerando a ausência dos jovens, como essa categoria, classe de produtores se manterá.

Esta questão leva ao objetivo da pesquisa, que visa analisar que fatores influenciam a permanência dos jovens na agricultura, ou na saída dessa atividade, seja migrando para a cidade, seja com a permanência no campo, mas com uma atividade não ligada a agricultura. Os objetivos específicos foram configurar a identidade dos jovens, com base nos aspectos de convívio e formação, na família, meios de comunicação, educação e trabalho. Em seguida, são avaliadas as características econômicas da família e visualizar os parâmetros de vida do jovem e sua participação nessa dinâmica. Por último procura-se estabelecer a ruralidade a que os jovens estão inseridos, a diversificação das atividades desempenhadas e sua visão sobre a vida e trabalho no meio rural.

Após a Introdução, o segundo capítulo apresenta a revisão teórica acerca dos conceitos que fundamentaram a pesquisa no âmbito da agricultura familiar e sua importância no Brasil. Em seguida é abordada a reforma agrária, a formação dos assentamentos rurais e breve história da luta dos movimentos sociais. A apresentação dos jovens no meio rural, que constituem o universo desta pesquisa, complementa a revisão bibliográfica. Apresenta-se também a noção de desenvolvimento rural, o que se entende por desenvolvimento, por rural e como se estabelecem as relações desse mundo com seu entorno. O terceiro capítulo aborda a metodologia de pesquisa, que descreve o que foi, como foi e quando foi a pesquisa nos assentamentos rurais selecionados para esse estudo. O quarto capítulo é a apresentação e a análise dos resultados, com apresentação dos valores comparativos entre os grupos de jovens.

1 DESENVOLVIMENTO

A construção teórica apresenta o universo conceitual que serviu de base para a elaboração das variáveis levantadas na pesquisa.

1.1 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é uma atividade onde os proprietários exercem o ato laboral com base na “propriedade familiar”. De acordo com a Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, também conhecida como Estatuto da Terra, a propriedade familiar é um:

[...] imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

Vale ressaltar que esse estatuto foi fundamental para a configuração do que é a agricultura familiar hoje. Como lembra Wanderley (2009), na criação do Estatuto da Terra o então presidente Castelo Branco destacou a mudança nas “estruturas agrárias” como resposta ao inchaço urbano decorrente da industrialização e conseqüentemente no aumento da demanda por alimentos. Num sentido muito próximo ao que o estatuto apresenta por “propriedade familiar”, porém mais aperfeiçoado, Lamarche (1993, p. 15) escreve sobre o estabelecimento familiar como “[...] uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados a família [...]”.

A partir da noção de Lamarche, somada a menção feita pelo ex-presidente Castelo Branco sobre as mudanças agrárias, Mota *et al.* (2007, p. 132) ampliam o campo da agricultura familiar escrevendo que a ela “[...] pode ser incorporada toda a população agrária [...] como os assentados, agricultores de subsistência, agricultores integrados, arrendatários, posseiros, meeiros, colonos.” Essas classes contemplam o universo da agricultura familiar. Os assentados são ex-arrendatários, ex-meeiros, ex-trabalhadores rurais ou urbanos que vêm na terra uma última forma de reproduzir os projetos de sua família (MACIEL, 2009). Os agricultores de subsistência são limitados, em razão de seus recursos, a trabalharem para produzir o suficiente apenas para suas famílias (PIETRAFESA, 2000).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado para financiar e investir nos agricultores adota a definição que consta na Lei 11.326 de 24 de junho de 2006, chamada também de “Lei da agricultura familiar”. A Lei indica, em seu Art. 3º, que o agricultor familiar:

- Não detenha área maior do que 4 módulos fiscais, critério que varia conforme região;
- Utilize mão-de-obra de forma predominante da própria família nas atividades desenvolvidas em sua propriedade;
- Tenha renda familiar principalmente proveniente das atividades exercidas na propriedade;
- Gere, com ajuda de sua família, as atividades econômicas da propriedade.

A agricultura familiar contempla um universo extremamente heterogêneo (BAUAINAIN *et al.*, 2003; GUANZIROLI *et al.*, 2001; MOTA *et al.*, 2007). Embora o contingente de perfis seja gigantesco, tentativas de se criar “tipologias” não faltaram. Entre as pesquisas que adotaram denominações tipológicas diferentes na agricultura familiar, é possível citar as da FAO/INCRA (1995, *apud* TONNEAU *et al.*, 2005) e de Guanziroli *et al.* (2001):

- Agricultura familiar “consolidada ou capitalizada” – são produtores com certo capital, suficiente para subsidiar sua produção, detendo infraestrutura e maquinário que lhes conferem boa produtividade.
- Agricultura familiar “de transição ou em vias de capitalização” – são produtores que devido a sua renda têm dificuldade no acúmulo de capital para investir em sua produção. Dependendo de suas condições, podem se consolidar ou sucumbir a descapitalização. Esses produtores mantêm apenas uma segurança quanto ao bem estar da família.
- Agricultura familiar “periférica ou descapitalizada” – esses produtores não possuem qualquer capital, tanto para produzir, como para manter segura sua família e recorrem geralmente a trabalhos assalariados, permanentes ou temporários.

Essas classificações expressam a visão de uma agricultura familiar hoje regada pelo mercado, ou seja, dada pela necessária integração ao capital. Essas tipologias foram formuladas com base no critério de renda dos agricultores. Tonneau *et al.* (2005) entendem que essas classes, ou tipos de agricultura familiar, contribuem para apontar quem será o “público prioritário” das políticas públicas voltadas para o meio rural.

Em discurso contrário a essas tipologias, Neves (2007) argumenta que é impossível mensurar o conceito de agricultura familiar a partir de parâmetros que atendam todos os aspectos inerentes ao mundo rural, sem distinções específicas. A autora entende que o conceito de agricultura familiar deve se relacionar com o “tipo” de unidade de produção que cada família adota. Para Neves, destacar algumas tipologias generalizantes é

tarefa impossível e altamente discriminatória, com o risco de marginalizar alguns agricultores familiares.

Pietrafesa (2000) lembra que originalmente a “diversificação” da produção sempre foi a estampa da agricultura de subsistência, fornecendo recursos necessários para a família sobreviver de sua produção. Hoje, a diversificação é também vista como uma “estratégia” de redução dos riscos na produção. O agricultor familiar prefere investir em várias culturas que arriscar uma safra inteira em apenas uma (BERGAMASCO e NORDER, 1996; BUAINAIN *et al.*, 2003; SOUZA FILHO *et al.*, 2004). O agricultor familiar geralmente adota dois produtos comerciais, que compõem mais de dois terços de sua renda bruta familiar, e diversas outras culturas para o consumo interno, seja para a alimentação, ou para a geração de insumos (BERGAMASCO e NORDER, 1996; SOUZA FILHO *et al.*, 2004).

Fato é que a agricultura familiar divide espaço com a agricultura de grande porte voltada para monocultura. A agricultura patronal, como é chamada hoje, é uma expressão que surge como eufemismo ao antigo título de agricultura capitalista (FERNANDES, 2001; GERMER, 2002). São vários os critérios que diferenciam as duas agriculturas, tais como o tamanho da área na década de 1980 e 1990, seguidos de outros mais determinantes como renda, mão-de-obra utilizada e relação com os recursos naturais (SCHMITZ e MOTA, 2008).

Uma pequena adaptação do quadro elaborado por Veiga (1996) apresenta a configuração da agricultura familiar de uma forma genérica, que resgata apenas alguns traços das tipologias apresentadas anteriormente para distingui-la da agricultura patronal (Quadro 01).

Quadro 01 – Comparação da Agricultura Patronal e Agricultura Familiar

Agricultura Patronal	Agricultura Familiar
<ul style="list-style-type: none">- Cultura de commodities- Gestão e organização centralizadas pelo produtor, mão-de-obra assalariada.- Necessidade de compra de insumos- Acesso a tecnologias de planejamento de produção e redução da mão-de-obra.	<ul style="list-style-type: none">- Cultura de produção diversificada- Integração da gestão e trabalho pela família.- Geração de insumos internos- Tomada de decisões <i>in loco</i>, com base na condição atual e imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: Cadernos de C&T da Embrapa, Agricultura e sustentabilidade, Veiga (1996, p. 396).

Na entrada deste novo século a agricultura familiar tem ganhado reconhecimento no processo de desenvolvimento rural brasileiro (SILVA, 2002). Fernandes (1999) comenta

que durante muito tempo o desenvolvimento do campo estava fundamentado no poder dos grandes latifundiários, ou na então agricultura capitalista. A reforma agrária deveria permitir o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento, que se fundamentaria na agricultura familiar. Martins (2000) contribui dizendo que a agricultura familiar deve ficar nas mãos daqueles produtores que lutaram e ainda lutam pela ressocialização de sua classe pela reforma agrária.

1.2 ASSENTAMENTOS RURAIS

A preocupação em produzir alimentos sempre existiu, principalmente no caso brasileiro. No entanto, a evolução histórica do país favoreceu o modelo capitalista de produção pelos latifúndios. Corazza e Martinelli Jr. (2002, p. 10) afirmam que “[...] no início da história econômica, a agricultura tinha por finalidade produzir alimentos, no final, seu objetivo passou a ser produzir dinheiro através da produção de alimentos.”

Essa inversão de papéis abriu espaço para os grandes latifundiários amparados pelo governo, em detrimento da já recatada presença dos pequenos trabalhadores rurais, que posteriormente se articulariam em movimentos sociais como os “sem terra” (FERNANDES, 1999, 2001; MEDEIROS, 2001). Segundo Martins (2009), a designação “sem terra” foi atribuída pelo senso comum e pela mídia, dissimulando todos os outros objetivos dos trabalhadores rurais, como o da simples conquista de moradia.

Em 1945 surgiu a primeira forma de organização na luta pela terra, na forma das chamadas “Ligas Camponesas”. Em 1979 teve início um movimento que se oficializaria seis anos depois como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (BERGAMASCO e NORDER, 1996; FELICIANO, 2006; FERNANDES, 1999, 2001), hoje reconhecido como o maior movimento social organizado do país (FERNANDES, 2008a; PLOEG, 2009). O MST passou de um movimento social puramente agrário para um movimento político nacional, agora na luta contra as desigualdades sociais do brasileiro (SOTO e MUSZINSKI, 2008).

A questão agrária é um problema territorial de caráter volúvel que se preocupa com a estrutura de produção e a concentração de terras no país (FERNANDES, 2001, 2007, 2008; MARTINS, 2000, 2007; NORDER, 2006). Em paralelo, a reforma agrária é a solução desse problema, alterando a estrutura fundiária do país, criando um espaço de ressocialização para os trabalhadores rurais sem terra (FERNANDES, 2008b; MARTINS, 2000; MEDEIROS, 2004), espaços denominados de assentamentos rurais (BERGAMASCO e NORDER, 1996).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o órgão responsável pela reforma agrária no Brasil. Em seu perfil institucional consta que a:

Reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção (INCRA, 2010).

O objetivo do INCRA com a reforma agrária é a consolidação dos assentamentos rurais (INCRA, 2009). Esses assentamentos representam não só a conquista dos trabalhadores rurais pelo direito a terra, mas também um espaço que irá garantir a segurança e a reprodução social da família (AQUINO, 1997; BERGAMASCO e NORDER, 1996; MEDEIROS, 2004). Os assentamentos rurais são novos espaços de vida e trabalho, de sociabilidade e reprodução familiar, e de produção e geração de renda, agora através da propriedade agrícola.

Os assentamentos rurais nascem geralmente pela força dos movimentos sociais, por invasões, ocupações e resistência (FELICIANO, 2006; FERNANDES 1999). Essas ações forçam o governo a fazer uma “intervenção fundiária” como explicam Medeiros e Leite (2004, p. 17) pela “[...] compra de terras, desapropriação de imóveis rurais ou mesmo utilização de terras públicas.”

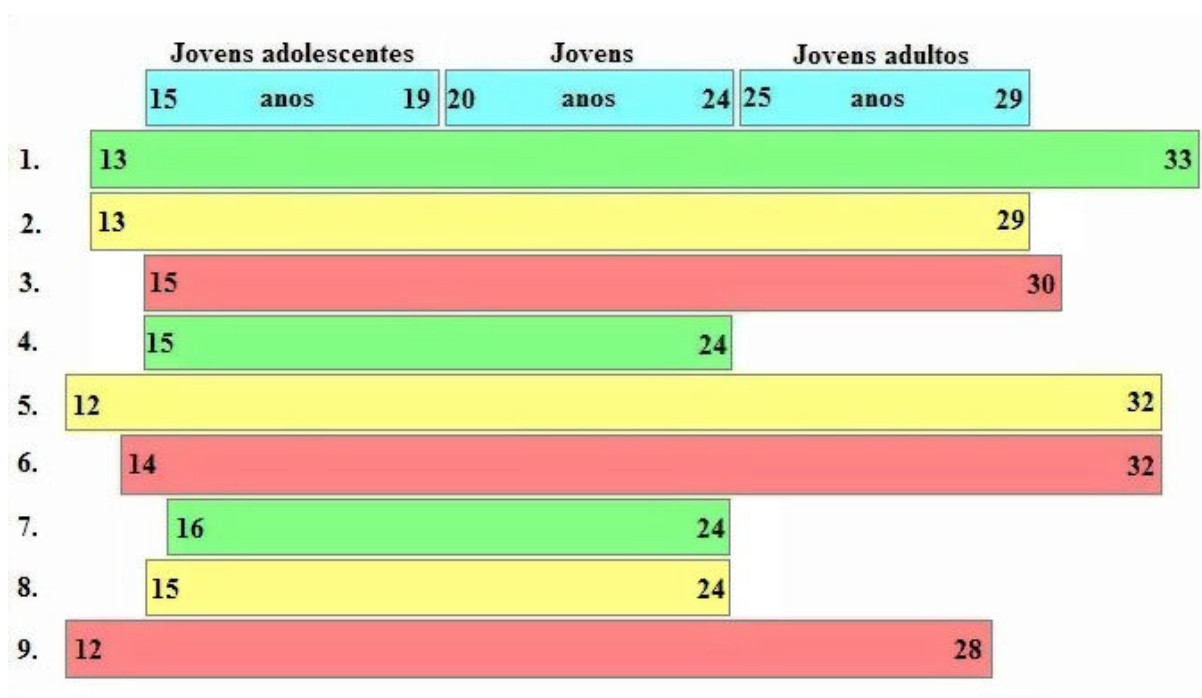
1.3 IMPORTÂNCIA DOS JOVENS NA SUSTENTABILIDADE DOS ASSENTAMENTOS

Os assentamentos rurais, como novos espaços de afirmação da agricultura familiar brasileira, enfrentam hoje um problema crescente e que vem ganhando mais atenção dos pesquisadores, a manutenção desses espaços quanto à sucessão na agricultura familiar pelos jovens. A relevância dessa questão está expressa na pergunta sobre quem garantirá a reprodução agrícola dessas áreas enquanto produtoras de alimentos caso não existam sucessores? Para discutir essas questões é necessário identificar conceitualmente quem é/são esse(s) sujeito(s), e o seu universo relacional.

Muito confundidos nos discursos científicos, os termos “jovens” e “juventude” não devem ser reduzidos a meras palavras denominadoras (CASTRO, 2005; GAVIRIA e MENASCHE, 2006). Os conceitos de jovens e juventude respondem a várias definições compreendendo uma profunda heterogeneidade (CASTRO, 2006, 2009; ESTEVES e ABRAMOVAY, 2007). Entre os critérios de definição da categoria jovem ou juventude tem-se como exemplo a fase de transição da fase infantil a adulta (DALCIN e TROIAN, 2009; GAVIRIA e MENASCHE, 2006; WEISHEIMER, 2005), também podem ser definidos como

um simples recorte etário (WEISCHEIMER, 2005) ou mesmo identificado por seu estilo comportamental, sempre associado a uma fase da vida problemática (CASTRO, 2004; WALDIE, 2004). São atribuições conferidas a uma categoria com mudanças constantes no seu processo de construção social (ESTEVES e ABRAMOVAY, 2007; PEREIRA, 2004; WEISCHEIMER, 2009).

Weisheimer (2009) define 3 faixas etárias do que entende ser o período de transição dessa categoria social, os “jovens adolescentes” – completam-se as mudanças fisiológicas, os “jovens” – maturidade biológica e social, e os “jovens adultos” – plena maturidade, consolidação profissional e início da constituição de família. Para demonstrar que há uma grande dificuldade em se adotar um critério específico, o Gráfico 01 apresenta as “faixas” de Weisheimer cruzadas com diferentes pesquisas sobre os jovens no Brasil:



Legenda: (1.) ABRAMOVAY *et al.*, 1998; (2.) SILVESTRO *et al.*, 2001; (3.) FERRARI *et al.*, 2004; (4.) PEREIRA, 2004; (5.) CASTRO, 2005; (6.) GAVIRIA e MENASCHE, 2006; (7.) ESTEVAM, 2007; (8.) BRUMER, 2007; (9.) DALCIN e TROIAN, 2009.

Gráfico 01 – Diferentes faixas etárias apresentadas em pesquisas sobre jovens no Brasil.

Deve-se ter em mente que os recortes etários apresentados no Gráfico 01 não foram definidos previamente nas referidas pesquisas. Isso pode ser explicado por Pereira (2004), sendo que cada pesquisador procurou respeitar as “especificidades” locais e regionais encontradas que determinam o perfil do jovem ou da juventude, de acordo com o

conceito que se preferiu adotar, e acima de tudo, do público disponível no ambiente de pesquisa.

A juventude expressa muito mais um período de vida que o próprio sentido de sujeito atribuído ao jovem enquanto indivíduo (DICIONÁRIO HOUAISS, 2009). Ao termo “jovem” é agregada a conotação “rural”. Logo, os jovens rurais são atores sociais filhos de agricultores familiares (GAVIRIA e MENASCHE, 2006). Também são conhecidos como jovens agricultores familiares, por residirem em uma “[...] unidade doméstica que também atua como unidade de produção agrícola [...]” (WEISCHEIMER, 2009, p. 22).

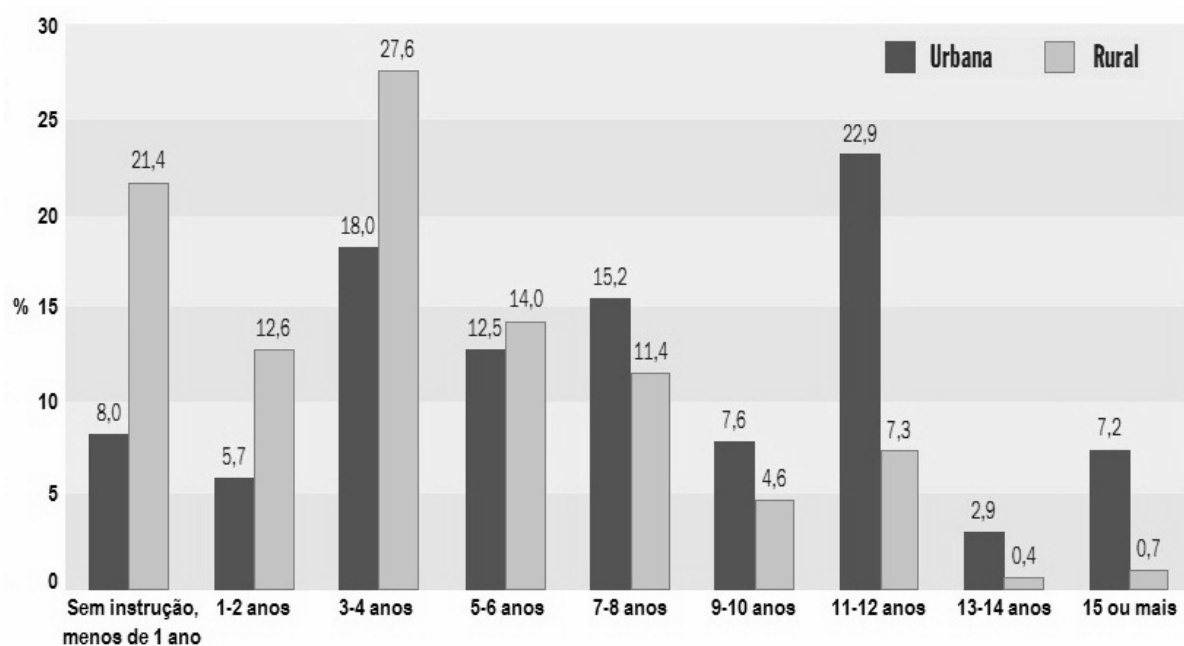
Considerando a vida na agricultura familiar, existem pequenos universos que contribuem para a formação da identidade dos jovens, o primeiro é a família. A família é o alicerce na formação identitária dos jovens, onde gera a primeira imagem do seu “eu” e do “mundo exterior” (SARTI, 1999). Assim, a família funciona como “eixo de referências” para a vida do jovem (SARTI, 2004). Com razão, Paulo Freire (2007) escrevia “meu primeiro mundo foi o quintal de casa”. Esse mundo constitui de uma unidade de produção, na já conceituada agricultura familiar, e nela os jovens aprendem o que é o trabalho.

A família é a esfera natural de existência no universo dos jovens, é a origem dos fatores intergeracionais. A partir daí surgem todos os fatores externos, que servirão de referenciais na construção de sua identidade, exemplo desses fatores, os meios de comunicação (SARTI, 1999). A televisão, o rádio, telefone e a internet são meios que encurtam a distância entre as diferentes realidades, no caso, entre o mundo rural e o urbano, permitem aos jovens se apropriar de elementos de outra ordem cultural (BRUMER, 2004; ESTEVAM, 2007; SARTI, 1999).

A próxima esfera de integração do jovem com a complexa realidade que o circunda é a escola. Nela o jovem começa a encontrar seu espaço de sociabilidade (CASTRO, 2005). Na visão dos jovens ir a escola é o primeiro passo para “sair de casa”. Para os pais essa ainda é uma esfera que está sob o controle deles, é a liberdade permitida de Castro (2005). No entanto, a escola constitui-se de duas vertentes de análise sugeridas em algumas pesquisas, sob os aspectos de:

- Formação – com um maior conhecimento adquirido, dependendo dos aspectos culturais metodológicos da escola e dos fatores intergeracionais, o jovem pode converter esse conhecimento para o campo, a fim de aperfeiçoar as técnicas de produção e comercialização. Ele pode também ampliar sua visão para as oportunidades fora do campo, no interesse de fugir da penosidade do trabalho rural (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999; CASTRO, 2005; ESTEVAM, 2007; FERRARI *et al.* 2004).

Isso implica, conseqüentemente, numa possível resposta a uma pergunta bem comum “por que o rural é visto como sinônimo de atraso?”. A ideia perpassa sobre o raciocínio dos próprios agricultores familiares e seus filhos de que “fica no campo quem não estudou” (NAIFF *et al.*, 2008; SPANEVELLO, 2008). Ou seja, a visão de que a educação é uma porta de saída do campo ainda é forte, principalmente entre as jovens mulheres, que diferentemente dos jovens homens não se submetem em mesma intensidade a atividades braçais pesadas. Mesmo a gestão da propriedade ou sucessão hereditária ainda é concedida impreterivelmente aos filhos homens, salvo caso em que esses não existam e a jovem mulher esteja disposta ao mesmo (ABRAMOVAY *et al.*, 1998; BRUMER, 2004; CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999; GAVIRIA e MENASCHE, 2006; WEISHEIMER, 2007);



Fonte: MDA (2008)

Gráfico 02 – Distribuição da população por nível de educação, no Brasil em 2006.

- Cultura – esse aspecto diz respeito aos elementos, símbolos e modelos que são reproduzidos na forma de ensino para os jovens rurais, seja pela configuração do ambiente escolar, pela formação e origem dos professores e do material didático adotado. Se em algum desses âmbitos internos existirem projeções da vida urbana, não que isso seja ruim, é importante para o jovem ter uma concepção do mundo. Vale ressaltar que quando não adequada a realidade local a educação destrói os eixos de

preservação da história, tradição e modo de vida do povo local (ESTEVAM, 2007; YAMIN e MELO, 2004).

E quando os jovens saem de casa para buscar trabalho? O trabalho pode ser a busca de independência financeira, sem precisar sair de casa, seja em um trabalho rural que não na propriedade de sua família, ou na cidade. O lazer nesses casos se mostra fator determinante para essa escolha (WEISHEIMER, 2009). É importante lembrar que, para o jovem, “ter dinheiro” confere a sensação de maioridade, de autoafirmação frente a seus amigos e familiares (BOURDIEU, 2003). O trabalho também pode ser uma forma de sair do campo para conquistar sua liberdade. E porque sair, se “trabalho” sempre haverá no campo? Castro (2005) destaca que os jovens não têm problema com a roça, mas com o trabalho na roça. É a velha história, os jovens desencantam com a vida no campo por causa do fatídico e penoso trabalho braçal (ABRAMOVAY *et al.*, 1998; SPANEVELLO, 2008). Os jovens têm na “saída” uma possibilidade de vida melhor, na visão deles (CASTRO, 2005). De toda forma, o trabalho é o instrumento mais poderoso de inclusão social que existe, por ele o jovem dá significado a sua vida (BAJOIT e FRANSSEN, 2007; PEREIRA, 2004). Por essa razão o jovem vai a busca do trabalho, o que lhe permite ser notado, ouvido, não se tornar “invisível” aos outros (ESTEVAM, 2007).

Vale destacar a controvérsia de Del Grossi *et al.* (2001) que argumentam que hoje não há mais um êxodo rural dos jovens, e sim um êxodo agrícola, uma legítima fuga do trabalho no campo. Wedig e Menasche (2009) confirmam essa afirmação, escrevendo que o campo para os jovens de hoje está se tornando cada vez mais o lugar ideal para moradia, e sua preferência quanto a trabalho e lazer está toda na cidade, o que reforça a observação de Abramovay *et al.* (1998) sobre o rural como lugar apenas de moradia. Se havia a preocupação com as áreas sem produção ocupadas por idosos, hoje a tendência parece se agravar ainda mais com os jovens desenvolvendo o mesmo raciocínio, do campo como um bom lugar apenas para se morar, preocupação reforçada na pesquisa de Camarano e Abramovay (1999). Nesse sentido Wedig e Menasche (2009) traduzem muito bem o desejo dos jovens de hoje, eles querem “[...] desfrutar o que o campo e a cidade têm de melhor para oferecer [...]”.

O êxodo, de acordo com o Dicionário Houaiss (2009), é uma emigração, a saída de pessoas em massa de um lugar para outro. Na história do Brasil esse fenômeno ocorreu primordialmente com os povos rurais nordestinos, a partir da década de 1950, em direção ao Sudeste e Centro-Oeste. No contexto nacional, a cada três pessoas do meio rural uma decidia sair (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999). Hoje não existe a mesma intensidade na migração, e a faixa etária das pessoas mudou. Na década de 50, tanto homens como mulheres que saíam do campo tinham entre 30 e 39 anos. Na década de 90, a faixa para os

homens era de 20 a 24 e 15 a 19 para as mulheres (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999). A abertura do meio rural ao meio urbano, pelos meios de comunicação, transporte, escola e trabalho, estão entre alguns fatores geralmente associados ao crescente êxodo dos jovens (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999). Logo, o vilão nessa discussão sobre sucessão é o êxodo rural. Vale lembrar a posição de Abramovay *et al.* (1998, p. 16) referente ao assunto:

[...] É urgente que o êxodo rural deixe de funcionar como o processo que ameaça fazer da reforma agrária um jogo de soma zero (ou negativa), onde os assentamentos realizados de um lado jamais compensam os “desassentamentos” sofridos do outro, como num tanque em que a força da torneira parece sempre menor que o poder de sucção do ralo.

Em 2002 Guanziroli reforçou a concepção de Abramovay *et al.*, destacando a indústria e os serviços urbanos como “fatores de atração” ao abandono do campo pelos jovens. Mas, não são apenas os fatores de atração que desempenham esse papel, existem também os “fatores de expulsão” traduzidos nas dificuldades da vida rural, principalmente relacionados ao trabalho duro (BRUMER, 2007).

A sucessão na agricultura familiar, portanto, não acontece mais de forma natural, ou espontânea, está se tornando cada vez mais a “última opção”, um fardo para os jovens (FERRARI *et al.*, 2004). Spanevello (2008) questiona sobre as condições econômicas e sociais necessárias para os jovens se tornarem dispostos a sucessão. Algumas pesquisas apontam que os filhos de agricultores capitalizados ou consolidados têm mais chances de ficar no campo por que não sofrem o mesmo desgaste que os agricultores familiares em capitalização ou descapitalizados (ABRAMOVAY *et al.*, 1998; SILVESTRO *et al.*, 2001; FERRARI *et al.*, 2004).

No entanto, outras pesquisas indicam que o nível econômico não é determinante para decidir se o jovem vai ficar ou não. O exemplo apresentado por Abramovay *et al.* (1998), mostra que em áreas de agricultores capitalizados os jovens saem por que têm condições de maior contato com a área urbana, seja para estudar ou lazer. Já em áreas com agricultores familiares descapitalizados, os jovens saem em busca de uma alternativa de renda, trabalho assalariado, seguido ou não do abandono dos estudos (BUAINAIN *et al.*, 2003).

Quando a saída pode ser considerada uma opção e quando é falta de opção? Filhos de agricultores capitalizados podem aderir ao trabalho dos pais pela atual condição de vida que desfrutam. Essa decisão funciona como uma projeção do que possivelmente apresenta uma opção de futuro. Já os filhos de agricultores descapitalizados não vêem outra saída a não ser o trabalho no campo, escolha tomada pela falta de opção (SILVESTRO *et al.*, 2001).

Quadro 02 – Matriz de comparação entre dois perfis de agricultores familiares, critério de renda e relação com o permanecer ou não dos jovens no campo.

Matriz		A	B
		Agricultores familiares (capitalizados/consolidados)	Agricultores familiares (não-capitalizados/consolidados)
1	Ficou	Vivenciam a boa experiência dos pais em sua propriedade, projetam para si a mesma experiência.	Não vêm perspectivas, geralmente associados à falta de instrução, não tem alternativa.
2	Saiu	A disponibilidade de recursos financeiros permite acesso a educação e lazer na cidade.	Buscam alternativas para não viverem o mesmo sofrimento dos pais no campo.

Fonte: Abramovay *et al.* (1998); Buainain *et al.* (2003); Ferrari *et al.* (2004); Guanzirolí *et al.* (2001); Silvestro *et al.* (2001); Spanevello (2008).

Como indicado no Quadro 02, a literatura indica uma ligação entre condição econômica e o fato dos jovens permanecerem ou saírem do campo. Tanto em famílias agrícolas capitalizadas, como nas descapitalizadas, é possível identificar jovens dispostos a ficar e a sair. No entanto, diversas outras variáveis devem ser consideradas, como a educação, moradia, proximidade da cidade, entre outros.

Os fatores que levam os jovens a “saírem” do campo, seja pela atração externa, ou pela expulsão interna, mas quais seriam os fatores de permanência desses jovens na agricultura familiar?

1.4 DESENVOLVIMENTO RURAL

Após a Segunda Guerra Mundial, discussões acerca de questões políticas, econômicas e sociais moldaram o conceito de desenvolvimento (NAVARRO, 2001; ORTEGA, 2007). Assim como o conceito de desenvolvimento, a globalização surgiu animada pela intensa industrialização pós-guerra (ALZATE, 2009), que deu origem a um novo mundo, o das “mercadorias”, onde a comunicação e o acesso à informação alteraram as concepções de espaço, diluindo fronteiras (CARLOS, 2004). Nesse sentido, o desenvolvimento poderia ser entendido como uma “[...] ampliação das possibilidades de escolha [...]” de produtos e serviços necessários a manutenção e bem estar das pessoas (VEIGA, 2001, p. 104).

Processos de mudança (HERMET, 2002) e transformações (FURTADO, 2003) expressam os fenômenos gerados pelo conceito de desenvolvimento, dada a dinamicidade com que os seres humanos criam novas necessidades (ÁVILA *et al.*, 2001). Nesse processo, as especificidades locais são respeitadas ou influem sobre os fenômenos gerados pelo desenvolvimento?

O local é a expressão das particularidades de um todo, das relações sociais e de regulação dos mecanismos que animam o cotidiano das pessoas (TEDESCO e TREMEA, 1998; CAMPANHOLA e SILVA, 2000). Contudo, o local compreende outros conceitos, como o espaço e o território, que determinam as possibilidades de um mesmo universo (ÁVILA *et al.*, 2001; BONNEMAISON, 2002). O espaço é um plano, artificial e indissociável, que corresponde a tudo que se anima humano e materialmente (SANTOS, 1999). Assim, o espaço está além do território, que por sua vez é dotado de identidade e tomado como lugar de segurança por onde as pessoas se retratam e personificam sua origem (BONNEMAISON, 2002).

Os efeitos da globalização obrigam certos conceitos a reordenar seu próprio sentido de aplicação. Uma reorganização foi exigida do local pelo global e a cumplicidade dessas esferas está em que nenhuma delas pode existir sem a outra. Enquanto no local nasce a identidade, o global é responsável pela sua constante adaptação, evolução e reformulação de conceitos (ALZATE, 2009; CAMPANHOLA e SILVA, 2000; HALL, 2006). Portanto, a conotação “local” agregada ao conceito de desenvolvimento, exemplifica essa nova necessidade de reformulação, como explica Abramovay (2001, p. 137):

[...] O adjetivo “local” sugere a insuficiência dos processos nacionais de crescimento econômico como condição necessária e suficiente ao processo de desenvolvimento: no plano local serão criadas as capacidades que permitirão que se ampliem as escolhas dos indivíduos. [...]

O desenvolvimento local surge sob várias visões: como descentralização das ações de projetos políticos, principalmente com apoio de Organizações Não-Governamentais (ONG) (NAVARRO, 2001), ou a partir da crescente preocupação do empresariado em conciliar questões econômicas, sociais, culturais e ambientais locais (DOWBOR, 2008). No entanto, conforme Ávila *et al.* (2001, p. 68-69), o desenvolvimento local só é possível através de um exercício constante que respeite os aspectos descritivos-fenomenológicos do local, ou seja:

[...] no efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus *status quo* de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma “comunidade definida” [...] no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos – incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar [...] e gerenciar [...] o aproveitamento dos potenciais próprios – ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade –, assim como a “metabolização” comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Portanto, o desenvolvimento local consegue adequar uma gama de funcionalidades na perspectiva global para o local, como exemplo de políticas públicas do nível nacional ao contexto regional e local (CAMPANHOLA e SILVA, 2000). Suas ações são de cunho territorial e não setorial, da mesma forma que são focadas as políticas públicas para o rural (VEIGA, 2003). Neste caso, o rural é concebido como trama territorial, representa um “local”, no qual os estudos sobre desenvolvimento recebem nomenclatura adequada e equivalente, o “desenvolvimento rural” (WANDERLEY, 2001a; 2001b).

Para compreender o desenvolvimento rural, é necessário entender essa nova conotação agregada, o “rural”. Vale ressaltar que existem muitas banalidades nos discursos científicos, como a confusão entre os conceitos agrícola e rural (JEAN, 2002). O agrícola e o rural não são sinônimos (SILVA *et al.*, 2002; VEIGA, 2004a), o primeiro está inserido no espaço do segundo (LOPES, 2003). Assim, o agrícola compreende uma atividade de exploração econômica, enquanto o rural se define como espaço, não podendo ser tratado como um setor, por que nele vários setores de atuação econômica estão inseridos (KAGEYAMA, 2003).

Pesquisas indicam o rural como sinônimo do natural, próximo ao que se entende por “natureza intocada”, atribuindo supostas escalas de ação antrópica no espaço, sendo o urbano então, o espaço artificializado (VEIGA, 2003, 2004b; WANDERLEY, 2008). No entanto, essa visão é criticada, considerada um “mito moderno” (DIEGUES, 2001), que reduz o espaço a mero “quadro físico inerte”, simplificando em demasia a realidade, no caso, o rural, tendo o risco de criar uma visão do espaço como mercadoria (CARLOS, 2004), transformando o rural em resíduo das necessidades do espaço urbano (KAGEYAMA, 2003). Essa assimilação gera mais um equívoco, associando o rural ao “atraso” (SILVA *et al.*, 2002), aspecto devido a historicidade de submissão do espaço rural ao urbano (CAMPANHOLA e SILVA, 2000; WANDERLEY, 2004). A própria natureza das atividades exercidas no espaço rural demanda pequenos contingentes de pessoas por unidades de trabalho, o que gera um atraso material dado aos aspectos tradicionais do trabalho, na visão urbana (GÓMEZ, 2001).

Contudo, o Brasil é mais rural do que se imagina (SACHS, 2001; VEIGA, 2003), o que torna essa visão de associar o rural ao atraso e o urbano ao moderno sem sentido (SCHNEIDER e BLUME, 2004). Suas realidades se difundem em muitos aspectos, dada a estreita relação e reciprocidade das necessidades que o rural tem para o urbano, e o urbano tem para o rural (CAMPANHOLA e SILVA, 2000; WANDERLEY, 2004). Dessa forma, tornou-se mais importante tratar o rural como um espaço diferenciado, tanto “território” de consolidação social, como “lugar” de edificação da vida e identidade das pessoas (WANDERLEY, 2001b, 2004). Há também tentativas de se adotar parâmetros internacionais para definir o rural a partir da densidade demográfica somada ao tamanho e localização do município sede (FAVARETO, 2009). No entanto, parâmetros quantitativos são limitados e criam generalizações. A conceituação do rural depende muito mais de considerar aspectos qualitativos, atrelados a sua localidade, assim como suas relações (SIQUEIRA e OSÓRIO, 2001).

É necessário se perguntar, como o território dos agricultores familiares se estabelece num espaço bombardeado por tantas variáveis? Essa resposta está no conceito de territorialidade, que corresponde justamente as relações do território com seu espaço, gerando uma dinâmica de comunicação entre os territórios no espaço (BONNEMAISON, 2002). No contexto rural, o discurso sobre territorialidade é revestido pelo de “ruralidade”. Esse conceito também surgiu para superar o discurso dicotômico sobre campo-cidade e rural-urbano (WANDERLEY, 2001a), em função de uma reorganização do espaço rural, que também é entendida como “resposta local ao processo de globalização” (COURTNEY *et al.*, 2001).

O conceito de “ruralidade” denota também como funciona a dinâmica em um espaço onde a realidade se constrói a partir de dimensões múltiplas (SCHNEIDER e BLUME, 2004), por tal razão também visto como um conceito plural (JEAN, 2002). Essa foi a nova ordem que a globalização impôs, onde as relações rural-urbano e campo-cidade não podem mais ser compreendidas separadamente (MARQUES, 2002), justamente por se tratar de um conceito de caráter territorial (ANJOS e CALDAS, 2008).

Logo, a ruralidade é conceito chave nos estudos do espaço rural, por conseguir mensurar a dimensão que existe antes de sua existência, a natureza (VEIGA, 2004b, 2005, 2006), e depois de sua existência, o urbano (WANDERLEY, 2001a, JEAN, 2002; MARQUES, 2006). Por essa razão o espaço rural possui múltiplas funções, (JEAN, 2002) como:

- Rural agrícola: forma tradicional de uso desse espaço para produção de alimentos;
- Rural natural: como reserva ecológica protegida pelo homem local;

- Rural turístico: onde justamente a ação de preservação gera nova forma de geração de renda.

Atribui-se a noção de multifuncionalidade ao espaço rural, no que concerne o conceito de ruralidade, sendo o espaço multifuncional, aquele que diz respeito propriamente às formas de uso do espaço (CARNEIRO e MALUF, 2005), seja este usado de forma tradicional pela agricultura, turismo ou artesanato (CARNEIRO e MALUF, 2005; MACHADO e CAUME, 2008). Assim, o rural hoje não se restringe a atividades puramente agrícolas (CAMPANHOLA e SILVA, 2000). Essas novas formas de uso do espaço rural surgiram tanto por alternativa de sobrevivência dos agricultores familiares, como forma de ampliar o escopo por aqueles com maior capital (CARNEIRO e MALUF, 2005; NEY e HOFFMANN, 2008; MACHADO e CAUME, 2004; MATTEI, 2007; NORDER, 2009; SACHS, 2001).

Denominadas como atividades rurais agrícolas e não-agrícolas, as quais não representam uma moderna discussão dicotômica, mas sim a realidade da nova economia rural (DEL GROSSI e SILVA, 2006; VEIGA, 2003; 2004a), tais atividades surgiram como forma de reprodução do modo de vida e segurança financeira dos agricultores familiares (MATTEI, 2007), consequentemente como forma de “[...] ressignificação de suas próprias funções sociais [...]” (WANDERLEY, 2001a, p. 97). As atividades não-agrícolas também incluem as atividades externas a propriedade, onde um ou mais membros da família se deslocam de sua propriedade para um emprego assalariado, seja como pedreiro em alguma obra no campo, ou vendedor na cidade (KAGEYAMA, 2003; SILVA *et al.*, 2002).

A esse conjunto de atividades é proposto o nome de pluriatividade, por compreender a diversidade de atividades econômicas que uma unidade de produção familiar pode desempenhar, tanto no âmbito de sua propriedade, como fora dela, a fim de preservar seu modo de vida rural (ANJOS, 2003; KAGEYAMA, 2004, 2009; MATTEI, 2007; SCHNEIDER, 2009a, 2009b, 2007; SILVA *et al.*, 2002). Essa situação caracteriza o “novo rural brasileiro”, com heterogeneidade de funções desempenhadas, tanto dos agricultores familiares como do espaço agrário (SILVA *et al.*, 2002; DELGADO, 2001; FERNANDES, 2003; MACHADO e CAUME, 2008).

A Figura 01 apresenta um modelo de ilustração sobre o funcionamento da nova dinâmica no espaço rural, com base nas teorias revisadas até o momento no contexto da ruralidade.

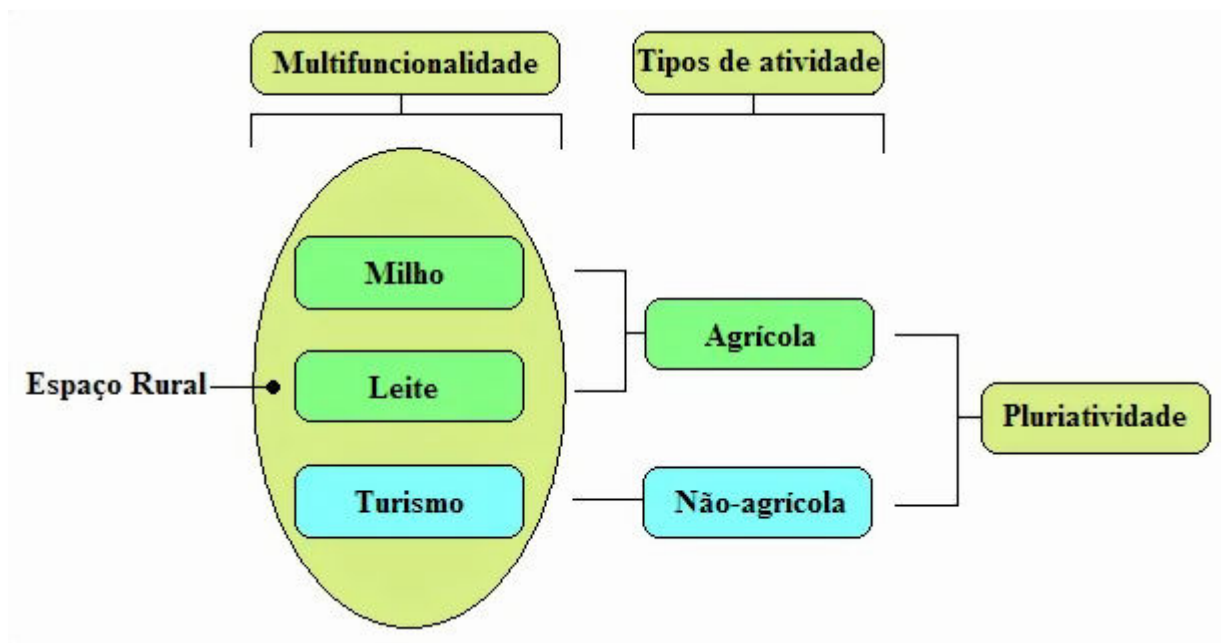


Figura 01 – Modelo de representação do conceito de ruralidade.

Fonte: Anjos (2003), Carneiro e Maluf (2005), Del Grossi e Silva (2006), Machado e Caume (2008), Mattei (2007), Scheneider (2007, 2009a, 2009b), Schneider e Blume (2004), Silva et. al., (2002), Veiga (2003) Kageyama (2003, 2004).

O que se entende por “Desenvolvimento rural” está muito além do mero desenvolvimento agrícola, pois com este critério considerado de forma isolada não se atinge o desenvolvimento rural (CAMPANHOLA e SILVA, 2000; KAGEYAMA, 2004; SILVA et al., 2002). O desenvolvimento rural atua por uma base territorial em seu espaço (KAGEYAMA, 2004; SCHNEIDER, 2009) e sua dinâmica é gerada pela diversidade de relações que os agentes locais articulam com fatores exógenos, que representa sua ruralidade.

Um processo de desenvolvimento rural que vise à sustentabilidade, não somente ambiental, como também das próprias condições de vida e alimentação de parte importante da população brasileira, passa pelo reforço dessas unidades familiares, o que pode não ter necessariamente um grande impacto na criação de novos postos de trabalho, mas seguramente tem um peso importante na manutenção das ocupações ainda existentes (LEITE, 2004).

2 METODOLOGIA

Quando não é possível responder plenamente a um problema, a pesquisa funciona como meio para tal (GIL, 2006), enquanto o método de pesquisa corresponde ao caminho em busca desse novo conhecimento (SEVERINO, 2007). O método adotado nesta pesquisa será o indutivo/comparativo. A indução investiga os fenômenos do particular ao geral, gerando leis. Já a comparação auxilia nesse processo, detectando aspectos comuns nessas equiparações, procurando explicar suas dissonâncias (MARCONI e LAKATOS, 2001).

A natureza da pesquisa é exploratória, dado que não se conhece a realidade local, tão pouco se tem dados sobre os residentes. A exploração não adota hipóteses, se concentra em desvendar os fenômenos locais da maneira mais precisa possível (CERVO e BERVIAN, 2002). Nesse sentido vale lembrar a célebre frase do poeta espanhol Antônio Machado (1875-1939) “caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar”. A pesquisa foi tanto qualitativa como quantitativa, que representa como afirmado por Severino (2007), a natureza das formas de abordagem metodológicas adotadas.

A coleta de dados foi realizada por documentos gerais; notícias, leis, estatísticas e documentos científicos, denominadas de fontes secundárias. Foi também realizada uma pesquisa de campo *in loco*, adotando questionário e entrevistas (fontes primárias).

2.1 UNIVERSO E AMOSTRAGEM DE PESQUISA

O universo da pesquisa é composto dos jovens filhos de agricultores familiares. Essa população foi dividida em dois grupos, um constituído dos jovens que permaneceram no campo com a família ou em outro lote que não o da família, e aqueles que migraram para a cidade. Neste grupo são incluídos os jovens que trabalham na cidade e moram no campo. O recorte etário adotado foi de 18 a 33 anos conforme referências encontradas na literatura.

Como descrito na Introdução, a pesquisa objetiva identificar os fatores que determinam a permanência ou não dos jovens na agricultura familiar. A pesquisa procurou respeitar as unidades territoriais (assentamentos rurais) e os diferentes contextos em que estão inseridos. Foram selecionados três assentamentos que desempenham diversas atividades agropecuárias. Para critério de análise comparativa todos tinham certo grau de consolidação, com no mínimo 10 anos de existência.

Os assentamentos visitados na pesquisa foram:

- Campanário, localizado na rodovia BR 163, Km 618 em São Gabriel do Oeste – MS, criado pelo INCRA. Esse assentamento possui 132 lotes com média de 18 hectares, suas atividades predominantes são o milho, soja e leite. Foram visitadas 46 famílias.
- Conquista, localizado na rodovia MS 080, Km 17 em Campo Grande – MS, criado pelo INCRA. O assentamento Conquista possui 67 lotes com média de 17 hectares, suas atividades predominantes são o leite e a horticultura. Foram visitadas 30 famílias.
- Guariroba, localizado na rodovia MS 262 em Terenos – MS, criado pelo Crédito Fundiário. O assentamento possui 25 lotes com média de 4,5 hectares, sua atividade predominante é a hortifruticultura. Foram visitadas 6 famílias.

Num primeiro momento, foram realizadas visitas em caráter de reconhecimento para identificação das famílias com filhos no assentamento ou que tinham saído para a cidade. Realizadas entre os meses de fevereiro e março de 2011, as entrevistas com os jovens que permaneceram no assentamento ocorreram logo após a identificação inicial. Os filhos que saíram para a cidade foram previamente avisados por suas famílias, a fim de não haver qualquer constrangimento ou sensação de desconforto na abordagem.

No total, foram realizadas 82 entrevistas, sendo 45 jovens que ficaram no campo e 37 que saíram. O objetivo inicial era realizar o mesmo número de entrevistas com os dois grupos de jovens. No entanto, foi mais fácil encontrar os jovens que ainda moravam no campo que aqueles que saíram para a cidade. As dificuldades e contratempos na localização de alguns jovens impossibilitaram atingir o mesmo número de indivíduos nos dois grupos. Na interpretação dos dados, tomou-se o cuidado de gerar os resultados de acordo com a amostragem de cada grupo.

2.2 QUESTIONÁRIO E VARIÁVEIS PESQUISADAS

Foi adotado um questionário semi-estruturado, com perguntas essencialmente fechadas, onde se procurou identificar e mapear a dimensão da realidade vivida pelo jovem. Para efeito de comparação entre as realidades vividas entre o jovem que permaneceu no campo e o jovem que migrou para a cidade foi adotado o mesmo questionário nos dois grupos (Apêndice A). Foi possível evidenciar os fatores que estavam mais presentes na vida de cada jovem de acordo com seu contexto. Vale ressaltar que os assentamentos selecionados localizam-se próximos a cidade, fator devidamente considerado na análise e

que facilita a relação do jovem entre campo e cidade. A proximidade com a cidade facilita também a comercialização, o que melhora a renda média dos assentados.

O questionário conta com um levantamento das características gerais para construção da identidade do jovem e de sua família. Após a caracterização, são explorados os aspectos inerentes à vida do jovem no campo, tais como os meios de comunicação disponíveis, o trabalho, dentro e fora do campo, a educação, os fatores de atração e expulsão do campo. Investigaram-se também as predileções do jovem sobre diversas utilidades na vida, como o lazer, distância entre o campo e a cidade, seguridade financeira atribuída a carteira de trabalho etc., e enfim a multifuncionalidade e pluriatividade do campo. Foram realizados testes *t* de *Student* para comparação das médias de amostras independentes e verificar a relevância das diferenças observadas nos resultados entre os jovens que saíram e os que permaneceram no campo.

O teste *t* foi selecionado em função do tamanho reduzido das amostras, principalmente no grupo dos jovens que saíram. Pela nomenclatura adotada na pesquisa, diferenças entre as médias altamente significativas foram aquelas com valor de probabilidade (*p*) inferior ou igual ao nível de significância (α) de 0,01. As diferenças significativas são aquelas com *p* inferior ou igual a 0,05 e as poucas significativas com *p* inferior ou igual a 0,1.

3 RESULTADOS E ANÁLISE

Na avaliação da relevância dos dados, o primeiro Item aborda a identidade dos jovens através as dimensões de formação, como a família, a presença dos meios de comunicação, educação, cultura e lazer. O segundo Item apresenta as características econômicas sob as dimensões do nível econômico das famílias e do poder de decisão e participação dos jovens na dinâmica econômica da propriedade. O terceiro e último Item trata da ruralidade sob os aspectos da multifuncionalidade e da pluriatividade. São abordados a visão e a vivência no campo e na cidade dos jovens.

3.1 IDENTIDADE DOS JOVENS

O objetivo desse Item é de identificar o perfil do jovem a partir de seus dados básicos. A idade foi o primeiro elemento a ser observado, onde o grupo que ficou é o que possui maior número de jovens na faixa de 25 e 33 anos, enquanto que no grupo que saiu predominava a faixa entre 18 e 25 anos (Gráfico 3).

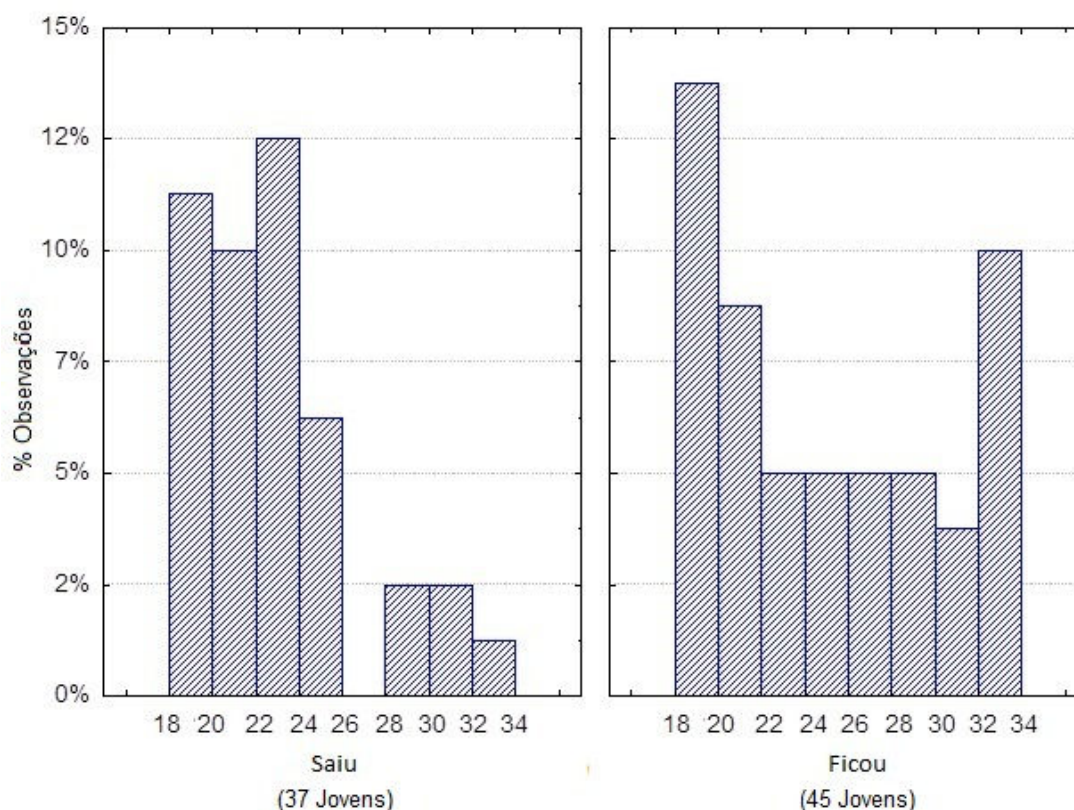


Gráfico 03 – Idade dos jovens, em função da permanência ou não no campo.

O recorte etário entre 18 e 25 anos foi identificado como fase de “ir a busca oportunidades fora”. Era frequente no discurso dos jovens justificativas como: “o trabalho é muito duro aqui”, “não existem oportunidades”, “vou estudar onde? Tenho que sair...” “na cidade é melhor...”.

Entre os jovens que ficaram, o número de entrevistados entre 26 e 33 anos soma um total de 19 indivíduos, sendo que destes, onze já tentaram a vida fora do assentamento e acabaram retornando, com ou sem família constituída na cidade, para dar continuidade ao trabalho dos pais no lote ou agregar alguma atividade ao mesmo. Um único caso foi detectado de jovem que saiu para estudar e retornou temporariamente para organizar o lote dos pais, para depois prosseguir com sua vida fora do campo, assim o mesmo garante.

Entre os jovens que ficaram e que tinham entre 18 e 25 anos, grupo com 26 indivíduos, nove ainda buscavam sua formação educacional e profissional. Portanto esse grupo de jovens possuem potenciais chances de sair do campo em busca de educação, ou não, dependendo de sua trajetória futura.

A idade média entre os jovens que ficaram era de 24,5 anos e entre aqueles que saíram de 22,5 anos. A análise do teste *t de student* indicou uma diferença significativa entre esses resultados, o que indica idade mais alta para os jovens que permaneceram.

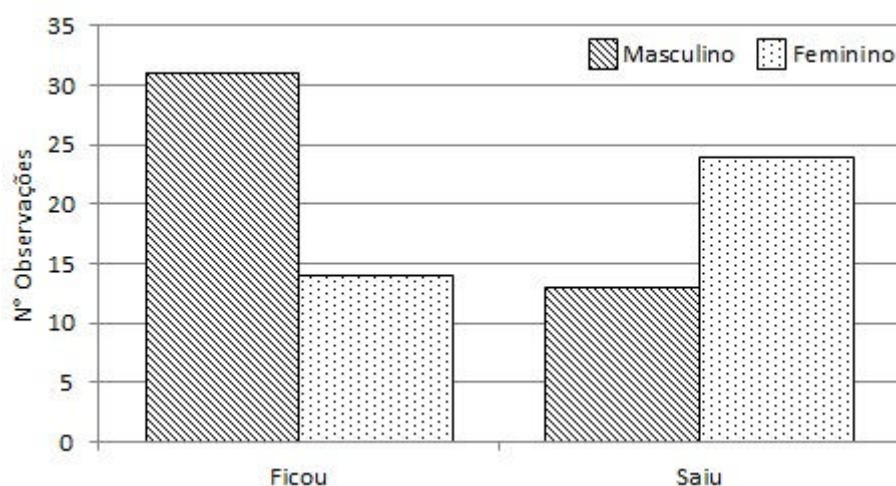


Gráfico 04 – Número de jovens por gênero, em função da permanência ou não no campo.

O Gráfico 04 identifica a predominância das mulheres no grupo que saiu, com apenas 35% de homens. E dos homens no grupo que ficou, onde os mesmos

representavam 69%. Essa diferença foi avaliada como muito significativa no teste t de *Student*.

Camarano e Abramovay (1999) afirmam que a “razão de gênero” é o instrumento estatístico mais importante nos estudos sobre êxodo rural. Por tal razão Brumer (2004) explica que:

[...] o processo migratório é seletivo por sexo e por idade, uma vez que a maior proporção de emigrantes rurais é do sexo feminino e essa defasagem ocorre mais acentuadamente entre os jovens de 20 a 25 anos.

A pesquisa apresentou resultados similares aqueles apresentados por Brumer. O último Censo Demográfico publicado pelo IBGE mostra claramente que no campo os homens são maioria, principalmente na região Centro-Oeste (Tabela 01).

Tabela 01 – População rural por gênero em valores absolutos e percentuais.

	Homem		Mulher	
	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%
Brasil	15.696.816	52,6	14.133.191	47,4
Centro-Oeste	861.719	54,7	713.412	45,3
Mato Grosso do Sul	190.416	54,1	161.370	45,9
Campo Grande	6.085	57,7	4.470	42,3
São Gabriel do Oeste	1.578	54,4	1.325	45,6
Terenos	5.490	55,6	4.381	44,4

IBGE – Censo Demográfico (2010).

A tendência das mulheres saírem mais revela o retrato de uma sociedade paternalista. Não significa que este seja o resultado da pesquisa, mas apresenta uma tendência significativa. Os jovens do sexo masculino são geralmente escolhidos pelo pai para aprender a lidar com a produção do lote, com o objetivo que o mesmo prossiga com a atividade quando se aposentar. Historicamente, o homem é a figura responsável pelo sustento da família. Trata-se de uma seletividade social por razão de gênero, como argumenta Brumer (2004). Para a autora a especialização e mecanização contribuíram para que o espaço da mulher no campo se limitasse exclusivamente a serviços domésticos. A posição de subordinação destinada às mulheres do campo limita sua presença para simples “ajuda” ao homem, anulando suas perspectivas pessoais e profissionais.

Camarano e Abramovay (1999) apontam algumas razões compatíveis com a pesquisa:

- Oferta de trabalho na cidade – principalmente no setor de serviços – o que destaca a condição de subordinação social e profissional da mulher;
- Sem chances de sucessão na propriedade, com exclusão total da herança a terra e busca de independência financeira (BRUMER, 2004);
- Formação educacional que auxilia a percepção da jovem mulher para oportunidades na cidade.

Muitas vezes a própria família cria o incentivo para que a moça saia em busca de outras oportunidades, em vista da impossibilidade da sucessão (ABRAMOVAY *et al.*, 1998). Em análise preliminar sob as variáveis de caracterização básica dos jovens, idade e gênero, observa-se uma masculinização do meio rural decorrente da pouca importância da mulher na unidade de produção, gerando um predominante êxodo rural juvenil feminino.

Quando se avalia a situação familiar dos jovens, 24,4% dos que ficaram são casados, contra 27% dos que saíram, diferença não significativa. Apesar de algumas informações levantadas na pesquisa indicarem que a mulher saia para casar, os números observados não revelaram qualquer tendência significativa nesse sentido. Dos jovens que ficaram, 29% tinham filhos, enquanto que essa percentagem era de 32,4% no caso dos que saíram. A média de idade das jovens mães que ficaram era de 27 anos e das jovens mães que saíram 24 anos. Em média, os jovens que ficaram no campo tinham dois filhos, enquanto que os que saíram apenas um. A dinâmica de vida na cidade e o custo de vida podem justificar a diferença apontada.

3.1.1 Família

Neste tópico são apresentados os principais aspectos de caracterização geral da família dos jovens entrevistados. A família apresenta a primeira noção da realidade aos jovens, princípios e valores adotados para a vida.

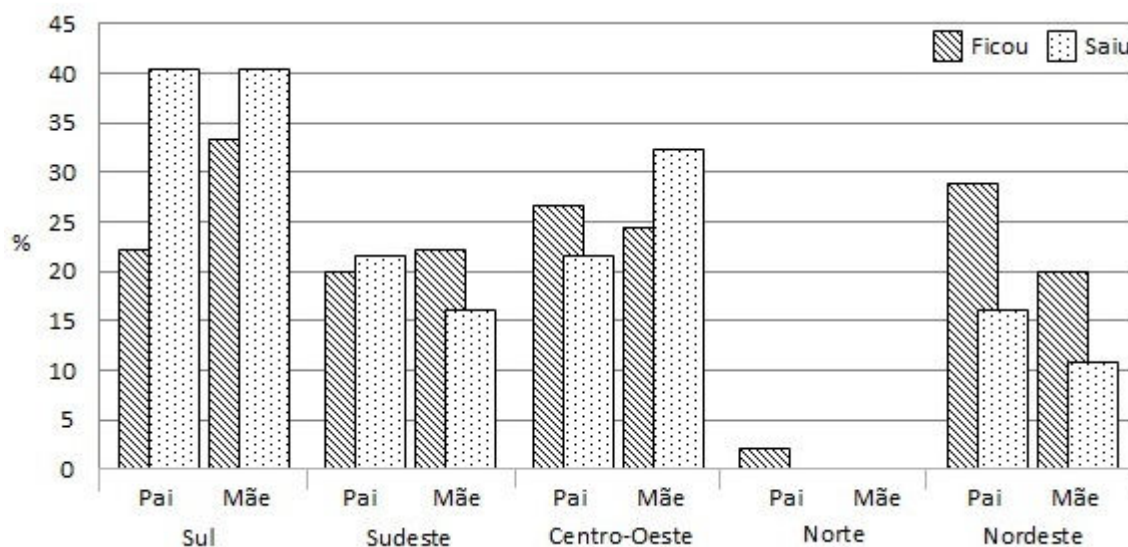


Gráfico 05 – Região de origem dos pais e mães, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

A pessoas provenientes da região Sul foi principalmente atraído pelo potencial agrícola do estado de Mato Grosso do Sul, em franca expansão nas décadas de 1950 e 1960 (HAESBAERT, 1997). De todas as famílias abordadas, 95,1% já estavam estabelecidas no estado antes de entrarem no assentamento.

A comparação de média pelo teste t de *Student* indicou que os filhos de pais sulistas saíram mais, enquanto os filhos dos nordestinos ficaram mais, em relação aos filhos dos pais de outras regiões. As diferenças nos resultados obtidos foram muito significativas para os pais originários dessas duas regiões. As demais regiões apresentaram níveis equilibrados de permanência e êxodo.

Os sulistas, também conhecidos genericamente como gaúchos, são em sua maioria descendentes de italianos e alemães, enquanto entre os nordestinos prevalece a origem africana e a cultura “caboclo-sertaneja”. Os trabalhadores do Sul eram mais qualificados que os nordestinos para os quais perdura a imagem de serem acomodados (HAESBAERT, 1997).

Os resultados indicam que o aspecto cultural da origem familiar possui influência sobre a forma como os jovens realizam suas escolhas. A região Sul do país é ocupada por um povo de traços culturais fortes, de origem européia, marcado por trabalhar em comunidade e ter bom nível de instrução. O povo do nordeste sofreu historicamente com a carência de recursos naturais e do interesse dos governantes em desenvolver a região.

Dessa forma sua imagem sempre se construiu a partir de pessoas que enfrentaram inúmeras necessidades.

Quando se considera a forma como as famílias dos jovens entraram nos assentamentos, é possível constatar que a maioria das famílias dos jovens que saíram teve sua implantação no assentamento através de movimentos sociais, enquanto que as famílias dos jovens que ficaram tiveram um número bem maior de entradas por sindicatos. No entanto, pesquisas complementares serão necessárias para confirmar essa informação, pois a diferença nos resultados obtidos não foi significativa.

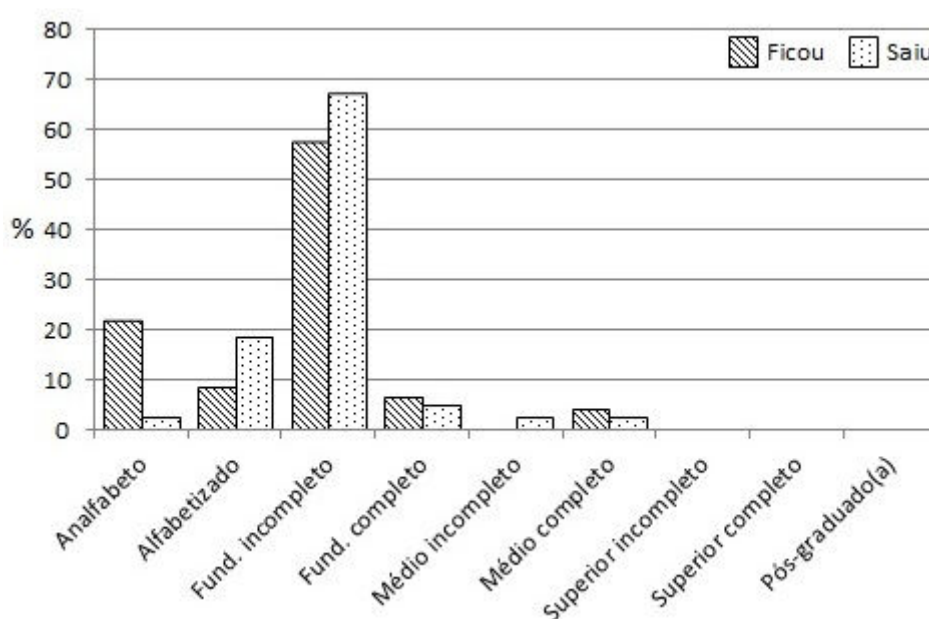


Gráfico 06 – Nível educacional dos pais, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

O teste t de *Student* indicou a ausência de diferença significativa na educação média entre os pais dos dois grupos de jovens entrevistados, com predominância dos indivíduos com ensino fundamental incompleto. No entanto, foi possível evidenciar um percentual de analfabetos muito maior entre os pais dos jovens que ficaram, ultrapassando 20%.

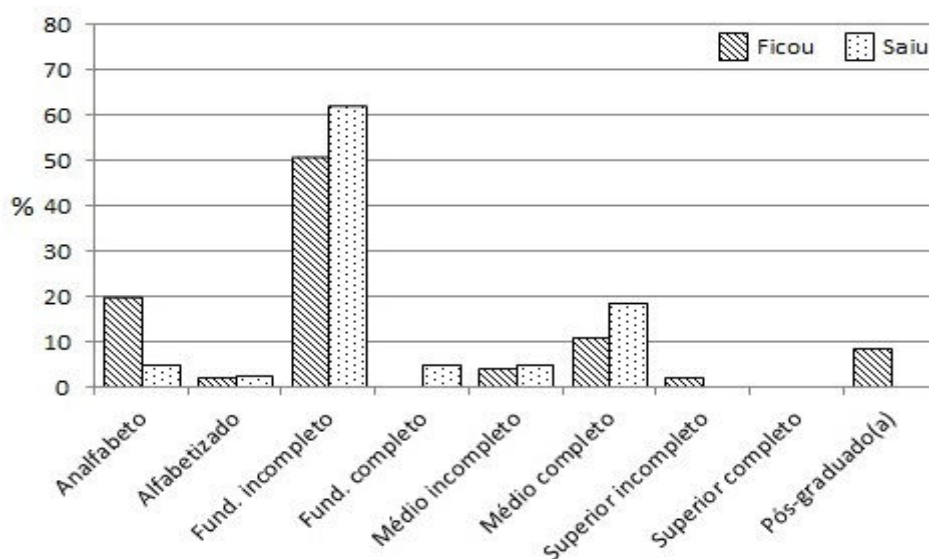


Gráfico 07 – Nível educacional das mães, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

Nas entrevistas realizadas, o nível educacional médio das mães foi superior ao dos pais, mesmo se a diferença não foi significativa. É possível identificar maior quantidade de mães nos níveis de formação extremos entre os jovens que ficaram, com a presença de 20% de mães analfabetas e 9% com pós-graduação. A mulher tem no seu papel a imagem da casa, da rotina dos serviços domésticos. De um lado identificam-se mães que aceitam essa posição na hierarquia dos membros da agricultura familiar. Do outro lado existem mães que tiveram a chance de maior estudo e encontraram alternativas para renda. Cito caso de uma agente de saúde local.

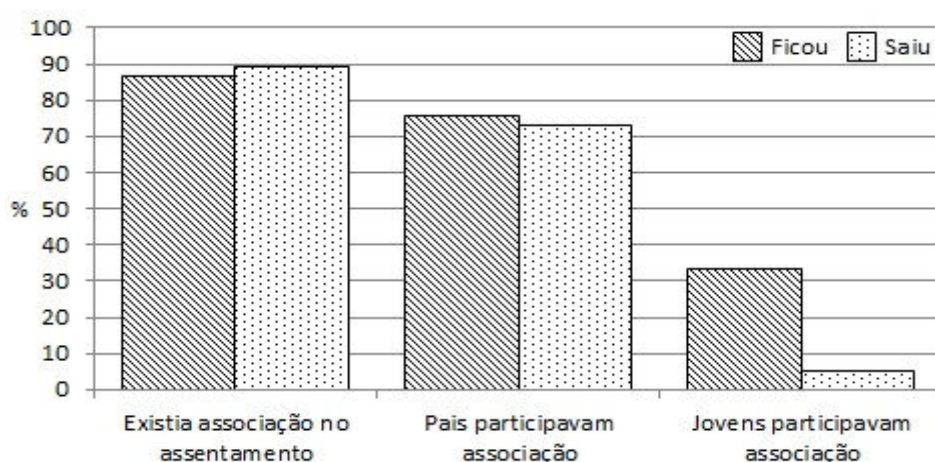


Gráfico 08 – Participação na associação do assentamento dos pais e filhos, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

O Gráfico 08 indica que o percentual dos jovens que saíram e que participavam de uma associação está muito abaixo daquele para os jovens que ficaram. Apesar dessa diferença não ser significativa, é importante saber que os jovens que ficaram tinham maior tendência em assumir compromissos com a comunidade. A associação transforma o agricultor familiar em um ator econômico e político na luta para preservar seu modo de vida (SILVA e BARONE, 2009).

3.1.2 Meios de comunicação

Neste tópico são apresentados os meios de comunicação acessados pelos jovens no campo, sua importância e que funcionalidades tiveram.

Os meios de comunicação são mecanismos importantes para difusão de informação. São as extensões do corpo humano, como definidos por McLuhan (1969), que permitem ao mundo ser visto, ouvido e vivido como numa pequena aldeia. Os jovens que vivem no campo incorporam esses mecanismos como forma de entretenimento, para estabelecer contato pessoal ou profissional e saber o que acontece “lá fora”, na cidade. São fontes de informações úteis tanto para a otimização do trabalho no campo, como para favorecer a saída para a cidade.

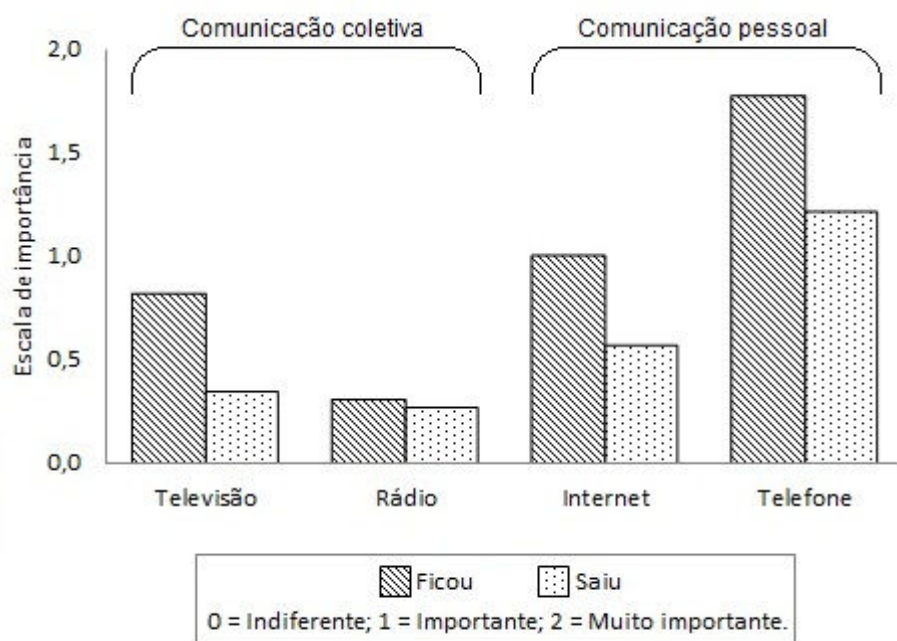


Gráfico 09 – Importância atribuída a cada mecanismo de comunicação, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

Os meios de comunicação pessoal, como internet e telefone, foram destacados como muito importantes principalmente para o jovem que ficou no campo. Telefone e internet representam meios que permitem ao jovem ter acesso a informações selecionadas, ao contrário dos mecanismos de comunicação coletiva que mais comumente reúnem a família na casa.

O jovem que permaneceu no campo está cada vez mais preocupado em ter acesso a meios que lhe permitam manter-se informado, como internet e telefone. Como o acesso a esses meios é mais difícil no campo, os jovens que vivem no meio rural acabam dando-lhes mais importâncias. A diferença se mostrou pouco significativa entre os dois grupos de indivíduos, o que dificulta as conclusões sobre a influência dos meios de comunicação.

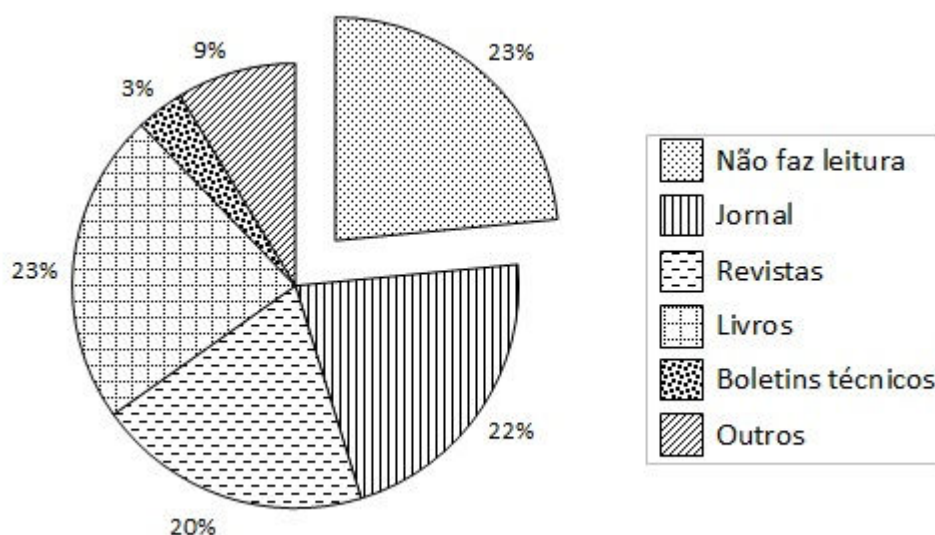


Gráfico 10 – Hábitos de leitura dos jovens entrevistados.

O Gráfico 10 indica uma grande percentagem de entrevistados com hábito regular de leitura, o que foi bastante surpreendente. As diferenças entre os resultados de cada grupo de jovens não se mostrou significativa. Dos jovens entrevistados que declararam ler, 57% de quem ficou e 66% de quem saiu lêem temas aleatórios, como notícias e entretenimento em geral (carros, novelas e sensacionalismo). Os que buscavam oportunidades de emprego somavam 10% dos jovens que ficaram e 16% dos que saíram. Quanto à leitura técnica ligada à produção e comercialização agropecuária, esta era praticada por 33% de quem ficou, contra somente 18% de quem saiu.

3.1.3 Educação dos jovens

Neste Item revela-se como foi a vida na formação educacional dos jovens do campo. Entender as relações dos jovens em seu período escolar ajuda a configurar o quadro de formação dos entrevistados.

O assentamento Campanário, no município de São Gabriel, possuía escola de ensino fundamental e médio, com adoção do modelo de educação do campo. No assentamento Conquista, no município de Campo Grande, existia uma escola fundamental, com ótima estrutura, mas que foi desativada pelo número reduzido de alunos. No período da pesquisa, as crianças frequentavam uma escola fundamental em área rural próxima ao assentamento. O ensino médio era oferecido numa escola em perímetro urbano. No assentamento Guariroba, município de Terenos, os jovens eram enviados para uma escola no perímetro rural de Campo Grande, onde era oferecido ensino fundamental e médio.

Os jovens entrevistados que permaneceram no campo demoravam em média 45 minutos para chegar na escola durante o ensino fundamental. No ensino médio demoravam cerca de 54 minutos. Quem saiu declarou que no ensino fundamental demorava em média 1 hora e no ensino médio 1 hora e 5 minutos para chegar a escola. Embora o grupo de jovens que saiu demorasse mais para chegar à escola, não há diferença significativa.

Tabela 02 – Localização das escolas fundamental e de ensino médio, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

(%)	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Ficou	44,4	55,6	40,5	59,5
Saiu	37,8	62,2	22,2	77,8

A Tabela 02 apresenta grande similaridade entre os dois grupos de jovens. Ambos tiveram grande contato com escolas na cidade, sem diferença significativa entre os resultados.

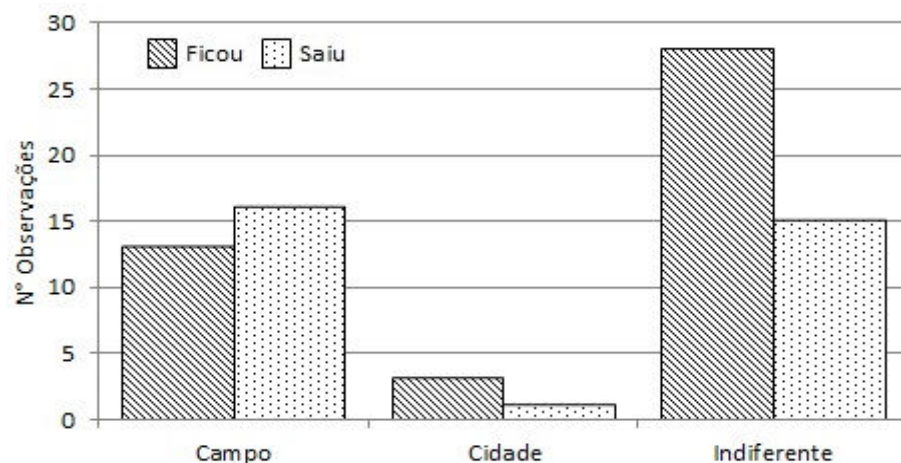


Gráfico 11 – Origem dos colegas com os quais os entrevistados se relacionavam melhor na escola, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

A grande maioria dos entrevistados, ou 92,7%, respondeu que teve colegas tanto de origem do campo como da cidade. Os resultados não apontam diferença significativa entre os dois grupos de jovens. Apesar dos resultados similares, é possível perceber que o grupo de jovens que ficou se mostrou indiferente na predileção pelo relacionamento a um grupo específico. Já os jovens que saíram responderam que tiveram relacionamento melhor com outros jovens do campo devido a compartilharem a mesma realidade e sofrimento, considerando que segundo relatado, anos atrás o preconceito era maior em relação aos assentados. Esses jovens indicaram que eram taxados indiscriminadamente como os “sem terra”.

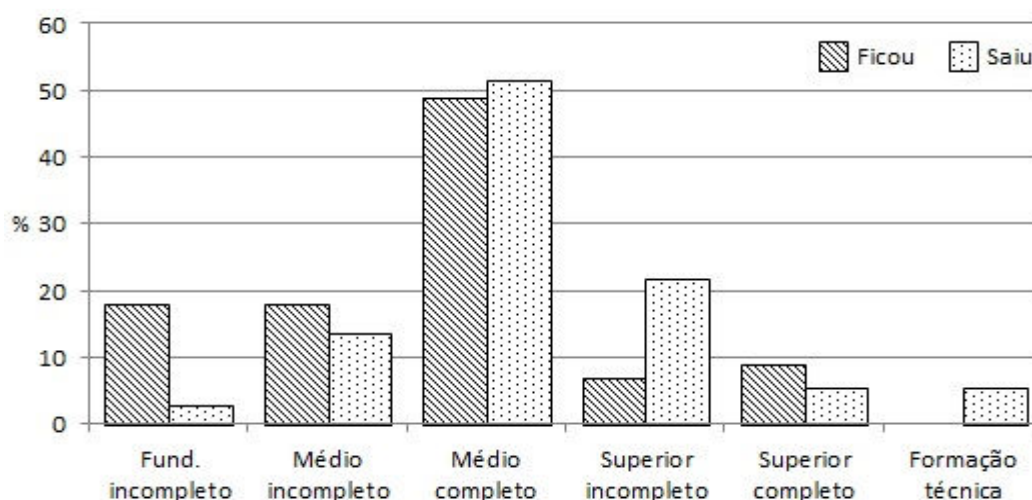


Gráfico 12 – Nível educacional dos jovens, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

Os jovens que saíram possuíam uma educação média maior aquela dos jovens que ficaram, mesmo se a percentagem de jovens com formação superior completa seja pouco maior no grupo que permaneceu no campo. Conforme o teste t de *Student*, os resultados entre os dois grupos apresentam uma diferença muito significativa. O nível educacional é elemento importante para a formação profissional dos jovens,

Uma minoria retratou, em comentários informais, que “para trabalhar na roça não precisa de estudo”. O fato dos que ficaram terem estudo mais baixo (menor nível de formação) pode corresponder a sua visão com o trabalho no campo, ressaltando que para trabalhar com a enxada não precisa estudar. Isso pode ser explicado pelo fato de que entre aqueles que ficaram, os homens são maioria (Gráfico 04). Como escreve Weisheimer (2007), o filho homem é quem acompanha a rotina de trabalho agrícola do pai. Assim, sua dedicação é toda voltada no “treinamento” para ser o futuro agricultor, em detrimento ao tempo dedicado aos estudos.

Apesar de uma formação média inferior, quase 10% dos jovens que permanecerem no campo possuíam formação superior completa e em torno de 7% superior incompleto. É possível visualizar um grupo de jovens que optou por permanecer com maior conhecimento, o que lhe propicia compreender melhor certos trâmites comerciais e facilita o emprego de tecnologia. Esses jovens visualizaram o campo como um meio potencial para ganhar a vida.

As moças aparecem com formação educacional maior que os rapazes no Gráfico 13. Verificando o nível de formação das mães dessas jovens, percebe-se que também possuem mais educação que os pais, logo, há uma diferenciação por gênero na formação educacional das pessoas do campo.

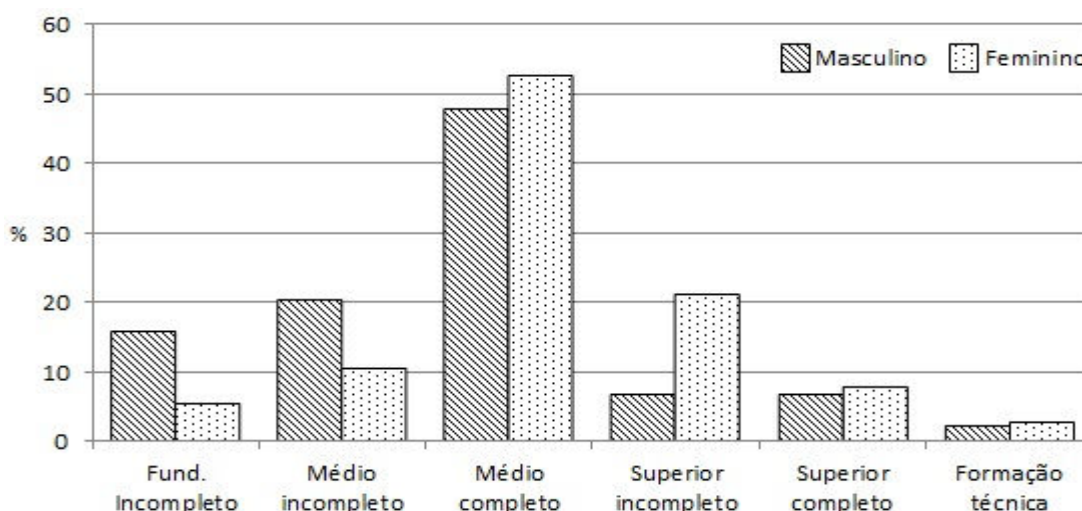


Gráfico 13 – Nível educacional dos jovens entrevistados, por gênero.

Da mesma forma que as mães em relação aos pais, as filhas possuem formação maior que os filhos. Entende-se que isso ocorre devido às jovens moças participarem menos do trabalho do dia a dia no campo e terem mais tempo disponível para estudar. Weisheimer (2007, p. 247) explica que:

O incentivo dos pais à escolarização das filhas tem a função de direcioná-las para outra atividade, privilegiando os filhos homens como sucessores dos pais na agricultura. [...] Neste caso, percebe-se que os filhos que ficarão na agricultura são construídos socialmente, assim como os que devem sair. O que chama a atenção é que estes últimos são, via de regra, as filhas.

Em dados do MDA (2008), que indicavam o nível educacional da população rural em função do gênero, os homens representavam 55% do grupo que inclui dos analfabetos até os indivíduos com ensino fundamental incompleto. No grupo com ensino fundamental completo até superior completo os homens somavam 47%. Esses resultados confirmam uma formação educacional maior para as mulheres em relação aos homens.

Dos entrevistados, 64,4% dos jovens que ficaram disseram não gostar de estudar, enquanto 81,1% dos jovens que saíram disseram que gostavam. A diferença entre esses resultados se mostrou significativa. Nesse caso os jovens que têm predisposição ao estudo tentam buscar alternativas para continuar nesse caminho, com maior probabilidade de se distanciar da agricultura familiar. Claro que existem salvos casos, jovens que saíram para estudar e regressaram, assim como já indicado no texto. Mas mesmo estes jovens não descartaram a possibilidade de sair em busca da construção de sua carreira profissional. Gostar de estudar, de frequentar a escola, representa uma mudança automática na perspectiva de vida e das possibilidades de trabalho para o jovem (NAIFF *et al.*, 2008).

Um nível maior de educação não implica necessariamente na saída do campo, apenas que a educação amplia a capacidade de percepção do mundo do jovem.

Apenas 9,8% dos entrevistados declaram que a educação não era importante para o trabalho no campo, sem diferença significativa entre os grupos. Entre as frases que destacam essa opinião é possível citar, entre os que ficaram, “não precisa estudar para o trabalho braçal, no pesado”, e entre os que saíram “a experiência é que manda na hora de trabalhar no campo”.

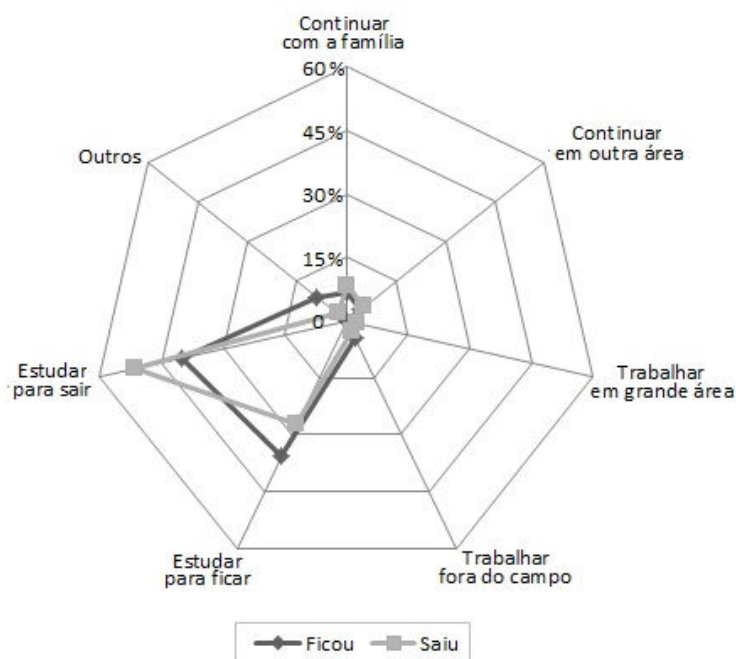


Gráfico 14 – O que os pais esperavam do jovem para o futuro profissional, na visão dos entrevistados, em função da permanência ou não no campo dos jovens.

Era de se esperar que os jovens que saíram associassem o desejo de seus pais em relação seu futuro nos estudos com a esperança de vê-los conseguirem uma vida melhor fora do campo. Embora metade dos entrevistados concordem com essa visão, houve outro percentual, onde quase 30% dos jovens que saíram indicaram que os pais deles queriam que estudassem para ficar. Logo, a maioria dos pais aceitava a idéia dos jovens saírem para estudar e na cidade construir suas vidas, mas, em contrapartida alguns pais ainda alimentavam o desejo de ver seus filhos imbuídos de boa formação fora, mas regressando para trabalhar ao seu lado na agricultura. Averigua-se que o desejo da família não foi um fator decisivo para a saída.

Quanto ao outro grupo de jovens, os que ficaram, observam-se no Gráfico 14 uma proporção similar entre aqueles cujos pais queriam que estudassem para ficar e aqueles que queriam que saíssem. Assume-se nesse caso que uma quantidade considerável de jovens acreditavam que seus pais desejavam que a educação lhes proporcionaria uma vida melhor fora do campo. É possível estimar que a família estivesse projetando uma imagem negativa da vida no campo. As razões para isso são muitas, mas o próprio desgosto dos pais com a atividade rural pode ser determinante.

Para os jovens foi perguntado se gostariam que seus filhos estudassem numa escola do campo. Entre os jovens que ficaram, 71,1% responderam que sim, contra 40,5%

para os jovens que saíram. Esse resultado indica uma diferença clara entre os dois grupos. Entre as justificativas ouvidas para esse desejo estão a segurança que a vida no campo oferece e a distância de más influências geralmente encontradas na cidade, elementos esses já bem conhecidos, principalmente por quem saiu.

3.1.4 Cultura

Neste tópico são apresentados aspectos que traçam a formação cultural dos jovens. Esses aspectos dizem respeito à origem, campo ou cidade, ao tempo em que viveu no campo, necessário para construção de laços e a religiosidade.

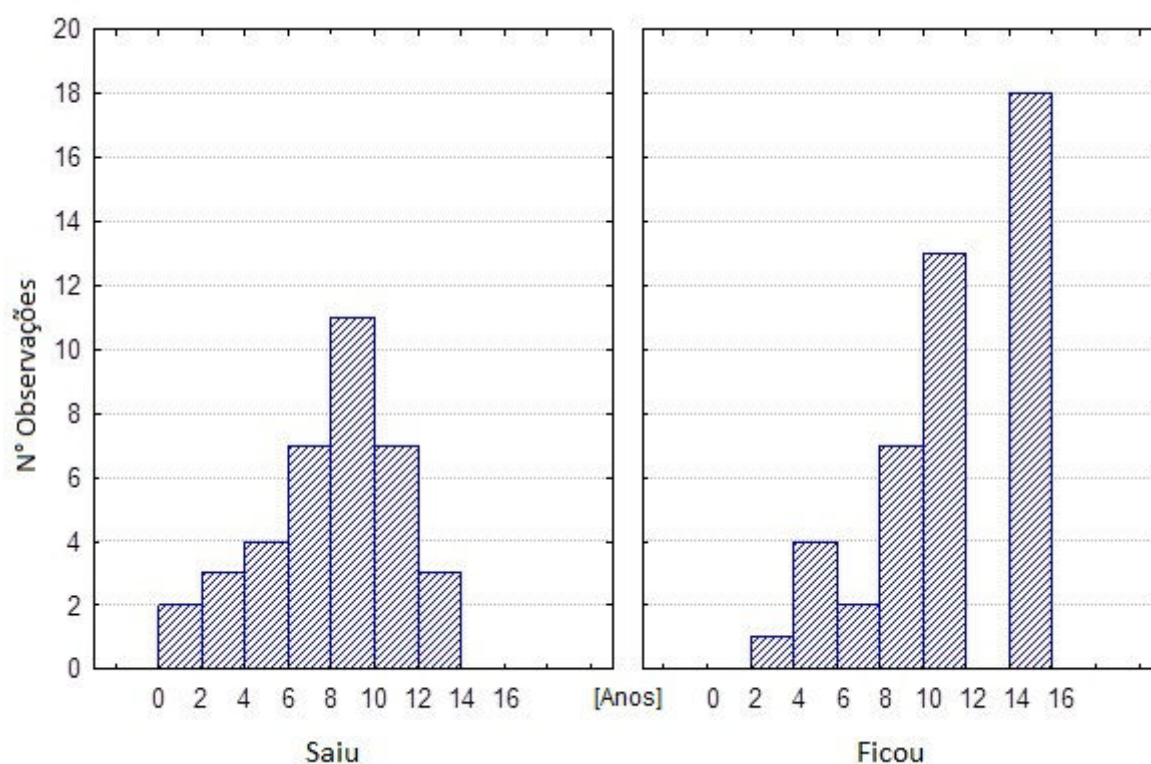


Gráfico 15 – Tempo que os jovens viveram no assentamento, em função da permanência ou não no campo.

O principal aspecto a ser observado no Gráfico 15 diz respeito a distribuição irregular de tempo de vida no assentamento entre os jovens que ficaram e que saíram. Essa variável apresenta uma diferença muito significativa com base no teste t de *Student* para comparação de média. O tempo médio de permanência no assentamento de quem ficou foi de 10,7 anos, contra 7,5 para quem saiu. Embora exista diferença, os jovens que saíram

viveram bom tempo nos assentamentos, ou seja, a vida rural é bem presente em seus traços comportamentais.

Tabela 03 – Tempo de moradia no assentamento dos pais dos jovens entrevistados:

(%)	Menos de 10 anos	Mais de 10 anos
Ficou	13	87
Saiu	5	95

As famílias dos jovens entrevistados já possuíam alguma trajetória histórica na agricultura familiar, assim como certa estrutura de vida e trabalho consolidada. A Tabela 03 indica que a quase totalidade dos jovens que saíram do meio rural vinham de uma família instalada a mais de 10 anos no assentamento. O tempo determina a experiência na atividade, considerando a trajetória das famílias. Assim, os filhos dessas famílias enraízam traços da vida rural e de seu trabalho. Em tese seus comportamentos, sua visão e interpretação do mundo são determinados por suas origens. Esse fato revela que, mesmo essas famílias com vidas construídas essencialmente na agricultura familiar, não determina a orientação final dos jovens sob que futuro escolher.

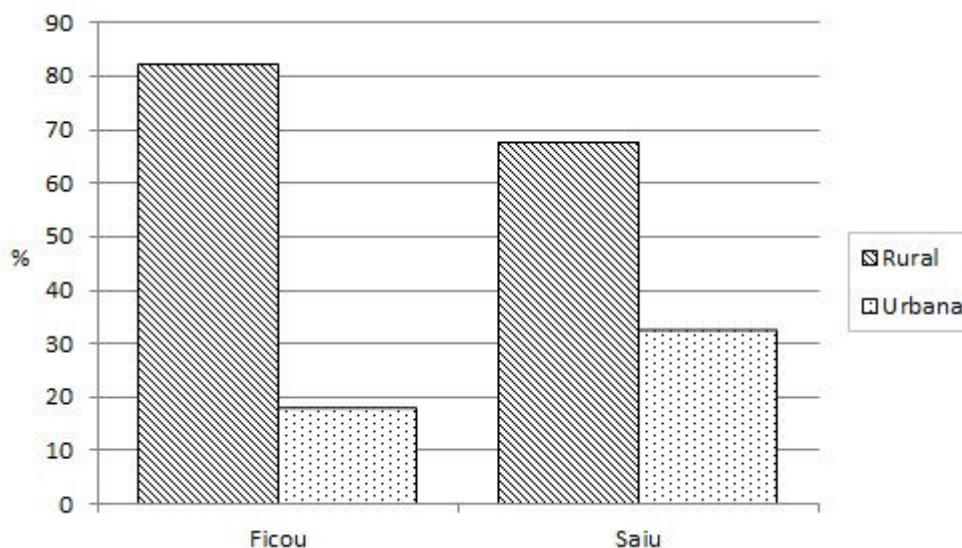


Gráfico 16 – Origem rural ou urbana dos jovens, em função da permanência ou não no campo.

Os resultados do Gráfico 16 indicam que não existe diferença significativa entre os dois grupos de jovens em relação a origem. No entanto, é possível observar uma tendência de uma percentagem maior de jovens originários do meio urbano no grupo que saiu. Essa origem pode contribuir para uma visão diferente da vida no campo.

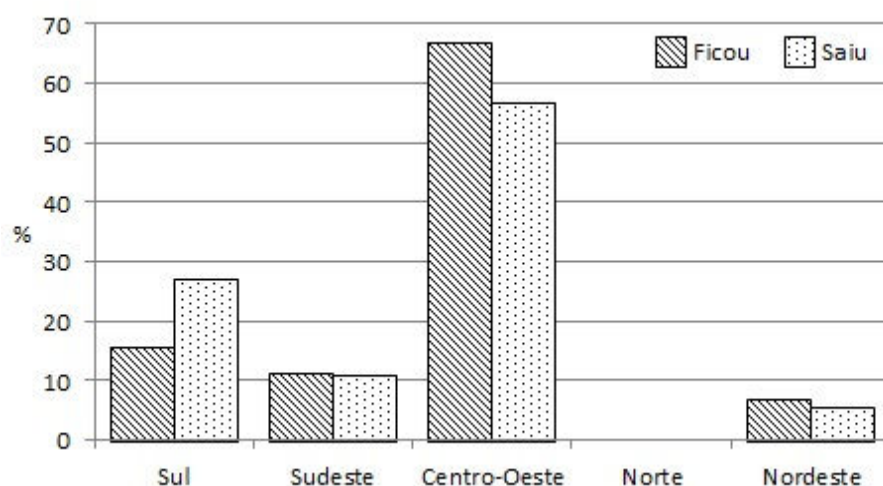


Gráfico 17 – Região de origem dos jovens, em função da permanência ou não no campo.

A maioria dos jovens era do Centro-Oeste, em contraste com seus pais que, pelo processo de migração, vieram em maioria da região Sul, Sudestes e Nordeste, para encontrar oportunidades de trabalho. Os resultados dessa variável não apresentaram diferença significativa entre os grupos avaliados.

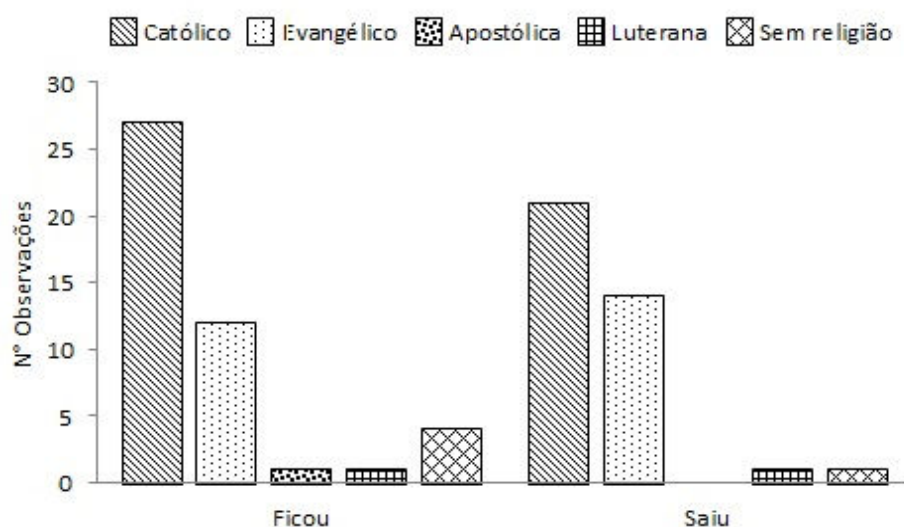


Gráfico 18 – Religião dos jovens, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

Conhecer a religião das famílias permite saber mais sobre seus costumes, a forma como pensam e lidam com determinadas situações. Esse conhecimento é importante para compreender o universo de vida dos jovens e que elementos influem nas suas decisões. Contudo, os resultados não apresentaram diferença significativa entre os grupos de jovens.

A maioria dos jovens praticava religiões que normalmente contam com uma igreja local. As igrejas são espaços de convívio social e comunicação muito importantes (PEREIRA, 2004). Entre os que ficaram, 75,5% afirmaram que sua igreja existia na comunidade onde moravam. Entre os que saíram, 86,5% declararam que existia sua igreja na comunidade.

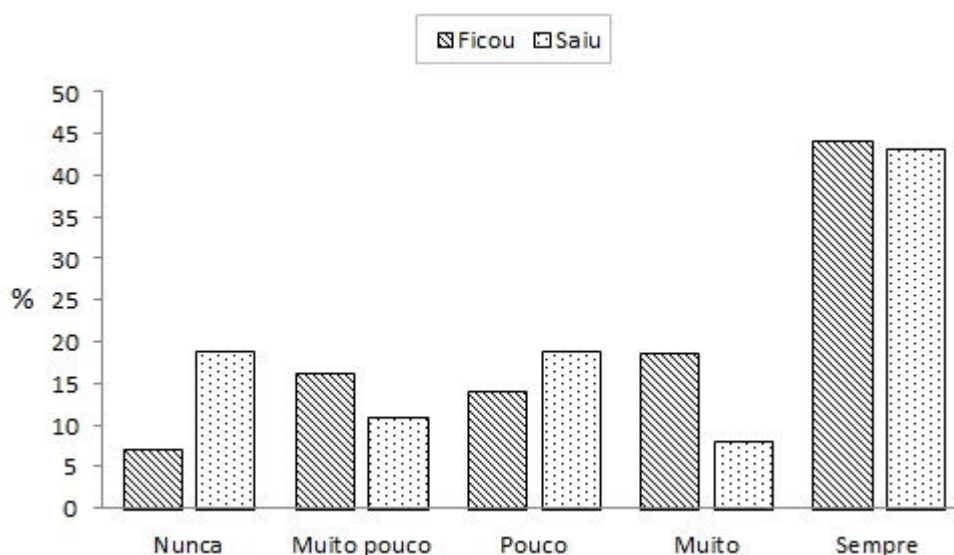


Gráfico 19 – Frequência de ida na igreja, nas famílias dos jovens entrevistados.

A crença faz parte de um modo de vida e também da formação dos jovens. A frequência de participação na igreja funciona como lugar onde se encontram pessoas da comunidade, onde geralmente se fortalecem vínculos de amizade. No entanto, os resultados nos dois grupos de jovens não mostraram diferença e nada pode ser concluído a partir dessa variável, que apesar de importante para o contexto de vida dos jovens não influenciou a decisão de saída ou não dos jovens.

3.1.5 Lazer

Neste tópico são apresentadas as dinâmicas de lazer dos jovens e em que atividades obtinham mais diversão.

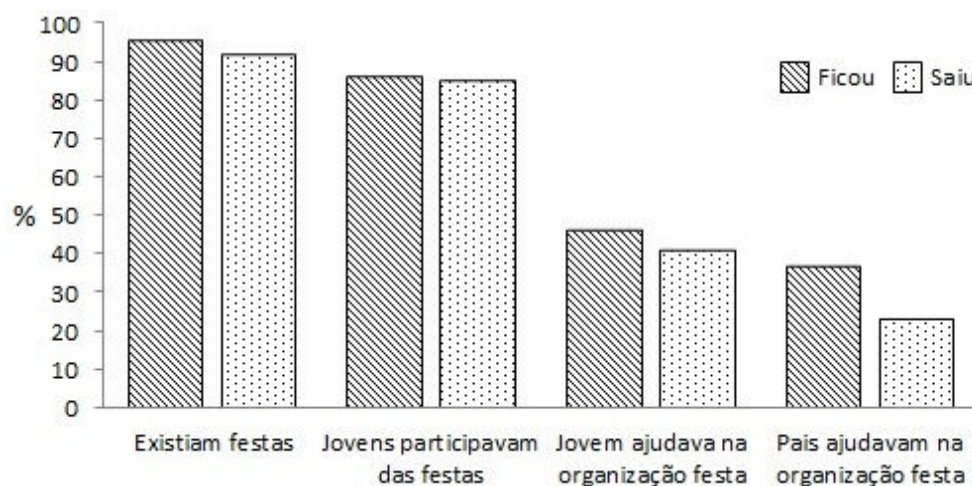


Gráfico 20 – Eventos festivos, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

Mesmo eventos festivos não conseguem agradar gregos e troianos. É um fator condicional. Por esta razão analisou-se o grau de participação na organização destas festas, tanto para os pais como para os jovens. As famílias que ajudam mais nessas atividades possuem maior tendência em se integrar a comunidade e são mais propensas a trabalhar em grupo. Contudo, a participação e organização se mostraram semelhantes entre os dois grupos, sem diferenças significativas.

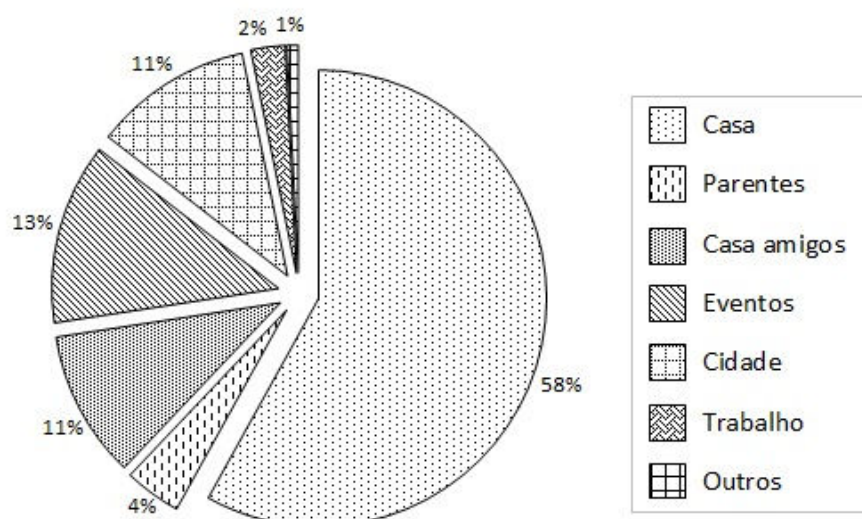


Gráfico 21 - Lazer em família dos jovens entrevistados.

O gráfico 21 apresenta as atividades de lazer mais comuns entre os jovens entrevistados enquanto viviam com os pais. O fato da maioria destacar a “casa” (família) como local onde passava a maior parte de seu lazer explica-se pelo perfil característico do povo do campo, sempre muito ligado às atividades caseiras onde se firma a unidade familiar. Não foram identificadas diferenças significativas entre os jovens, apesar das diferenças aparentes entre as preferências. Os jovens que ficaram preferiam o lazer com a família em casa, já os jovens que saíram optaram mais pelas festas e a cidade.

Foi também investigado o fato das famílias fazer compras na cidade. Entende-se que ir a cidade pode representar um passeio para os jovens, com a existência de muitas informações visuais, muitas delas que podem projetar sonhos. No entanto, a análise não indicou diferença significativa entre os grupos de jovens. Da mesma forma foi constatado sobre as atividades de diversão praticadas pelos jovens, entre fatores como, ir aos amigos, ficar apenas com a família, ficar na escola, ir a festas e ir a cidade, não houveram discrepâncias entre os grupos.

3.1.6 Papel da identidade dos jovens na saída para a cidade

Esse tópico agrupa as variáveis de identidade dos jovens que mais influenciam a permanência ou não dos filhos de produtores no meio rural. A seleção baseia-se nos resultados de comparação de média a partir do teste t de *Student*.

Quanto à caracterização geral dos jovens, a idade e o gênero mostraram possuir papel relevante. Na pesquisa foi identificado um número maior de jovens que ficaram na faixa de 26 a 33 anos, e entre os que saíram maior foi o número na faixa de 18 a 25 anos.

Os filhos possuem, na maioria dos casos, a preferência dos pais na hora de escolher alguém para lhe suceder no trabalho do campo, pois esses consideram que é mais fácil para o homem lidar com atividades braçais, maquinário pesado, tecnologia agrícola etc. Em consequência, é possível estimar que a presença de maior número de rapazes no campo se deve a escolha dos papéis hierárquicos na família. Se por essa razão o filho fica, a falta de opções da filha para seu futuro incentiva sua saída.

Essa situação pode explicar a identificação de um nível educacional mais elevado entre as moças. A alternativa para elas é de encontrar seu espaço fora do campo. Para isso, a jovem precisa de estudo para se adequar ao mercado de trabalho. A educação dos jovens apresenta também uma correlação positiva com o nível educacional das mães, o que revela grande influência de gênero neste aspecto.

Sobre a família destaca-se apenas uma variável relevante que diz respeito à região de origem dos pais, especificamente as regiões Sul e Nordeste. A análise de correlação dos dados indica também uma relação entre a região de origem dos pais e o nível educacional. Esses dados indicam que os sulistas possuíam maior educação que os nordestinos.

Quanto a formação cultural, a importância do tempo de moradia no assentamento foi significativa e mostrou que os jovens que permaneceram têm maior tempo de presença na propriedade dos pais. Na análise dos dados foi identificada uma correlação negativa entre tempo de moradia no assentamento e educação dos jovens. Essa correlação pode se explicar pelo fato que são os jovens de sexo masculino que permanecem mais no campo e que estes possuem educação média menor. O menor nível de educação pode fazer com que os jovens se sintam menos capazes de sair do campo, conforme Silvestro *et al.* (2001, p. 49) que afirmam que “[...] ou se estuda ou fica no campo [...]”.

3.2 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS

Neste tópico são analisados aspectos inerentes ao nível econômico das famílias, medido pelas posses materiais e ao poder de decisão do jovem no trabalho da propriedade.

3.2.1 Nível econômico

Foram considerados alguns aspectos de propriedade tais como imóvel, carro e dinâmica de uso da terra e de mão-de-obra externa. A partir desses dados foi medida a qualidade de vida da família e conseqüentemente do jovem, sendo possível visualizar a capacidade de suporte dos pais aos sonhos dos jovens.

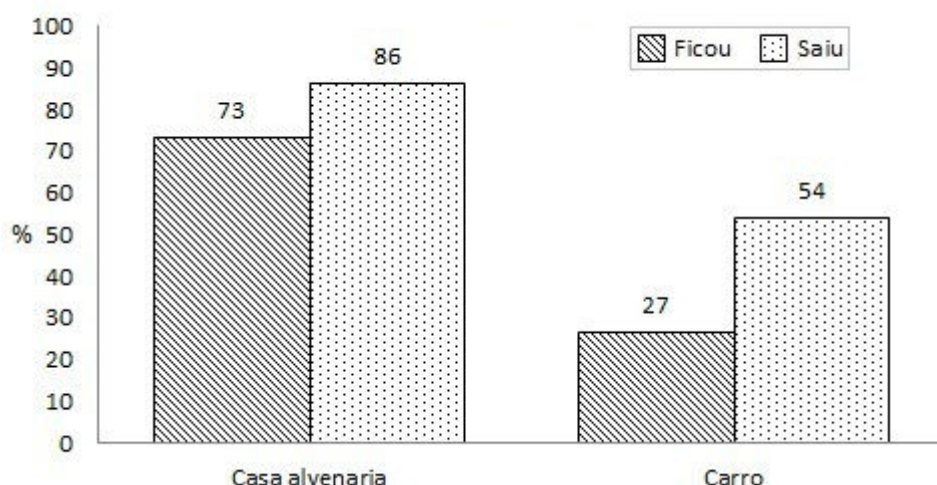


Gráfico 22 – Bens materiais da família, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

A condição de vida dos pais é um fator importante na orientação das escolhas que o jovem pode fazer. Conforme indicado no Gráfico 22 as famílias de jovens que saíram possuíam condição financeira patrimonial superior às famílias de jovens que ficaram. Conforme o teste t de *Student* de comparação de médias em relação ao tipo de casa, a diferença não foi significativa entre os dois grupos, ao contrário da posse de carro que se mostrou muito significativa.

O bem estar de vida determina o interesse do jovem pelo campo, mas também mostra a capacidade econômica dos pais, que influencia diretamente nas suas opções de vida. Levando em consideração a natureza, é comum entender que os pais desejam que o filho consiga algo melhor na vida do que eles. Os meios de transporte fornecem um elemento importante, a mobilidade. Por se tratar de assentamentos próximos a cidade, a distância até o meio urbano desaparece com a posse de um carro. A posse de uma moto não revelou nada significativo, além claro da locomoção interna a trabalho.

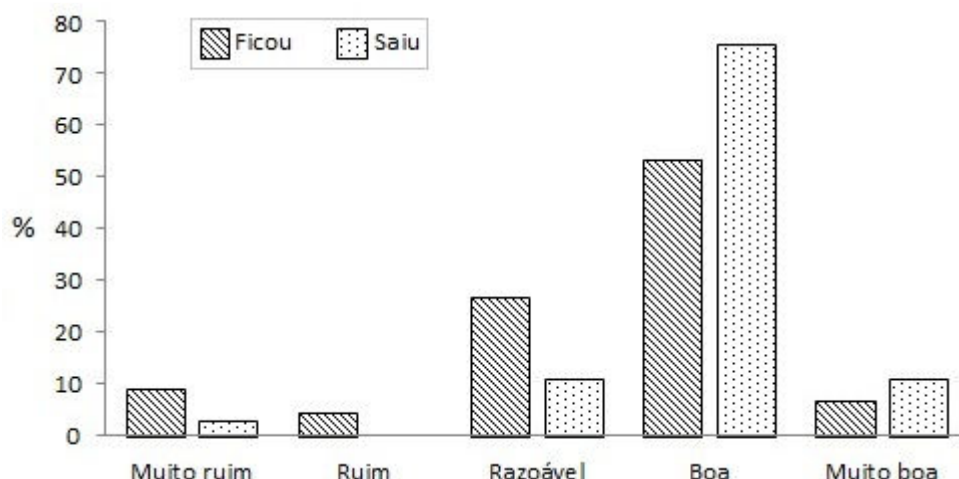


Gráfico 23 – Estado da casa da família, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

O estado estético e estrutural da casa de família de jovens que saíram foi considerado, na média, como melhor que para os jovens que ficaram. Nesse sentido o teste t apresentou uma diferença muito significativa. Numa média onde -2 era muito ruim e 2 muito bom, quem ficou indicou nota média de 0,0 enquanto que os que saíram indicaram 0,9. O estado da casa revela as melhores condições financeiras dessas famílias, o que pode ter contribuído na análise do sentimento de bem estar dos jovens. Na pesquisa de Silvestro *et al.* (2001) os autores identificaram que a precariedade da moradia era bem aceita pelos pais, ao contrário dos jovens, que se incomodavam com a aparência, e o fato de receber visitas de amigos e namorado(a) os deixavam constrangidos.

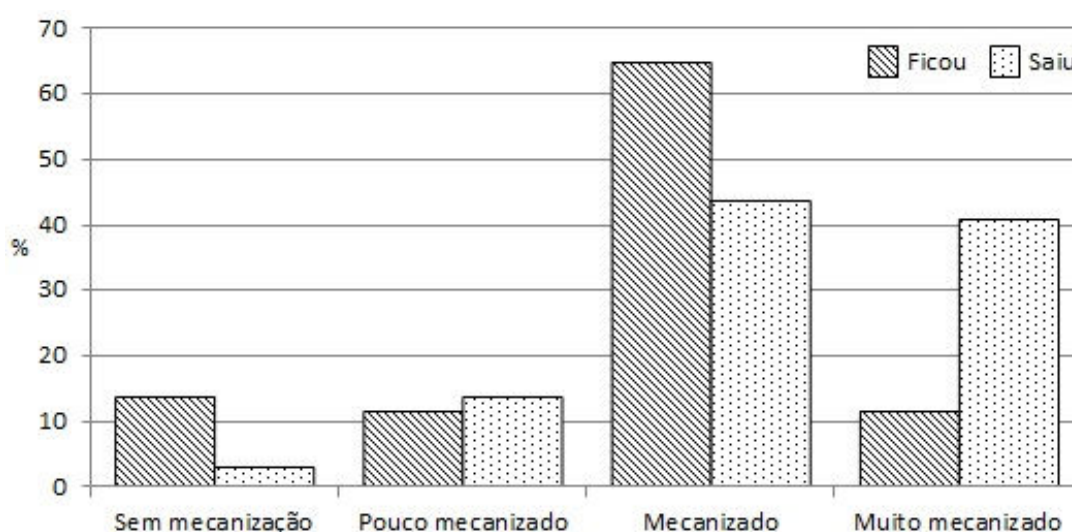


Gráfico 24 – Nível de mecanização dos agricultores familiares, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

Quanto mais mecanizada a propriedade, mais apta a trabalhar com *commodities*, enquanto menos mecanização significa maior dependência com os trabalhos manuais. De acordo com o teste t de *Student* a diferença se mostrou altamente significativa entre os grupos de jovens, com maior mecanização para as propriedades dos jovens que saíram. Esse resultado demonstra a alta relevância desse fator sobre o êxodo rural dos jovens.

A alta mecanização dos agricultores familiares representa uma tendência em seguir os padrões da agricultura patronal, aspecto identificado principalmente nas famílias que trabalhavam com soja e milho comercial no assentamento de São Gabriel do Oeste. Esses agricultores estavam mais ligados com o mercado e ganhavam mais que os outros, cuja produção era mais centrada no consumo próprio.

Em tese, a mecanização da propriedade permitiria a permanência do jovem pela facilidade que propicia na execução das atividades. No entanto, não foi o observado. Todo fator possui o lado positivo e negativo, e a mecanização pode também facilitar a saída do campo por não sobrar espaço para o jovem atuar.

Em regra geral, as famílias com maior mecanização possuem maior renda, logo aumentam as possibilidades de fornecer aos filhos acesso a educação, lazer na cidade, etc. Por outro lado, a falta de mecanização também incentiva o jovem em sair do campo. Quanto maior a dependência de trabalho manual, maior será necessária a participação dos membros da família. Nesse caso o jovem pode ficar desgostoso com o campo ao descobrir a dificuldade da vida dos pais. Assim como o jovem pode também criar maior ligação com o campo, o que acontece quando se apegam aos afazeres do lote.

Considerada essas possibilidades, apesar de menos mecanizados, o Gráfico 24 indica que as famílias dos jovens que ficaram possuíam também um bom nível de mecanização. Porém, isso revela apenas uma tendência, já que existe a preocupação dos agricultores em se manterem “minimamente mecanizados”, possivelmente para não perderem mercado para seus produtos.

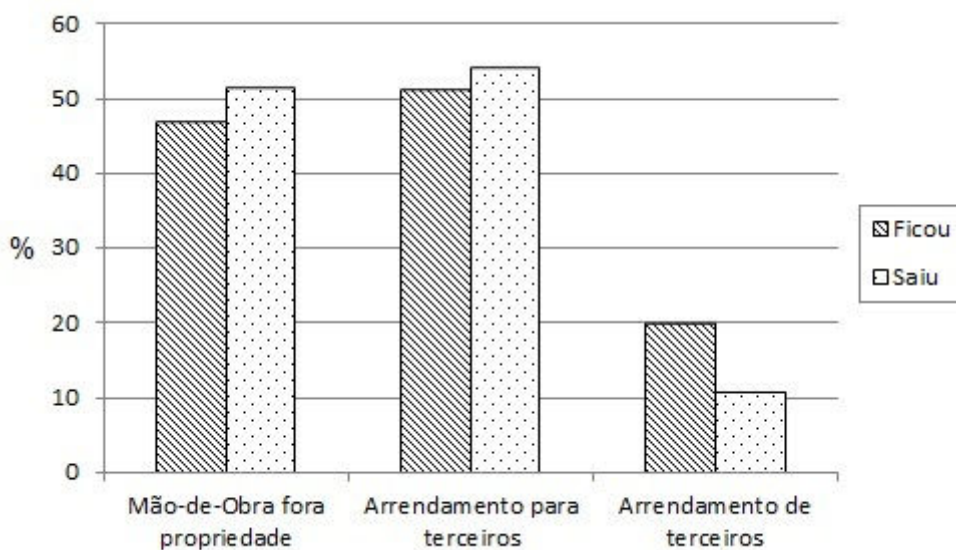


Gráfico 25 – Mão-de-obra não-familiar e arrendamentos, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

O Gráfico 25 indica uma taxa elevada de contratação de mão-de-obra para trabalhar no lote nos dois grupos de jovens. Existem duas explicações para esse resultado, a família possui poder aquisitivo para isso, com necessidades específicas em função da produção, ou não possui membros da família para atender a demanda de serviços temporários da propriedade. O segundo caso evidencia a ausência de jovens na família. Contudo, não foi identificada diferença significativa entre os resultados dos dois grupos de jovens.

O Gráfico 25 indica também a grande proporção de produtores que arrenda suas terras. Essa situação significa a necessidade de ter uma fonte de renda adicional. Vale ressaltar que do total de arrendamentos, 81,4% eram destinados a culturas como soja, milho e sorgo, com um tamanho médio das áreas arrendadas de 13,4 ha. Esse aspecto diferencia os resultados obtidos da média dos assentamentos do estado, pois os resultados foram influenciados pelo Assentamento Campanário, que atua preponderantemente com culturas do tipo *commodities*. O arrendamento de parte de suas terras pelos produtores pode ser explicado pela impossibilidade de aproveitar a totalidade da área, pela falta de mão de obra e de mecanização. No entanto, não houve diferença significativa entre os dois grupos de jovens.

O Gráfico 25 evidencia também uma pequena predominância das famílias dos jovens que ficaram com arrendamento de terra de terceiros. O fato desses agricultores arrendar mais pode significar que investem em sua atividade e são propensos a crescer.

Maior a atividade da família, maior as chances do jovem criar interesse pelo trabalho, supondo que o retorno financeiro seja equivalente. A explicação mais provável é que no caso do filho permanecer, o lote ficou pequeno para os pais e o filho, com a necessidade de expandir a propriedade.

Em relação a investimentos na propriedade dos pais, não existem diferenças significativas entre os grupos de jovens. Vale observar que 39% das famílias de quem ficou e 49% das famílias de quem saiu não realizaram nenhum investimento nos últimos anos. No entanto, 37% e 13% das famílias de quem ficou e 24% e 10% das famílias de quem saiu realizaram, respectivamente, a construção de benfeitorias e a aquisição de maquinários agrícolas. É importante destacar que 10% das famílias dos jovens que ficaram investiram em casas na cidade, com apenas 2% da família dos que saíram.

3.2.2 Poder de decisão

Neste tópico é avaliada a capacidade do jovem em se envolver na dinâmica da propriedade sob os aspectos da produção, da comercialização e da administração financeira.

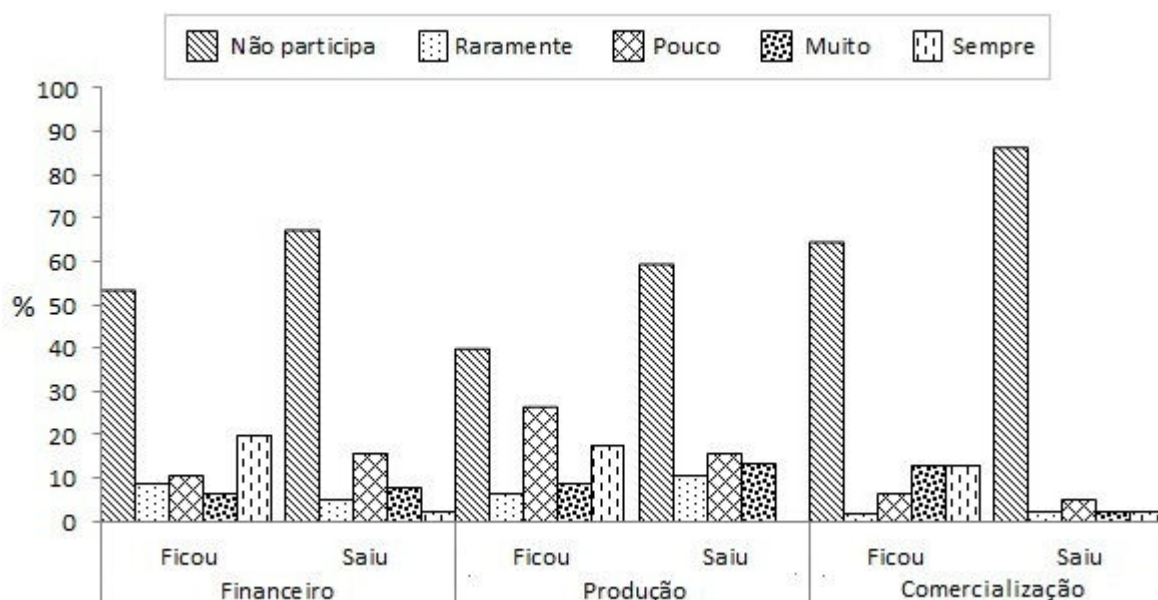


Gráfico 26 – Grau de participação do jovem no controle financeiro, de produção e comercialização do lote, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

A maioria absoluta entre os dois grupos apontou não participar de qualquer decisão na propriedade dos pais. No entanto, é possível perceber que o grupo de jovens que permaneceu possuía uma participação, ainda que pequena, maior que o grupo dos jovens que saíram. O teste t de *Student* apontou uma diferença pouco significativa no quesito controle financeiro, no entanto, no caso dos controles de produção e de comercialização a diferença avaliada foi muito significativa.

O jovem que permaneceu é aquele que tem ou teve em média maior participação na tomada de decisões da propriedade. Na grande maioria, o jovem que saiu não participou da vida da propriedade.

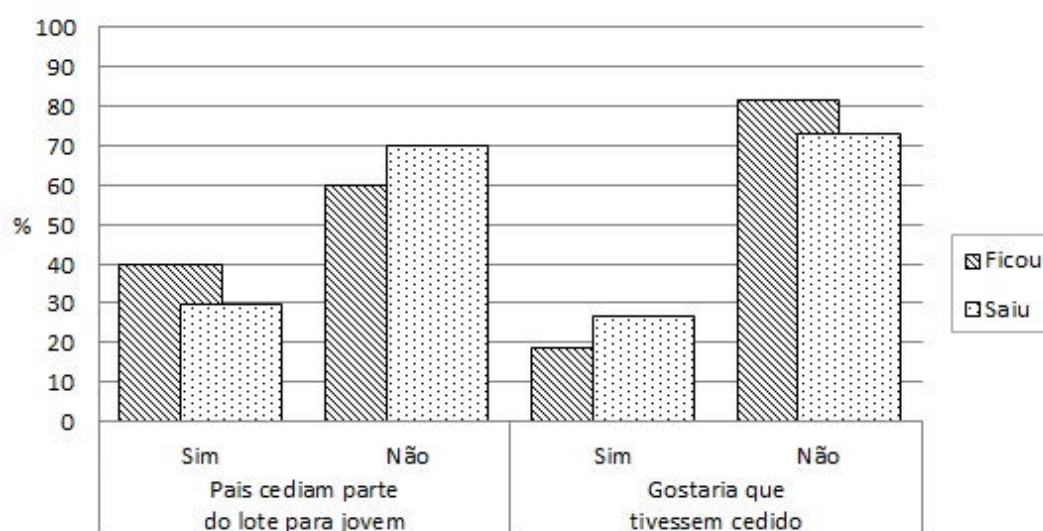


Gráfico 27 – Proporção dos pais que cediam parte da propriedade para os filhos ou, caso não, proporção dos filhos que teriam gostado que os pais cedessem parte da propriedade, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

Dos jovens entrevistados, 60% dos que ficaram e 70,3% dos que saíram responderam negativamente na pergunta em relação a seus pais, se em algum momento, cederam parte da propriedade para trabalhar por conta própria. Entre os que não receberam nada, perto de 30% dos que saíram responderam que gostariam que os pais tivessem cedido, contra menos de 20% para os que ficaram.

A maior proporção de respostas positivas entre os que saíram indica uma frustração nas relações de vida e trabalho com a família. A falta de incentivo dos pais, com o fornecimento de um pedaço de terra, pode ter funcionado como um incentivo negativo para a permanência no campo, estimulando a procura de oportunidades fora da propriedade. No

teste t de *Student* não foi identificada qualquer significância entre os jovens que ficaram e saíram. No entanto, foi detectada diferença significativa em função do gênero, pois 48% dos rapazes disseram que os pais já cederam parte da propriedade, contra apenas 21% das mulheres. Enquanto apenas 9% dos rapazes que não receberam nada declararam que gostariam ter recebido um pedaço de terra, entre as moças essa percentagem sobe para 33%. Os rapazes têm privilégios na opção dos pais para o trabalho agrícola, o que não significa que as moças não tenham interesse no mesmo trabalho.

3.2.3 Papel das características econômicas na saída para a cidade

Esse tópico agrupa as variáveis de caracterização econômica dos agricultores familiares que possuem maior influência sobre a decisão dos jovens em sair do meio rural, com base no teste t de *Student*.

Três variáveis utilizadas para medir o nível econômico das famílias dos jovens mostraram possuir um efeito significativo sobre a decisão dos jovens, a posse de um carro, o estado físico da casa da família e o nível de mecanização da propriedade.

Em regras gerais, as famílias dos jovens que saíram possuíam melhores condições econômicas, um carro e casas em melhor estado. A análise revelou também que as famílias dos jovens que saíram eram muito mecanizadas. Esses resultados indicam uma estreita relação entre condição econômica e a saída no campo.

No que diz respeito ao poder de decisão dos jovens no trabalho da propriedade, três variáveis foram identificadas como importantes, o grau de participação na produção, na comercialização e a cessão pelos pais de parte da propriedade. Os jovens que ficaram tem maior participação nos controles de produção e comercialização, e as filhas dificilmente recebem parte das terras para gerir. A falta de incentivo e a dominação por gênero nos papéis atribuídos aos membros da família excluem as moças, mesmo se estas possuem interesse em trabalhar na propriedade.

3.3 RURALIDADE

Neste tópico são apresentadas as variáveis que constroem a dinâmica de relações encontradas pelo jovem no meio rural. A multifuncionalidade mede as formas de uso do espaço rural e a pluriatividade diz respeito a uma combinação de atividades

desempenhadas pelos agricultores familiares. Esta última dimensão é investigada sob a perspectiva dos pais e dos filhos. Compreender essas dimensões permite visualizar o nível de relacionamento dos jovens com outras realidades que não aquela puramente agrícola em que vivem.

3.3.1 Pluriatividade

Nesta variável é explorada a diversidade de atividades desenvolvidas no campo, tanto pelos jovens que por suas famílias, a fim de desenhar a dinâmica de trabalho nas propriedades.

3.3.1.1 Diversificação

Aqui é apresentada a variedade de culturas produzidas nas propriedades dos jovens, com destaques para tendências de pequenas e grandes produções.

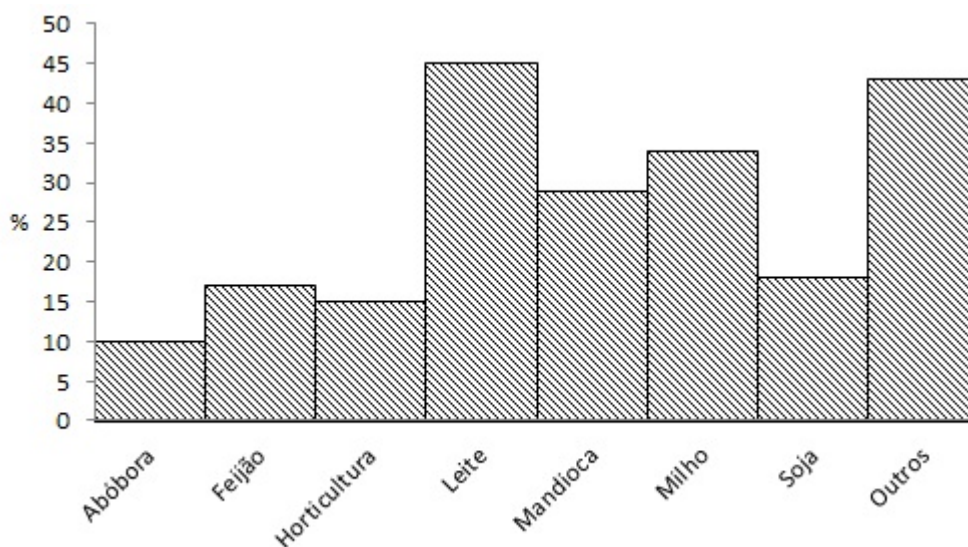


Gráfico 28 – Culturas produzidas no lote das famílias dos jovens entrevistados.

O gráfico 28 apresenta as culturas mais encontradas entre as famílias dos jovens entrevistados. O leite é o produto principal, por ser uma atividade que necessita de pouco investimento e propicia uma renda contínua ao longo do ano. Em seguida apareceram o milho e a mandioca.

Apesar do milho ser uma *commodity*, reservada essencialmente para a agricultura patronal, sua produção possui um custo bem inferior ao da soja, o que permite o cultivo pelo agricultor familiar. Na agricultura familiar, o milho é usado principalmente para ração animal em assentamentos com produção animal. No entanto, no assentamento Campanário, em São Gabriel do Oeste, foi identificada grande produção de milho safrinha em seguida a colheita de soja, diferentemente dos demais assentamentos. Este assentamento está localizado numa região de produção intensiva de *commodities*, com fatores de cultivo e escoamento favoráveis. O recorte “outros”, apresentado no Gráfico 29, com 20% de participação, representa um total de 21 outras culturas exploradas em menor escala, a maioria para consumo próprio com pequenas parcelas comercializadas.

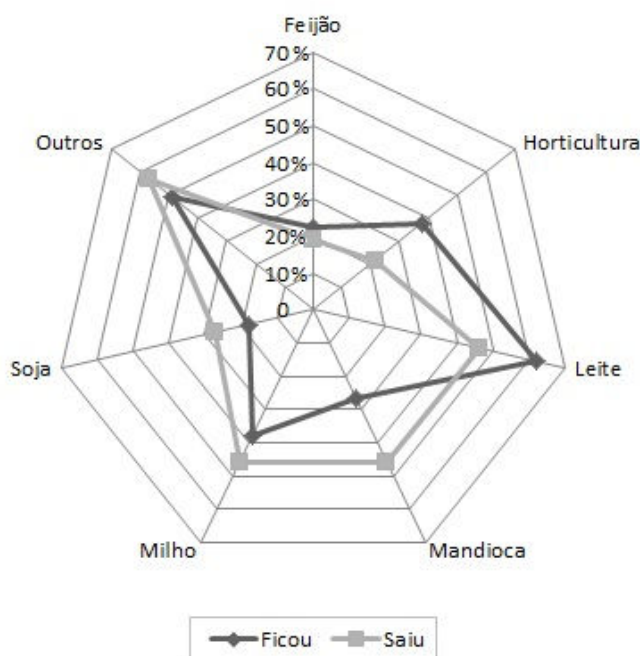


Gráfico 29 – Produção no lote, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

A produção na propriedade dos pais é um fator indicativo importante na avaliação dos parâmetros de vida que levavam os jovens entrevistados. As diferenças entre os grupos se mostraram muito significativas. No Gráfico 30 é possível perceber que entre os jovens que ficaram as maiores produções foram o leite e a horticultura. Essas produções necessitam de trabalho manual e rotineiro, sem necessidade de grandes investimentos. Já nas famílias dos jovens que saíram, mandioca (embora seja de “dura” colheita), soja e milho

se destacaram. As *commodities* de forma geral, mas principalmente a soja, é uma cultura muito tecnificada que necessita de pouca mão-de-obra (HAESBAERT, 1997).

3.3.1.2 Tipos de atividades

Neste tópico são apresentadas as atividades exercidas pelos pais e pelos jovens. O Item identifica o ramo das atividades profissionais em que cada grupo atuou de forma preponderante. No caso dos pais é importante saber que tipo de atividades desempenhavam antes e depois de ingressar no assentamento. Para os jovens interessa saber se buscaram atividades fora da propriedade e suas motivações.

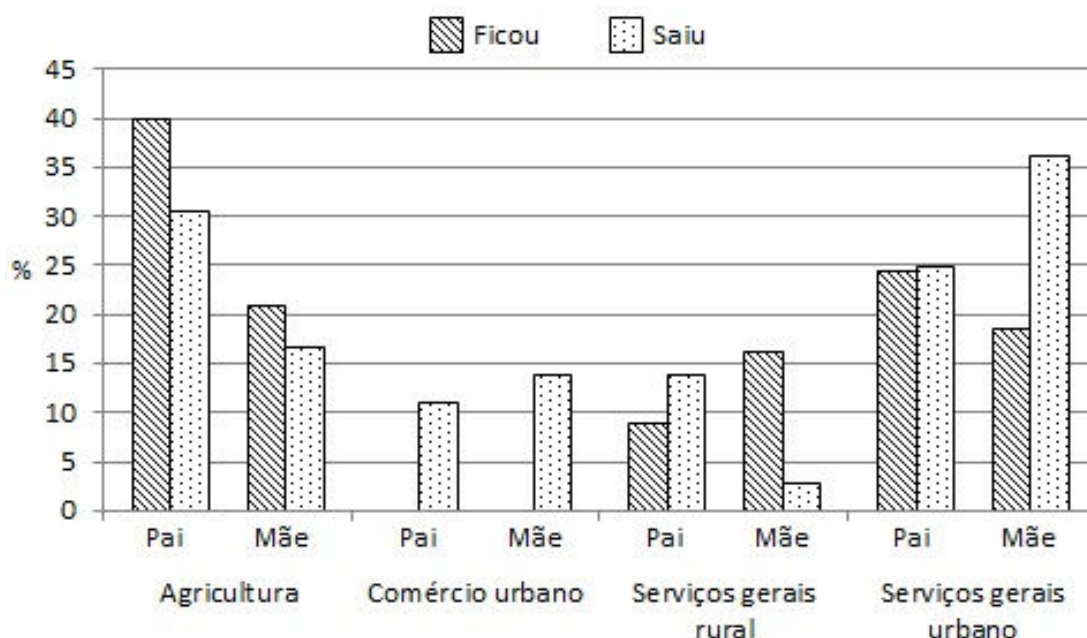


Gráfico 30 – Ramo de trabalho dos pais e mães antes de entrarem no assentamento, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

Com base no teste t de *Student*, tanto para os pais como para as mães, a diferença analisada foi muito significativa entre os grupos de jovens no caso das atividades ligadas ao comércio urbano e serviços gerais rurais e urbano.

Entre os pais que exerciam atividades urbanas, tais como serviços em geral na cidade e comércio urbano, os jovens saíram mais. Todos os filhos cujos pais trabalhavam com comércio urbano saíram, o que revela a influencia dessa atividade.

Os serviços gerais rural e urbano se destacam em função do gênero. As mães de quem ficou se envolveram muito em serviços rurais, como mostra o Gráfico 30, o que revela que eram pessoas com preferência para o campo, diferente das mães de quem saiu, que eram muito envolvidas em serviços na cidade. Não por acaso, uma parcela considerável de jovens que saíram tinha origem urbana. (Gráfico 16)

Os resultados indicam que os jovens de origem urbana que ingressaram no campo, mas sem o interesse real pelo trabalho rural, acabam voltando para a cidade. Parte deles acabou utilizando o meio rural apenas como sítio de fim de semana.

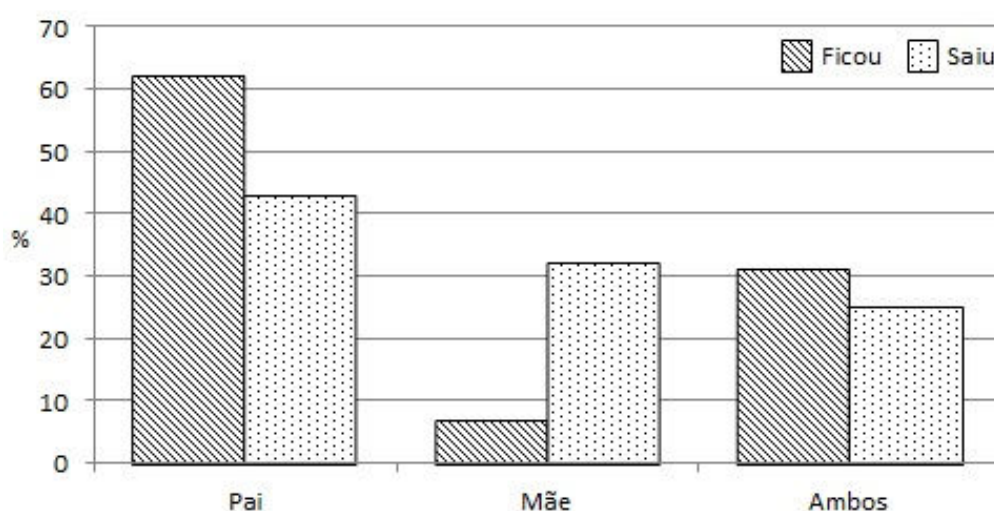


Gráfico 31 – Predomínio entre pais e mães nas atividades externas a propriedade, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

Apesar das diferenças que aparecem no Gráfico 31 entre a quantidade de pais e mães que já exerceram atividades externas a propriedade nos dois grupos de estudantes, o teste t de *Student* não apresentou diferença significativa.

Mesmo com a ausência de significância, é possível perceber a tendência dos pais dos jovens que ficaram terem exercido atividades fora, enquanto que no caso das famílias dos jovens que saíram as mães têm mais tendências em sair. Entende-se que as famílias tradicionalmente ligadas ao trabalho rural mantêm uma gestão mais tradicional na ordem dos papéis que cada membro da família desempenha. Nesse caso, no campo a mulher historicamente se limita a funções domésticas de auxílio ao pai da família quando necessário (BRUMER, 2004). Quando surge à necessidade de sair para encontrar trabalho fora da propriedade, o homem ainda é o candidato principal, por sua condição de provedor natural das necessidades da família, papel que se sobrepõe a todas as classes sociais

(PEREIRA, 2004). Em função dessa situação, Abramovay e Camarano (1999) escreveram que o “[...] Centro Oeste era, em 1996, a região rural mais masculinizada do País”.

No caso das famílias onde tanto pai como mãe buscam atividades externas a propriedade, pode-se construir um ambiente de vida para os jovens de que essa alternativa é mais interessante que o trabalho na própria terra. No entanto, essa situação não foi verificada nos resultados obtidos. É possível que para alguns jovens, a saída dos pais para trabalhar fora criou a necessidade de assumir os trabalhos no campo, o que influenciou a permanência no lote.

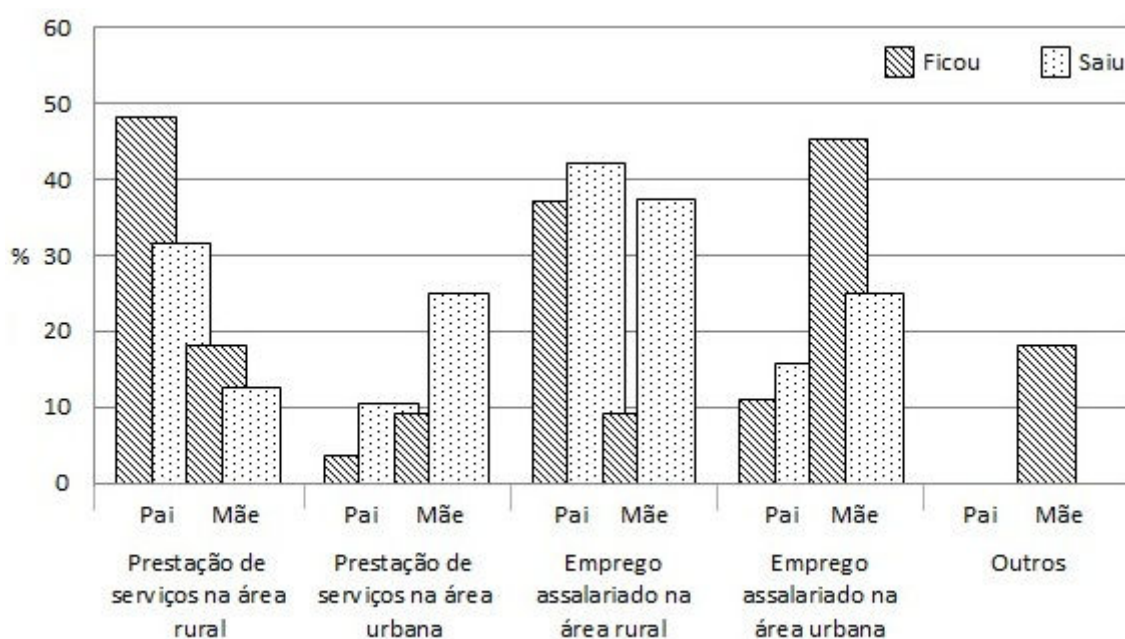


Gráfico 32 – Atividades externas exercidas pelos pais e mães, depois da entrada no lote, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

Os resultados apresentados no Gráfico 32 revelam que as mães dos jovens que saíram trabalhavam mais como assalariadas na área rural, enquanto que para os que ficaram no campo as mães atuavam mais na área urbana. Embora não existam diferenças significativas, esses dados mostram-se contrário ao esperado. Wanderley (2003) enfatiza a busca da atividade profissional fora da propriedade pela mulher, primeiro para participar mais da receita da família, segundo para buscar autonomia financeira.

O Gráfico 33 expõe um recorte exclusivo dos jovens que ficaram no campo. É possível observar que o envolvimento em atividades puramente urbanas ficou reduzido.

Apesar de pouco representativo, os resultados revelam um grupo que tem como preocupação conquistar uma renda própria ao preço de se deslocar para a cidade trabalhar.

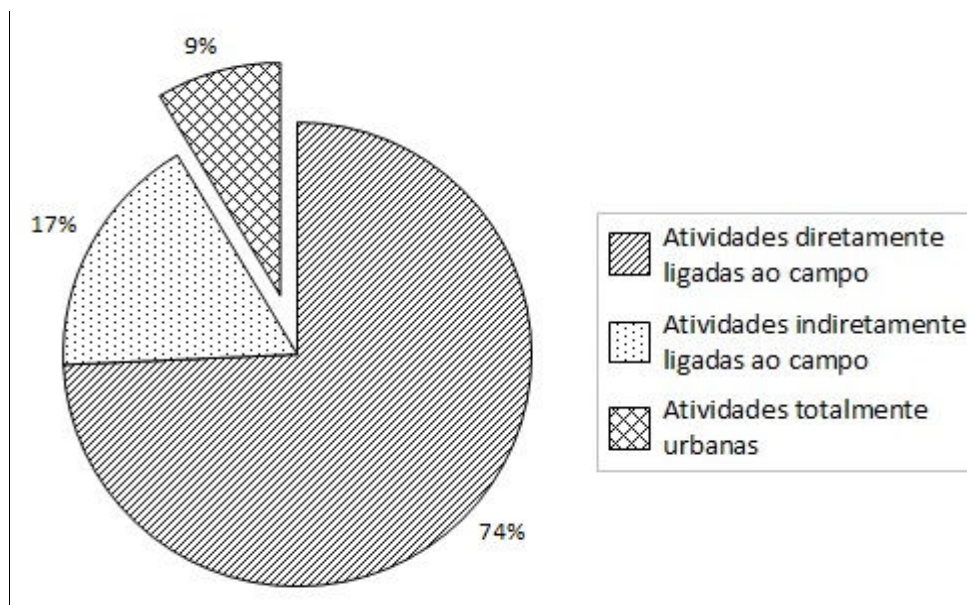


Gráfico 33 – Atividade profissional dos jovens que ficaram no campo.

Os jovens que ficaram se preocupavam muito em buscar trabalho fora da propriedade. Esse dado indica a dificuldade dos jovens em se manter no campo apenas com o trabalho na propriedade.

Quando perguntados se já desempenharam atividades fora da propriedade, 80% dos jovens que ficaram e 51,4% dos que saíram responderam pela afirmativa. A diferença entre os dois grupos, de acordo com o teste t de *Student*, apareceu altamente significativa.

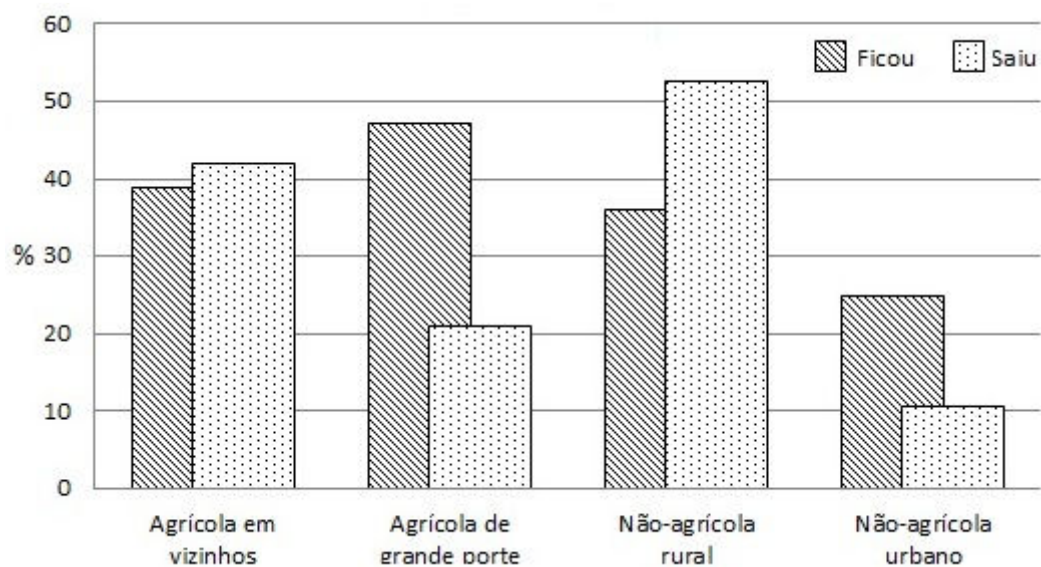


Gráfico 34 – Áreas de trabalho onde os jovens atuaram fora da propriedade, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

Conforme Gráfico 34, perto de 25% dos jovens que saíram já trabalharam em atividades não-agrícolas urbanas. Os assentamentos desta pesquisa estão situados relativamente próximos da cidade e trabalhar lá como alternativa de renda se torna relativamente fácil. A prática de atividades não-agrícolas rurais e urbanas para os jovens que permaneceram demonstrou disposição desses para atividades externas. Esse caráter reforça a importância da pluriatividade dos agricultores familiares. Embora os aspectos abordados no Gráfico 35 sejam importantes, as únicas variáveis que apresentaram diferença significativa foram a atividade agrícola de grande porte e a não-agrícola urbana, com preponderância dos jovens que ficaram.

Quando analisadas as mesmas variáveis em função do gênero, têm-se outros resultados (Gráfico 35).

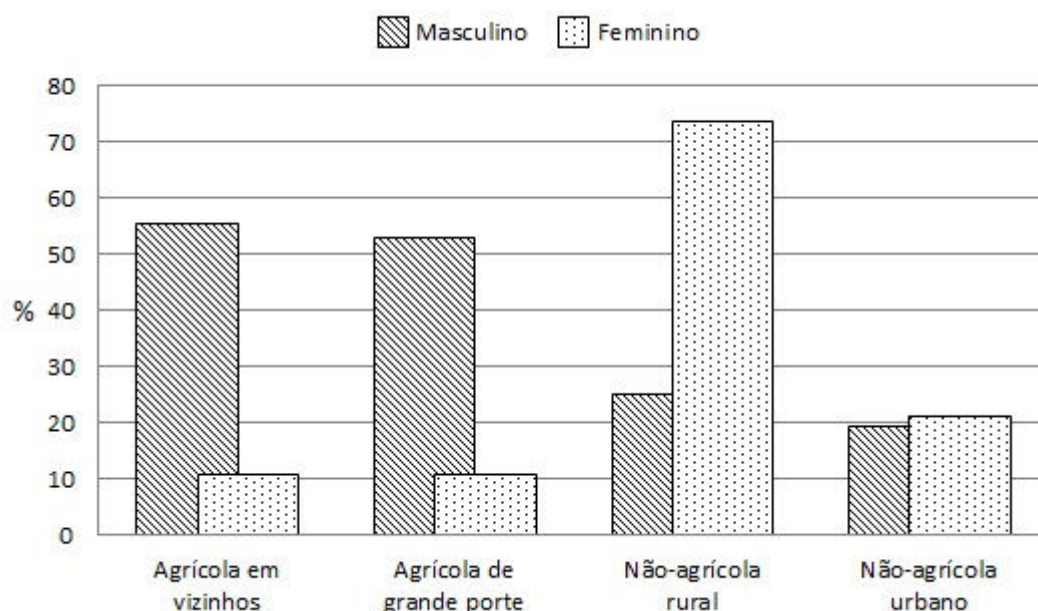


Gráfico 35 – Áreas de trabalho onde os jovens atuaram fora da propriedade, em função do gênero.

Foi identificada diferença significativa, conforme teste t de *Student*, nas variáveis das atividades agrícolas em vizinhos, agrícolas de grande porte e não-agrícolas rurais. As duas primeiras atividades são preponderantes nos rapazes, pois são atividades de caráter braçal ou que exijam uso de maquinário pesado. A terceira atividade é preferida pelas moças. Como destacado no Gráfico 35, as moças possuem maior nível estudo que os rapazes. Weisheimer (2007) explica que as moças se dedicam mais aos estudos, que são a porta de acesso para as atividades não-agrícolas onde serão melhor remuneradas e poderão ter maior reconhecimento social.

3.3.2 Visão dos jovens sobre a vida e trabalho no campo

Neste item procura-se identificar que variáveis contribuíram na relação do jovem com o campo e a cidade e o que faz os jovens aludirem sonhos no campo ou na cidade.

Os resultados são projeções feitas sobre a visão dos jovens a respeito da imagem que os pais transmitiram a eles. Afinal é com a família (os pais) que o jovem se identifica e projeta seus modelos de vida, ideais ou reais, como explica Sarti (2004). O ideal é o desejado, o real é o vivido, assim o jovem tem suas escolhas filtradas pela família. A família não é apenas filtro, mas espelho das possibilidades reais vividas e desejadas para o futuro. Assim são fundamentadas as escolhas dos jovens.

Entre os jovens que ficaram, 78% afirmaram que gostavam do trabalho no campo. Entre aqueles que saíram, a maioria, ou seja, 57% declarou gostar também do trabalho no campo. Existe diferença entre os grupos de jovens, mas pouco significativa, levando em consideração a sensação de dúvida com que respondiam a questão entre os jovens que saíram. O “gostar” do trabalho no campo para esse grupo, acredita-se que pela forma como responderam esteja muito mais atrelada a dinâmica da vida, do que propriamente as funções laborais da agricultura familiar. Entre os jovens que permaneciam nos lotes, pouco mais de 20% responderam que não gostavam, o que indica um grupo com tendências para sair.

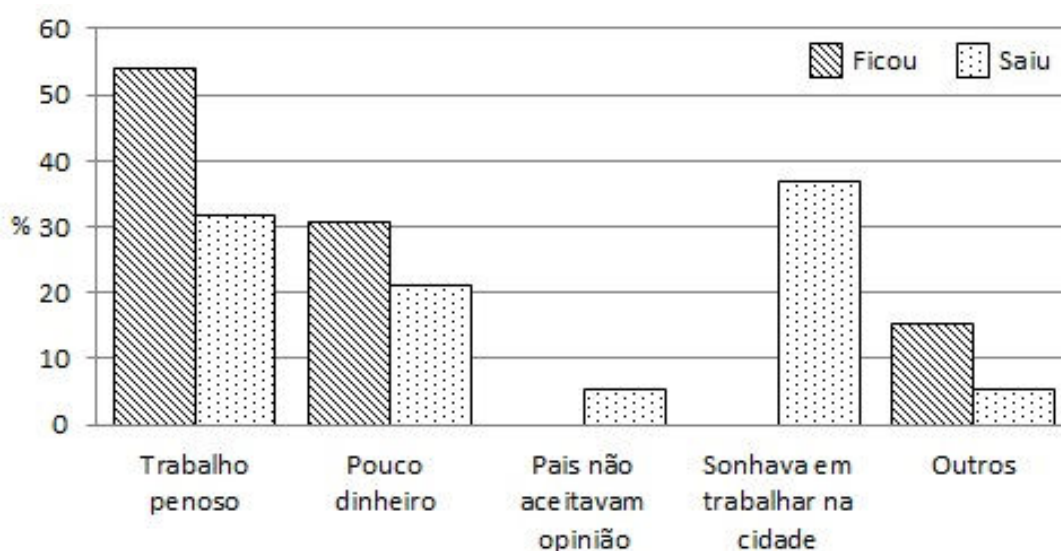


Gráfico 36 – Motivos pelos quais os jovens entrevistados não gostavam do trabalho no campo, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

O Gráfico 36 apresenta diferença significativa nos motivos para não gostar do campo, entre os grupos de jovens nas variáveis de trabalho penoso e do sonho em trabalhar na cidade. A penosidade do trabalho no campo e o baixo retorno financeiro foram os dois aspectos mais importantes para os jovens que permaneceram enquanto a penosidade e o sonho de trabalhar na cidade predominaram no grupo que saiu. Carneiro (1998) revelou resultados similares em sua pesquisa, sendo o mais citado de “ordem econômica” e em seguida o “esforço físico”.

O sentimento negativo em relação ao trabalho no campo dos jovens que permaneceram revelou um grupo insatisfeito com a vida no assentamento. Esses jovens encontram-se muito propensos a sair. Carneiro (1998) ressalta que entre as moças é

comum a justificativa de que esse é um “trabalho sujo” e que preferem investir nos estudos. Quanto aos rapazes, a autora indica que a saída se condiciona a existência de alguém que continue o trabalho com o pai.

Os jovens que permanecem no campo sem gostar acabam vivendo uma frustração diária em suas vidas, encarando a rotina como uma fatalidade, não uma opção. Silvestro *et al.* (2001) apresentaram uma tendência similar, onde as moças consideravam o futuro no campo uma fatalidade. Brumer (2004) identificou que o fardo maior das jovens mulheres era justamente enfrentar a imposição da cultura paternalista nessas unidades familiares, onde seu papel está sempre condicionado ao rotineiro serviço doméstico.

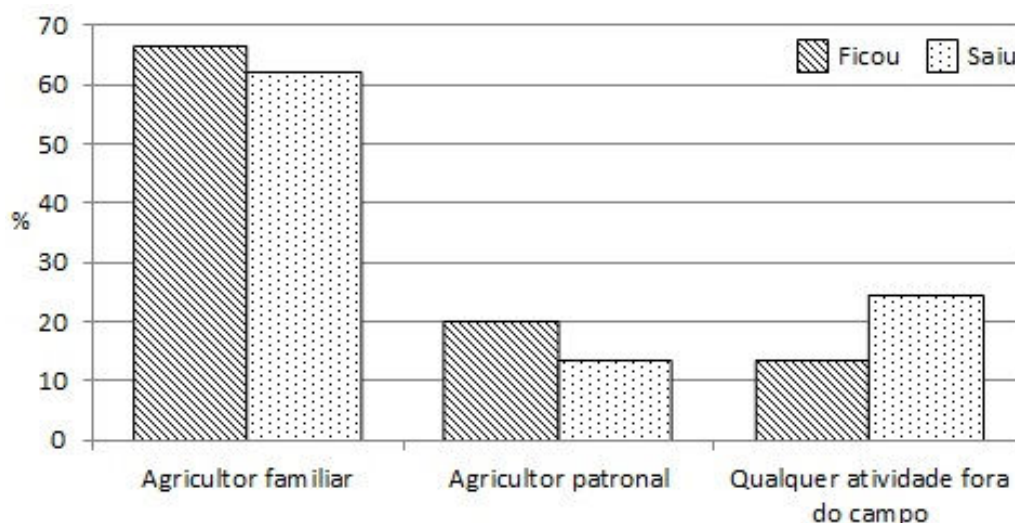


Gráfico 37 – O que os entrevistados imaginavam que seus pais seriam se pudessem começar a vida novamente, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

Apesar de um quarto dos jovens que saíram indicar que se tivessem que refazer a vida, seus pais fariam uma atividade fora do campo, a maioria dos dois grupos de entrevistados afirmou que seus pais continuariam como agricultores familiares. Essa resposta indica um forte vínculo dos pais com a atividade agrícola, na visão dos filhos. Não foi identificada uma diferença significativa entre os dois grupos de jovens entrevistados.

Foi também investigado o “desejo dos jovens em continuar o trabalho dos pais na propriedade”. Um total de 75,5% daqueles que ficaram e 51,3% dos que saíram responderam positivamente. Esses resultados revelam, de certa forma, jovens dispostos a trabalhar no campo, perpetuar o legado da família. O fato dos jovens que saíram

expressarem o desejo de continuar o trabalho dos pais revela que sua saída é em parte considerada como temporária.

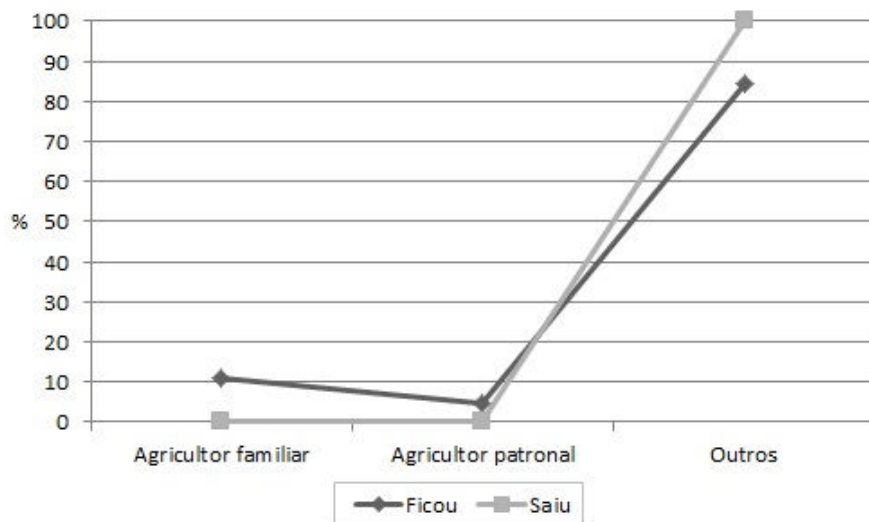


Gráfico 38 – O que o jovem queria ser quando crescer, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

Contudo, como mostra o Gráfico 38 as respostas dos jovens revelam uma contradição a questão anterior sobre seus “desejos de prosseguir o trabalho dos pais hoje”. Aqui foram questionados sobre seus “sonhos futuros”, e o resultado foi a total falta de interesse no trabalho agrícola em geral, sem diferença significativa entre os grupos, ou seja, adesão geral. Vale lembrar que esse resultado mostra apenas o desejo dos jovens quando mais novos, quando estavam sobre processo de formação de idéias. Quem ficou não significa que está infeliz com sua condição, prova disso foi o percentual de 75,5% dos mesmos com desejo de permanecer com os pais na propriedade. Entre os entrevistados que escolheram a opção “outros” foram citadas profissões ligadas ao campo, entre as mais citadas agronomia e veterinária.

O sonho de seguir os passos dos pais sempre é identificado nos filhos, mas isso não foi verificado no Gráfico 38, a realidade é bem diferente, entende-se que esses jovens foram construídos socialmente com uma visão mais idealista do mundo fora do meio rural. Assim o resultado do Gráfico 39 ilustra claramente sua concepção do espaço rural atualmente.

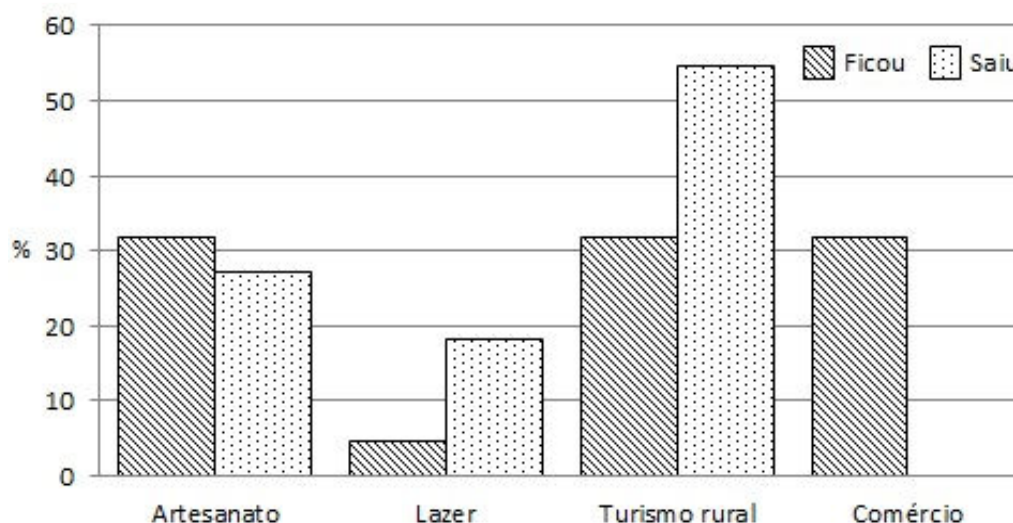


Gráfico 39 – Possibilidades de trabalho não-agrícola indicadas pelos jovens, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

Embora a diferença não seja significativa entre os dois grupos, o Gráfico 39 apresenta dados importantes na avaliação da visão do jovem sobre o meio rural. O artesanato e o comércio foram as atividades não-agrícolas mais lembradas pelos jovens que ficaram, nesse caso devido à utilidade prática atribuída a essas atividades.

As pessoas que saíram do campo possuem uma visão mais ampla das possibilidades de negócio que oferece o mundo rural, tais como atividades relacionadas ao lazer no campo e o turismo rural. Conforme Carneiro e Maluf (2005) a multifuncionalidade do meio rural se orienta na oferta de produtos materiais e imateriais. Dessa forma, nota-se que os jovens que ficaram têm uma percepção mais voltada para produtos materiais, como o artesanato, enquanto os jovens que saíram possuem uma noção de produtos imateriais, como o turismo.

Tabela 04 – Preferência pelo campo ou pela cidade, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

(%)	Campo		Cidade	
	Gosta	Não gosta	Gosta	Não gosta
Ficou	93,3	6,7	68,9	31,1
Saiu	89,2	10,8	81,1	18,9

Os resultados da Tabela 04 não mostram diferenças significativas, mas indicam que o jovem que saiu também gosta do campo por que é o lugar de sua origem, seu primeiro mundo (FREIRE, 2007) sua primeira identidade (WANDERLEY, 2004) e onde sua família reside. Em paralelo, quem ficou também gosta da cidade. Nos dizeres de um jovem: “cidade é bom por que a gente vai ali resolve o que tem que resolver e volta”. Assim a cidade para quem ficou é lugar de resolver “coisas importantes”, ter lazer e também possibilidades de emprego para aqueles que se incluem no pequeno percentual que não gostam do campo.

A maioria dos jovens que permaneceram no campo respondeu que sempre quis morar lá e que pretendia permanecer no campo. Os jovens que saíram apresentaram também um resultado alto quando perguntados se queriam morar no campo. Quanto perguntados se queriam voltar a morar lá, pouco mais de metade respondeu positivamente. Nesse caso apresenta-se a possibilidade de um grupo de jovens ter saído, mas ter interesse em voltar para o campo pelo menos para morar. Ressalta-se que os assentamentos são localizados próximo as cidades e que morar no campo e trabalhar na cidade interessa muitos jovens como alternativa de vida.

Procurou-se saber se para o jovem o campo tinha tudo o que precisava para sua satisfação pessoal. O resultado indicou a falta de muitas coisas para o jovem se sentir bem. Entre fatores como, saúde, educação, oportunidade de trabalho (na perspectiva deles), lazer e etc, aqueles que ficaram, 73,3% disseram que o campo não tem tudo o que precisam, enquanto essa percentagem foi de 78,4% entre os que saíram, diferença não significativa.

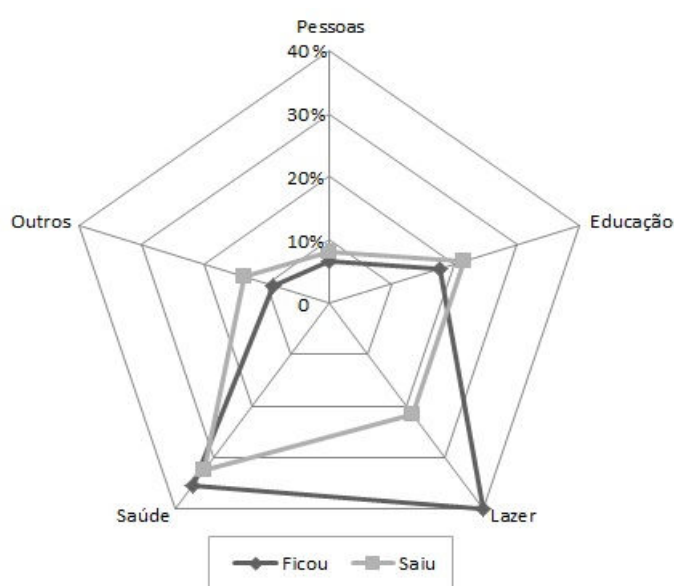


Gráfico 40 – O que faltava para o jovem no campo, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

A falta de lazer foi destacada entre os jovens que permaneceram no campo, com diferença significativa entre os dois grupos de acordo com o teste t de *Student*. No caso dos jovens que saíram, o destaque foi para a saúde, seguido muito atrás pela educação e lazer.

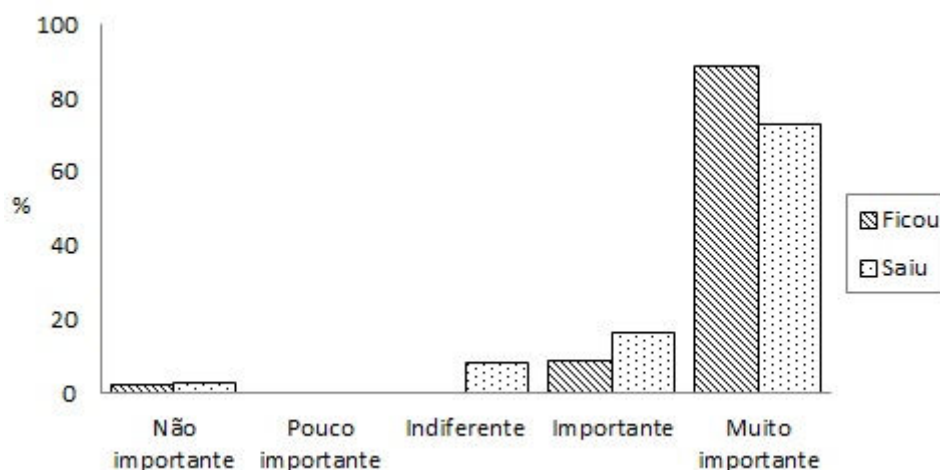


Gráfico 41 – Importância do assentamento ser localizado perto da cidade, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

Para qualquer pessoa que mora na área rural a proximidade com a cidade é determinante para facilitar sua rotina. Os resultados obtidos (Gráfico 41) não mostram diferenças significativas entre os jovens entrevistados, a grande maioria deles considera a proximidade da cidade um fator relevante. Essa variável procurou avaliar o nível de satisfação dos jovens em relação a localização do assentamento, mas o fato dos assentamentos pesquisados estarem situados próximos a cidade esse aspecto deve ter influenciado as respostas. Em regra geral a educação e a saúde são dois fatores importantes para os jovens entrevistados. E assim foram considerados quando questionados sobre que motivos os fazem dizer que realmente é importante o assentamento ser próximo da cidade. Como estes não são satisfatórios no campo, eles devem ser buscados na cidade. Aspectos como comercialização, escoamento de produção lazer também são evidenciados, mas com menos importância citada pelos jovens.

No que diz respeito a carteira de trabalho foi considerada pela grande maioria dos entrevistados como algo muito importante. No entanto, conforme o esperado, a carteira de trabalho é mais importante para quem saiu do campo, com diferença significativa.

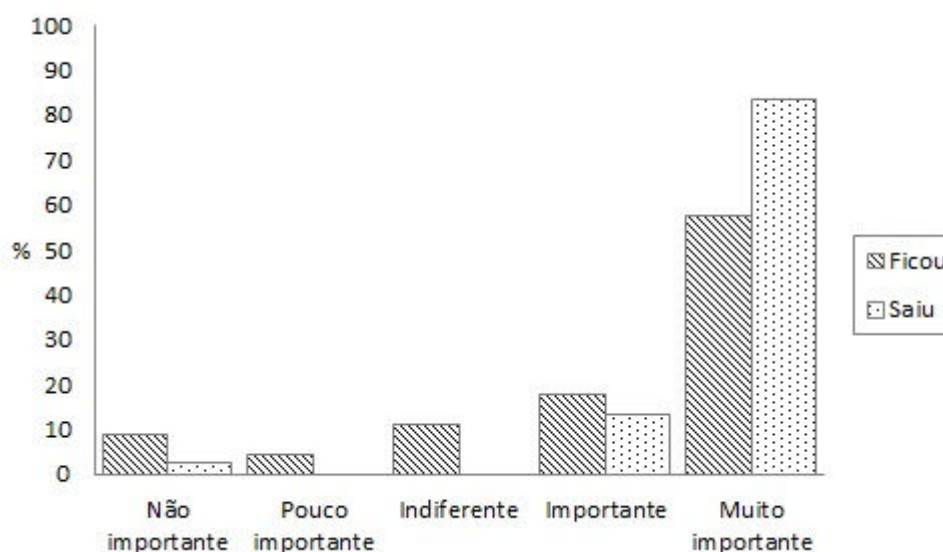


Gráfico 42 – Qual a importância da carteira de trabalho, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

A carteira de trabalho foi considerada mais importante para quem saiu do campo. Os resultados do Gráfico 42 foram muito significativos de acordo com o teste t de *Student*. Essa diferença é também observada em função do gênero, com 84,2% das moças que afirmaram que a carteira de trabalho era muito importante, contra apenas 56,8% dos rapazes.

Apesar de menos importante para quem ficou, a carteira de trabalho possui também uma grande importância para os jovens desse grupo. Em teoria, quem vive da agricultura familiar não necessita se preocupar com a carteira de trabalho para garantir sua segurança financeira em longo prazo. A percentagem expressiva de jovens que ficaram e que considera muito importante a carteira de trabalho revela a tendência cada vez maior da busca por alternativas que garantam estabilidade econômica e financeira. Parece sedutor para os jovens do campo de que o “salário” permite uma vida mais fácil. No Gráfico 43 são observados que atributos fazem da carteira de trabalho um instrumento importante.

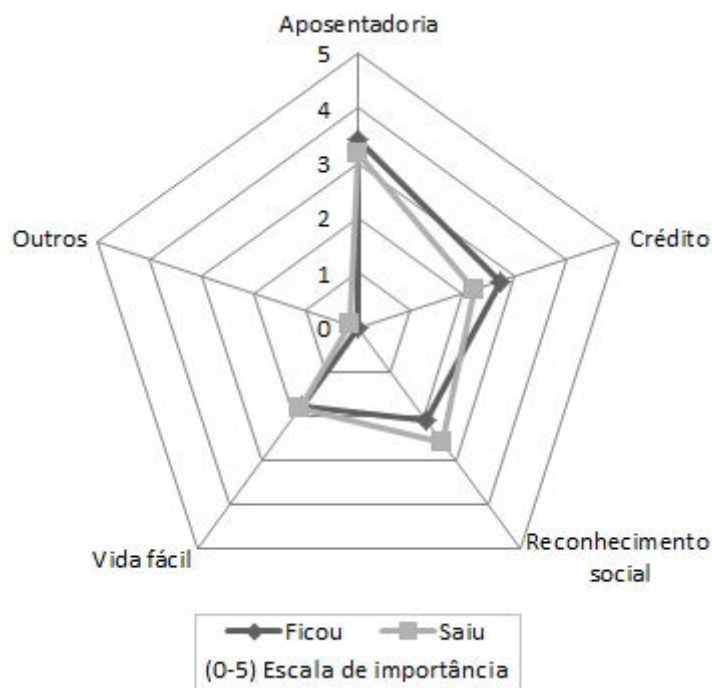


Gráfico 43 – Motivos da importância da carteira assinada, em função da permanência ou não no campo dos jovens entrevistados.

A aposentadoria é uma preocupação universal entre os brasileiros, motivo pelo qual foi destacada pelos jovens. Entre as outras variáveis, o crédito e o reconhecimento social aparecem em seguida. No entanto, apenas o crédito foi apontado pelo teste t de *Student* como possuindo padrão muito diferente entre os dois grupos. Silvestro *et al.* (2001) apontaram que o crédito perturba alguns jovens, principalmente por que o fato de tê-lo lhes remete a liberdade, a qual está sempre condicionada aos interesses do pai.

O campo é visto principalmente como um lugar agradável para se viver. Um terço dos jovens que permaneceram no campo considerou a possibilidade de morar no campo e trabalhar na cidade como uma opção para aliar o útil ao agradável. Da mesma forma, 22% dos jovens que saíram pensaram em retornar no campo.

3.3.3 Importância da ruralidade para a saída na cidade

Esse tópico agrupa as variáveis de ruralidade identificadas como possuindo uma influencia significativa sobre a decisão dos jovens de permanecer ou não no campo.

A análise identificou que quem ficou atuava mais com leite e horticultura, enquanto que as famílias dos que saíram trabalhavam mais com soja e milho. A mecanização mostrou também possuir papel relevante. No entanto, a mecanização estava

ligada ao tipo de cultura, pois a soja e o milho, produzidos para comercialização, necessitam de maior mecanização.

A atuação profissional dos pais dos jovens antes de entrar no assentamento pode influenciar a permanência ou não destes no assentamento. Todos os filhos de quem possuía comércio na cidade saíram do campo.

O exercício de atividades fora da propriedade parece favorecer a permanência no campo. O trabalho fora da propriedade é uma alternativa para se gerar renda ou ter autonomia. Na pesquisa foi identificado que para os jovens que ficaram isso era importante. Estes, principalmente os homens, buscavam trabalho nos vizinhos do assentamento ou nas fazendas próximas. Para quem saiu o trabalho fora da propriedade dos pais também foi importante. Nesse caso, predominaram as atividades não-agrícolas no campo, o que pode ser considerada uma indicação a falta de interesse em trabalhos de cunho agrícola.

Os dois grupos compartilhavam a opinião de que a carteira de trabalho era muito importante devido ao acesso a crédito. Ela é considerada o caminho para uma vida mais fácil. Embora poucos jovens tenham afirmado não gostar do trabalho no campo, entre os jovens que não gostavam as justificativas foram principalmente ligadas ao trabalho pesado e ao sonho de trabalhar na cidade, para conquistar a carteira assinada e garantias de tranquilidade financeira. Para quem ficou o campo falta de opções de lazer, pois alternativas de entretenimento são indispensáveis para a manutenção do bem estar de vida no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa se baseou na preocupação com a manutenção sucessória da agricultura familiar nos assentamentos rurais. Procurou-se, a partir das variáveis investigadas, identificar quais influenciam o jovem na decisão de permanecer na agricultura familiar.

Foram pesquisadas dimensões nos aspectos da identidade dos jovens, do poder econômico, da multifuncionalidade do espaço rural e da pluriatividade da agricultura familiar. Nestas dimensões foram apontadas quais variáveis mostraram diferenças significativas entre os grupos de jovens com base na análise do teste t de *Student*.

Na primeira dimensão, sobre a identidade, compreendeu-se que o jovem estabelece seu território em um espaço diferenciado. Hoje, o rural se confunde e difunde sua realidade com a cidade. Essa evolução não significa que o rural está se urbanizando, mas que as pessoas, os jovens no caso pesquisado, buscam novas relações para atender necessidades específicas da vida. Nessa dinâmica o jovem gera sua territorialidade que lhe permite ser rural e, ao mesmo tempo, se beneficiar das vantagens do meio urbano.

O jovem, tanto aquele que ficou como aquele que saiu, gosta do campo pelo ritmo de vida, pela família, mas também gosta da cidade, principalmente por causa do lazer, mas também pela facilidade de acesso a educação e saúde. Nesta pesquisa, o campo e a cidade eram realidades próximas, o que permitia ao jovem grande mobilidade.

Na identificação dos grupos, nota-se que a maioria dos que ficaram no campo situava-se acima dos 25 anos e era do sexo masculino. Entre esses jovens não faltaram comentários sobre tentativas de trabalhar na cidade, mas sem sucesso. Na média, eles viveram mais tempo no assentamento em relação aos jovens que saíram. Entende-se dessa forma que os jovens que saíram estão na fase de busca de aperfeiçoamento profissional.

Na identificação de quem saiu, foram observados mais jovens abaixo dos 25 anos, frequentemente moças, algumas com sonhos de trabalhar na cidade e outras com o objetivo claro de não ficar presas aos serviços domésticos em casa.

Entre as peculiaridades identificadas na pesquisa destaca-se a importância do gênero. A diferença de comportamento entre jovens dos sexos masculino e feminino justifica-se pelas regras sociais que a família projeta nos filhos. Em uma sociedade paternalista o filho homem é a escolha natural do pai para continuar o trabalho na propriedade. A filha é conduzida para as atividades domésticas. Nesse caso, a educação é

a alternativa para as moças na busca de qualificação para atuar em alguma área que lhe conceda reconhecimento e autonomia.

Apesar da diferença no nível de educação entre os que saíram e aqueles que ficaram no campo, não se pode concluir que esta é culpada pelo êxodo dos jovens. Foram identificados rapazes que ficaram para trabalhar na agricultura familiar e possuíam nível superior. Os resultados obtidos significam apenas que as moças estão seguindo o caminho que muitas vezes os próprios pais incentivaram.

Nesse caso, o aspecto cultural das famílias gera importante influência. Tanto a região Sul como a Nordeste são marcadas por povos muito característicos com suas tradições e costumes. A origem dos pais dos jovens revela o tipo de formação que os filhos têm em casa. Os filhos dos sulistas saem mais que os filhos dos nordestinos. Lembrando que no Sul o modelo de produção é mais tecnificado e especializado, diferente do Nordeste, assim como o nível educacional dos sulistas, que foi identificado como significativamente maior que o dos nordestinos.

No caso do poder econômico, detectou-se na pesquisa que as variáveis com maior influência envolvem bens materiais, capacidade produtiva da unidade e trabalho externo. Esse conjunto de variáveis remete a um aspecto comum, a renda. Tem-se em mente que todas as variáveis que circundam a vida dos jovens no campo influenciam de alguma forma. A sociedade molda as pessoas para desempenharem papéis úteis nos processos de geração de bens e serviços. O fator monetário mostra-se predominante na capacidade de gerar essa sensação de utilidade nos jovens que vivem no campo. Mesmo a agricultura familiar não foge as regras do mercado. Todo o discurso sobre a importância da agricultura familiar para o jovem, com os aspectos de sustentabilidade, preservação ambiental e segurança alimentar, passam no segundo plano quando se trata de temas voltados ao dinheiro.

A segurança financeira aparece como um atrativo poderoso para os jovens quando se veem frente à rotina dos pais na agricultura. Apesar de muitos entrevistados terem respondido que gostariam de continuar na atividade, preservar o que já foi construído, número maior ainda disse já ter saído da propriedade para trabalhar.

O que liga o jovem ao rural é a família, o que o atrai é o ritmo de vida. Mas a pesquisa identificou que nas famílias com certo conforto econômico, os jovens possuíam maior probabilidade de sair. Na amostragem utilizada na pesquisa, as famílias com maior renda exploravam predominantemente culturas do tipo *commodity*, com nível de mecanização alta e menor necessidade de mão de obra, o que pode explicar o impacto dessa variável.

A maioria das famílias dos jovens que saíram possuía também uma casa em melhor condição que no caso das famílias dos jovens que ficaram e maior probabilidade de possuir um carro. Os pais, antes de entrarem no assentamento, se envolviam predominantemente em atividades profissionais de caráter urbano.

No outro grupo de entrevistados, a maioria das famílias dos jovens que ficaram possuía uma casa em estado razoável, mas em condições inferiores aquela das famílias dos jovens que saíram e pequena probabilidade de possuir um carro. As famílias exploravam atividades agrícolas de pequeno porte, como leite e horticultura, atividades mais típicas da agricultura familiar e que requerem mais mão-de-obra. Nessas famílias, antes de entrarem no assentamento os pais desenvolviam atividades mais ligadas ao campo.

Entre as carências observadas na vida desses jovens, tanto entre quem ficou quanto entre quem saiu, está a falta de oportunidades. Nesse sentido se explica a necessidade deles se sentirem incluídos não apenas na dinâmica de trabalho da propriedade, mas nas tomadas de decisões financeiras, de produção e de comercialização. Os jovens que ficaram tinham participação maior em relação ao outro grupo. A falta de participação na tomada de decisões dos negócios da família pode gerar influência suficiente para o jovem se desiludir com a possibilidade de continuar na atividade. Em paralelo, a cessão de parte da propriedade para o jovem cuidar pode facilitar também a permanência do jovem no campo.

Esses aspectos denotam a necessidade do jovem ter liberdade e responsabilidade, a fim de não ficar preso nas decisões dos pais. Os jovens querem independência, garantias que não identificam na agricultura de forma geral. Nesse sentido eles ressaltaram a importância da carteira de trabalho, principalmente para quem saiu, mas também entre os que ficaram.

Quem ficou encontra na mobilidade entre campo e cidade uma alternativa para os finais de semana, uma fuga da rotina agrícola semanal. Quem saiu vê a proximidade com o campo como lugar tranquilo para descansar e aproveitar a família.

A agricultura familiar é a atividade responsável pela segurança alimentar do país e tem como ponto fraco a questão sucessória. Com essa preocupação a pesquisa procurou identificar os elementos que condicionam o jovem a permanecer ou não no campo. Espera-se que os resultados atraiam a atenção sobre a importância de ouvir esses jovens para que não se sintam esquecidos das políticas públicas.

Entretanto, há de se considerar que a pesquisa possui várias limitações. Existem alguns vieses, entre eles o fato dos assentamentos selecionados se localizarem próximo a um centro urbano, o que permite a grande mobilidade dos jovens entre o campo e a cidade,

o que não é o caso da maioria dos assentamentos do estado. Segundo, o assentamento de São Gabriel do Oeste possui uma configuração atípica, pois além de ser localizado próximo a uma cidade, fica a beira da rodovia que corta o estado de Norte a Sul, possui solo fértil propício para a produção de soja e milho, culturas que movimentam a economia local.

Considerando essas restrições, pesquisas adicionais deverão ser realizadas para complementar os resultados obtidos. Seria particularmente importante aplicar a mesma pesquisa em assentamentos que se localizam longe das cidades, a fim de analisar se os elementos que foram identificados se repetem. É importante lembrar que esse estudo foi direcionado a assentamentos rurais. Considerando que a agricultura familiar representa um universo profundamente heterogêneo, os resultados obtidos podem não explicar as razões do êxodo rural juvenil em outras regiões do país ou entre agricultores familiares tradicionais, não oriundos de assentamentos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, T.; FERRARI, D.; TESTA, V. M. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998, 104p.

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 15, n. 43, pp. 121-140, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a11.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

ALZATE, G. E. C. Territorio, campesinidad y desterritorialización. **NERA/UNESP** (Núcleo de estudos, pesquisas e projetos de reforma agrária), Presidente Prudente, pp. 1-10, 2009. Disponível em: < http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/12artigodomes_2009.pdf> Acesso em: 17 outubro 2010.

AQUINO, T. Assentamento como nova forma de vida rural: Espaço e tempo no assentamento rural da Fazenda Reunidas - São Paulo. **Raízes**, v. 16, n. 15, p. 47-61, 1997. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_157.pdf> Acesso em: 15 outubro 2010.

ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. O rural brasileiro: velhas e novas questões em debate. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 17, p. 49-66, 2008. Disponível em: < <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/135/100>> Acesso em: 15 outubro 2010.

ANJOS, F. S. dos. Pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, Embrapa, v. 20, n. 1, pp. 11-44, 2003. Disponível em: <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v20/v20n1_11.pdf> Acesso em: 15 outubro 2010.

ÁVILA, V. F.; CAMPOS, I. M. M.; ROSA, M. W. C.; FERRO, R. F. F. C.; PAULITSCH, R. J. *Formação educacional em desenvolvimento local: Relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. 2 ed. Campo Grande: UCDB, 2001, 100p.

BAJOIT, G.; FRANSSEN, A. O trabalho, busca e sentido. In: FÁVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R. (Org.) *Juventude e contemporaneidade*. Brasília: UNESCO/MEC/ANPEd, 2007, pp. 93-124.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. *O que são assentamentos rurais?* São Paulo: Brasiliense, 1996, 87 p.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In ROSENDAHL, Z. e CORRÊA R. L. (Orgs.). *Geografia cultural*. vol. 3, Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. pp. 83-132.

BOURDIEU, P. A “juventude” é só uma palavra. In: BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de século, 2003, pp. 151-162.

BRASIL. *Estatuto da terra* - Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <http://www.creditofundiario.org.br/biblioteca/download/?file_id=35820> Acesso em: 20 outubro 2010

BRASIL, *Agricultura familiar* - Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Acesso em: 20 outubro 2010.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). *Juventude rural em perspectiva*, Rio de Janeiro: Maud X, pp. 35-52, 2007.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC. V. 12, n. 1, pp. 205-227, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. E. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias** (UFRGS), Porto Alegre, RS, v. 10, p. 312-347, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos. **Desafios do Desenvolvimento**, IPEA, Texto para discussão n. 621, 1999. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0621.pdf> Acesso em: 15 outubro 2010.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. Desenvolvimento local e democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, Embrapa, v. 17, n. 1, p. 11-40, 2000.

Disponível em: < <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v17/cc17n101.pdf>> Acesso em: 17 outubro 2010.

CARLOS, A. F. A. A questão da cidade e do campo. **Mercator**, Fortaleza, UFC, v. 3, n. 5, pp. 7-13, 2004. Disponível em: < www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/download/132/102> Acesso em: 15 outubro 2010.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). *Juventude rural em perspectiva*, Rio de Janeiro: Maud X, pp. 53-66, 2007.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: BOTELHO FILHO, F. B. (Org.), *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate. Cadernos do CEAM*, Brasília, UNB, v. 5, n. 17, pp. 43-58, 2005. Disponível em: < <http://e-groups.unb.br/ceam/neagri/PDF/Caderno%20CEAM/Caderno%2017.pdf>> Acesso em: 20 outubro 2010.

CARNEIRO, M. J. T. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos T. (Org.). *Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, pp.94-118.

CASTRO, E. G. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Latinoamericana de ciencias sociales**, “niñez y juventud”, Redalyc, Manizales, v. 7, n. 1, pp. 179-208, 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/773/77307108.pdf>> Acesso em: 17 outubro 2010.

CASTRO, E. G. Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural, contribuições para o debate. IN: Congresso Latinoamericano de sociologia rural, 2006, Quito. Memória del VII Congreso Latino-Americano de Sociologia Rural, 2006.

CASTRO, E. G. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. 2005. 380 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: < http://teses.uff.br/ppgas_D/ElisaGuaranaDeCastro.pdf> Acesso em: 15 outubro 2010.

CASTRO, E. G. Young fellow e old fellow: A construção da categoria “jovem” a partir de um estudo de Arensberg e Kinball sobre família e comunidade na Irlanda. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, v. 12, n. 2, pp. 272-321, 2004. Disponível em: < <http://r1.ufrj.br/esa/art/200410-272-321.pdf>> Acesso em: 17 outubro 2010.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Prentice hall, 2002.

CEPAL/FAO/IICA. *Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe*. San José: IICA, 2009. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/organizacion/LTGC/modernizacion/Publicaciones%20de%20Modernizacion%20Institucional/B1560E.pdf>> Acesso em: 17 outubro 2010.

CORAZZA, G.; MARTINELLI Jr. O. Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 10, n. 19, p. 9-36, 2002. Disponível em: <http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n19_2002_art1.pdf> Acesso em: 20 outubro 2010.

COURTNEY, P.; BRYDEN, J.; ATTERTON, J.; HART, K.; MUNRO, G. e TIMM, A. Dynamics of rural areas: Local responses to globalisation”. **RGS-IBG Conference – Globalisation and the Rural**, Plymouth, pp. 1-22, 2001. Disponível em: < <http://www.abdn.ac.uk/irr/arkleton/documents/IBG2001.DOC>> Acesso em: 17 outubro 2010.

DALCIN, D.; TROIAN, A. Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: Um estudo de caso. In: I Seminário Nacional de Sociologia e Política, Curitiba, UFPR, 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/jovem-meio-rural-DioneiaDalcin.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G. Movimento recente da agricultura familiar. **Cadernos do CEAM**, Brasília, UNB, v. 6, n. 24, pp. 91-102, 2006. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ceam/neagri/PDF/Caderno%20CEAM/Caderno%2024.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

DEL GROSSI, M. E.; CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. O fim do êxodo rural? **Espaço e Geografia**, Brasília, UNB, v. 4, n. 1, pp. 37-56, 2001. Disponível em: < http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Ase/f_exodorural.pdf> Acesso em: 15 outubro 2010.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: Um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 15, n. 43, pp. 157-172, 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a13.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DOWBOR, L. Desenvolvimento local. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, Instituto Polis, v. 9, 2008. Disponível em: < <http://www.idecri.org.br/biblioteca/ladislaudesenvolvim22deoutubro.pdf>> Acesso em: 20 outubro 2010.

ESTEVAM, D. O. A invisibilidade do jovem rural. In: XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007, Recife - PE. XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT26%20Sociologia%20da%20Inf%C3%A2ncia%20e%20Juventude/Microsoft%20Word%20-%20artrecife%5B1%5D.pdf> Acesso em: 15 outubro 2010.

ESTEVES, L. C. G.; ABRAMOVAY, M. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. IN: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. *Juventudes*: outros olhares sobre a diversidade. Brasília, UNESCO, 2007, pp. 21-56.

FAVARETO, A. S. La nueva ruralidad brasileña - Lo que cambió (y lo que no cambió) en el ámbito rural. **Nueva Sociedad**, v. 10, n. 223, p. 146-163, 2009. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3637_1.pdf> Acesso em: 17 outubro 2010.

FELICIANO, C. A. *Movimento camponês rebelde*: a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006, 205 p.

FERNANDES, B M. Brasil 500 anos de luta pela terra. **Cultura Vozes**, nº 2, 1999. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/17929366/793181158/name/texto%2Bman%C3%A7ano%5B1%5D.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

FERNANDES, B. M. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: Novas configurações do campo brasileiro. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, pp. 11-27, 2003. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/bernardo.pdf>> Acesso em: 17 outubro 2010.

FERNANDES, B. M. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. In: Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), **Reforma Agrária**, v. 34, n. 2, pp. 77-94, 2007. Disponível em: <http://www.reformaagraria.org/sites/default/files/RevistaAbra34_-_vol2.pdf> Acesso em: 15 outubro 2010.

FERNANDES, B. M. 25 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.). *Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília: MDA, São Paulo: UNIARA, 2008a.

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Observatório Social de América Latina**, v. 24, p. 73-85, 2008b. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal24/04mancano.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

FERRARI, D. L.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. A. de; TESTA, V. M. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, v. 12, n. 2, pp. 237-271, 2004. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/200410-237-271.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

FREIRE, P. Paulo Freire contemporâneo. 2007. *Documentário* [curta-metragem] produção Olhar Imaginário, direção Toni Venturi, Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>> Acesso em: 15 outubro 2010.

FURTADO, C. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GAVIRIA, M. R.; MENASCHE, R. A juventude rural no desenvolvimento territorial: Análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo. **Estudo & Debate**, Lajeado, Univates, v. 13, n. 1, pp. 69-82, 2006. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/526.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

GERMER, C. M. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. In: Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Democracia e reforma agrária. **Reforma Agrária**, Brasília, v. 31, n. 1, pp. 47-62, 2002. Disponível em: <http://www.reformaagraria.org/sites/default/files/1_jan_abr2002.pdf> Acesso em: 15 outubro 2010.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GÓMEZ, S. ¿Nueva Ruralidad? Un aporte al debate. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 17, pp. 5-32, 2001. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/200110-005-032.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUANAIN, A.M.; SABATO, A.D.; BITTENCOURT, G. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 284p.

GUANZIROLI, C. E. O porque da Reforma Agrária. **Revista da Pós Graduação Em Economia da UFF**, Rio De Janeiro, v. 4, n. 1, p. 5-24, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v4n1/guanzirol.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

HAESBAERT, R. Território e identidade: O encontro entre “gaúchos” e nordestinos no Brasil. In: VI Encuentro de geógrafos de America Latina: Territorios en redefinición lugar e mundo em America Latina, Buenos Aires, 1997. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/764.pdf>> Acesso em: 01 julho 2011.

HALL, S. *A identidade cultura na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERMET, G. *Cultura e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2002.

HOUAISS, A.; VILLAR, M .S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE, *Censo Demográfico 2010*. População rural por gênero em diferentes escalas regionais. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>> Acesso em: 01 julho 2011.

INCRA, *Histórico do INCRA: reforma agrária*. Brasília: INCRA/MDA, 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=269&Itemid=289> Acesso em: 15 outubro 2010.

INCRA, *O Incra e o assentamento*. Brasília: INCRA/MDA, 2009. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=320&Itemid=140> Acesso em: 15 outubro 2010.

JEAN, B. Les territoires ruraux dans la modernité avancée et la recomposition des systèmes ruraux. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 18, pp. 5-27, 2002. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/200204-005-027.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

LAMARCHE, H. (Coord.) *A agricultura familiar: comparação internacional*. São Paulo: UNICAMP, 1993.

LEITE, S.P. *Agricultura familiar e reforma agrária como políticas de emprego*. Democracia Viva, Rio de Janeiro, v. 21, p. 16-23, 2004. Disponível em: <http://www.ibase.br/pubibase/media/ibase_dv_21_16a22.pdf> Acesso em: 15 outubro 2010.

LOPES, J. R. B. Prefácio a obra de; VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2003. pp. 21-28.

MACHADO, A. G.; CAUME, D. J. Novas funções e novas atividades como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. **Raízes**, Campina Grande, v. 27, n. 1, pp. 97-104, 2008. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_205.pdf> Acesso em: 15 outubro 2010.

MCLUHAN, H. M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1969, 407 p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, *Metodologia do trabalho científico*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, J. S. (Org.) *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

MARTINS, J. S. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. **Tempo Social**, São Paulo, USP, v. 11, n. 2, pp. 97-128, 2000. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v112/reforma_agraria.pdf> Acesso em: 15 outubro 2010.

MACIEL, M. C. *O individual e o coletivo nos assentamentos: entre o ideal e o real*. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, NUPEDOR/UNIARA/INCRA, n. 12, pp. 217-242, 2009. [impresso]

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao tema de segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas, v. 4, pp. 66-88, 1996. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/Contribuicao_ao_Tema_da_Seguranca_Alimentar_no_Brasil.pdf> Acesso em: 15 outubro 2010.

MALUF, R. S. Segurança alimentar e desenvolvimento econômico na América Latina: o caso do Brasil. **Economia Política**, São Paulo, v. 15, n. 57, pp. 134-140, 1995. Disponível em: < <http://www.rep.org.br/pdf/57-8.pdf> > Acesso em: 15 outubro 2010.

MARQUES, M. I. M. Entre o campo e a cidade: formação e reprodução social da classe trabalhadores brasileira. **Agrária**, São Paulo, n. 5, 2006. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/5/8_Marques_M_I_M.pdf> Acesso em: 15 outubro 2010.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, v. 18, n. 19, pp. 95-112, 2002. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/MARTA.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2007.

MATTEI, L. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Economia e Sociologia Rural**, Brasília, SOBER, v. 45, n. 4, pp. 1055-1073, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n4/a11v45n4.pdf> > Acesso em: 15 outubro 2010.

MEDEIROS, L. S. de; LEITE S. (Org.) *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MEDEIROS, L. S. de. As novas faces do rural e a luta por terra no Brasil contemporâneo. **Nômadias**, Bogotá, v. 20, p. 210-219, 2004. Disponível em: <<http://www.ucentral.edu.co/NOMADAS/nunme-ante/16-20/PdfsNomadas%2020/18-Leonilde.PDF>> Acesso em: 15 outubro 2010.

MEDEIROS, L. S. de. “Sem terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”: Considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: *¿Una nueva ruralidad en América Latina?*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, pp. 103-128, 2001. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/rural/medeiros.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: FÁVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R. (Org.) *Juventude e contemporaneidade*. Brasília: UNESCO/MEC/ANPEd, 2007, pp. 29-46.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006*. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/arquivos/2246122211.pdf>>. Acesso em: 15 outubro 2010.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *Estatísticas do meio rural 2008*. 3 ed. Brasília: DIEESE/NEAD/MDA, 2008. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anu/estatisticasMeioRural2008.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; FREITAS, M. N. Pesquisa e Agricultura Familiar: contribuição para o debate. **Raizes**, v. 1,2, p. 97-115, 2008. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_196.pdf> Acesso em: 15 outubro 2010.

NAIFF, L. A. M.; SÁ, C. P.; NAIFF, D. G. M. Preciso estudar para ser alguém: memória e representações sociais da educação escolar. **Paidéia**, São Paulo, v. 18, n. 39, pp. 125-138, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n39/v18n39a12.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.). *Geografia Agrária: teoria e poder*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 211-270.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP. 2001, vol.15, n.43, pp. 83-100, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

NEY, M. G.; HOFFMANN, R. A contribuição das atividades agrícolas e não-agrícolas para a desigualdade de renda no Brasil rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, USP, v. 12, n. 3, p. 365-393, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v12n3/v12n3a02.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

NORDER, L. A. C. Questão agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial. **Lutas e Resistências**, Londrina, v. 1, p. 107-120, 2006. Disponível em: < <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista1aedioao/lr107-120.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

NORDER, L. A. C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. "In": SCHNEIDER, S. (Org). *A diversidade da agricultura familiar*. 2 ed. Porto Alegre; UFRGS, 2009b. 59-84.

ORTEGA, A. C. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: Limites e potencialidades dos CONSADs. **Economia e Sociologia Rural**, Brasília, SOBER, v. 45, n. 2, pp. 275-300, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n2/03.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

PEREIRA, J. L. G. *Juventude rural: para além das fronteiras entre o campo e a cidade*. 2004. 178 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Sociedade e Agricultura) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Sociedade e Agricultura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PIETRAFESA, J. P. Agricultura familiar e reprodução social. **Sociedade e Cultura**, 3(1 & 2), 185-216, 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/463/446>> Acesso em: 15 outubro 2010.

PLOEG, J. D. V. D. O modo de produção camponês revisitado. "In": SCHNEIDER, S. (Org). *A diversidade da agricultura familiar*. 2 ed. Porto Alegre; UFRGS, 2009b. 15-58.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**. São Paulo, USP, vol. 15, n. 43, pp. 2001, 75-82. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a08.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SARTI, C. A. A família como ordem simbólica. **Psicologia**, São Paulo, v. 15, n. 3, pp. 11-28, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v15n3/24603.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

SARTI, C. A. Família e jovens: no horizonte das ações. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 11, n. 11, pp. 99-109, 1999. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE11/RBDE11_10_ESPACO_ABERTO_-_CYNTHIA_A_SARTI.pdf> Acesso em: 15 outubro 2010.

SARTI, C. A. A família como ordem moral. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 91, pp. 46-53, 1994. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/746.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade da agricultura familiar*. 2 ed. Porto Alegre; UFRGS, 2009a.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A.; KOPPE, L. R.; SILVA, C. C. e. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares no Rio Grande do Sul. "In": SCHNEIDER, S. (Org). *A diversidade da agricultura familiar*. 2 ed. Porto Alegre; UFRGS, 2009b. 139-166.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Política Agrícola**, Brasília, EMBRAPA, v. 16, n. 3, pp. 14-33, 2007. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/409.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

SCHNEIDER, S.; BLUME, R. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, pp. 109-135, 2004. Disponível em: < <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/392.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

SCHMITZ, H. ; MOTA, Dalva Maria da . Agricultura familiar: categoria teórica e/ou de ação política. **Fragmentos de Cultura (Goiânia)**, v. 18, p. 435-446, 2008. Disponível em: < <http://seer.ucg.br/index.php/fragmentos/article/download/622/491>> Acesso em: 15 outubro 2010.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R. O conceito de rural. In: *¿Una nueva ruralidad en América Latina?*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, pp. 67-79, 2001. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/rural/osorio.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD/MDA, 2001.

SILVA, M. E. S.; BARONE, L. A. Organização produtiva e associativismo em assentamentos rurais: Uma ação de resistência e permanência. In: IV Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, Campinas, 2009. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/A41.pdf>> Acesso em: 01 julho 2011.

SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E.; CAMPANHOLA, C. O que há realmente de novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, Embrapa, v. 19, n. 1, pp. 37-67, 2002. Disponível em: < <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v19/cc19n102.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

SOTO, W. H. G.; MUSZINSKI, L. A ideologia do MST na luta pela reforma agrária no Brasil. **Redes** (Santa Cruz do Sul). v. 13, n. 2, p. 129-143, 2008. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/303/545>> Acesso em: 15 outubro 2010.

SOUZA FILHO, H. M. ; BUAINAIN, Antônio Márcio ; GUANZIROLI, Carlos ; BATALHA, Mário Otávio . Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: XLII Congresso da Sober, 2004, Cuiabá. Anais do XLII Congresso da Sober, 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/09O442.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

SPANEVELLO, R. M. *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. 2008. 222 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TEDESCO, J. C.; TREMEA, O. Pensar o desenvolvimento local: O caso da agricultura do município de Casca. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, CEPEAC/UPF, v. 5, n. 10, p. 37-66, 1998. Disponível em: <http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n10_1998_art2.pdf> Acesso em: 15 outubro 2010.

TOUNNEAU, J.; AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: O dilema das políticas agrícolas. **Caderno de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, 2005, pp. 67-82. Disponível em: <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v22/v22n1p67.pdf>>. Acesso em: 15 outubro 2010.

VEIGA, J. E. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 20, n. 57, pp. 333-353, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a23v2057.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

VEIGA, J. E. A dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, v. 12, n. 1, pp. 71-94, 2004a. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/esa/art/200404-071-094.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 18, n. 51, pp. 51-67, 2004b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a03v1851.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

VEIGA, J. E. da. A relação rural/urbano no desenvolvimento regional. In: BOTELHO FILHO, F. B. (Org.), *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate*. **Cadernos do CEAM**, Brasília, UNB, v. 5, n. 17, pp. 9-22, 2005. Disponível em: <<http://e-groups.unb.br/ceam/neagri/PDF/Caderno%20CEAM/Caderno%2017.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

VEIGA, J. E. da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**. São Paulo, USP, vol.15, n.43, pp. 101-119, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

VEIGA, J. E. da. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia** (EMBRAPA), Brasília, DF, v. 13, n. 3, p. 383-404, 1996. Disponível em: <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v13/cc13n306.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

WALDIE, K. Los jóvenes y los medios de vida en las áreas rurales. **LEISA: Agroecología**, vol. 20, pp. 5-7, 2004. Disponível em: <http://latinoamerica.leisa.info/index.php?url=getblob.php&o_id=71479&a_id=211&a_seq=0> Acesso em: 15 outubro 2010.

WANDERLEY, M. de N. B. O agricultor familiar no Brasil: Um ator social da construção do futuro. **Agriculturas**, v. Especial, p. 33-46, 2009. Disponível em: <http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=getblob.php&o_id=238382&a_id=211&a_seq=0> Acesso em: 15 outubro 2010.

WANDERLEY, M. de N. B. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 1 e 2, pp. 82-98, 2004. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_3.pdf> Acesso em: 15 outubro 2010.

WANDERLEY, M. de N. B. A. A nova ruralidade no Brasil moderno: Por um pacto pelo desenvolvimento rural. In: *¿Una nueva ruralidad en América Latina?*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, pp. 31-44, 2001b. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: O “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ, v. 15, pp. 87-145, 2001a. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/200010-087-145.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

WEDIG, J. C.; MENASCHE, R. Entre o campo e a cidade: o lugar do consumo na mobilidade material e simbólica de jovens rurais. In: PINTO, M. L.; PACHECO, J. K. (Org.). *Juventude, consumo e educação*. Porto Alegre: ESPM, 2009, pp. 95-112.

WEISHEIMER, N. *A situação juvenil na agricultura familiar*. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

WEISHEIMER, N. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). *Juventude rural em perspectiva*, Rio de Janeiro: Maud X, pp. 237-252, 2007.

WEISHEIMER, N. *Juventudes rurais*: mapa dos estudos recentes. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. "In": SCHNEIDER, S. (Org). *A diversidade da agricultura familiar*. 2 ed. Porto Alegre; UFRGS, 2009b. 245-272.

KAGEYAMA, A. Mudanças no trabalho rural no Brasil, 1992-2002. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 51, n. 2, pp. 71-84, 2004. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-6.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

KAGEYAMA, A. Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992 e 2001. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 20, pp. 65-86, 2003. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V12-F1-S20/04-Kageyama.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

YAMIN, G. A.; MELLO, R. R. Um estudo de Caso para a compreensão da infância rural. In: II Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos: a pesquisa qualitativa em debate, 2004, Bauru. II Seminário Internacional de Pesquisa e estudos qualitativos: a pesquisa qualitativa em debate, 2004. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/IIsepeq/anais/pdf/gt5/02.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2010.

APÊNDICE

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS:

Assentamento: _____ Lote: _____ Fone: _____ Data: _____

1.1 Jovem:

Nome:							
Idade:	Sexo	Estado Civil	Filhos?	Quantos filhos?	Origem:	Origem (UF):	Posição de Nascimento em relação aos irmãos:
	() M () F	() Solteiro () Casado	() Sim () Não		() Rural () Urbana		

1.2 Cônjuge:

Nome:							
Idade:	Sexo	Estado Civil	Filhos?	Quantos filhos?	Origem:	Origem (UF):	Posição de Nascimento em relação aos irmãos:
	() M () F	() Solteiro () Casado	() Sim () Não		() Rural () Urbana		

1.3 Mora no mesmo lote dos pais? () Sim () Não

1.3.1 Condições de vida e trabalho:

- (1) Trabalha junto com os pais e mora na mesma casa
- (2) Trabalha junto com os pais e tem casa própria no mesmo lote
- (3) Trabalha junto com os pais e tem casa própria em outra área rural
- (4) Trabalha junto com os pais e tem casa própria em área urbana
- (5) Mora junto com os pais, mas trabalha em outro lote do assentamento
- (6) Mora junto com os pais, mas trabalha em outra área rural
- (7) Mora junto com os pais, mas trabalha na cidade
- (8) Família cedeu parte do lote para construir casa e trabalhar independentemente
- (9) Outro _____

1.4 A quanto tempo você mora (morou) no assentamento? _____

1.5 Quantos hectares possuía (ou possui) a propriedade da família? _____

1.6 Qual sua atividade profissional principal atualmente? _____

1.6.1 Ocupa-se em outras atividades? () Sim () Não

1.6.2 Quais? _____

2. FAMÍLIA:

2.1 Estado origem: Pai _____ Mãe _____

2.2 Formação? Pai _____ Mãe _____

(0) Analfabeto; (1) Alfabetizado; (2) Fundamental incompleto; (3) Fundamental completo; (4) Médio incompleto; (5) Médio completo; (6) Superior incompleto; (7) Superior completo; (9) Pós-graduado (10) Formação técnica

2.3 A quanto tempo seus pais moram no assentamento? _____

2.4 Como chegaram ao assentamento:

(1) Movimento social - Qual? _____

(2) Sindicato

(3) Outro: _____

2.5 Onde a família morava antes? Município: _____ Estado: _____

2.5.1 Gostava mais de lá? () Sim () Não, Por quê? _____

2.6 Trabalhavam com o que antes de entrar no assentamento? Pai _____; Mãe _____.

(1) Agricultura; (2) Pecuária; (3) Hortifruticultura; (4) Comércio no rural; (5) Comércio no urbano; (6) Serviços em geral no rural (7) Serviços em geral no urbano (8) Outros _____

2.7 A casa era de alvenaria? () Sim () Não – Qual o estado dela:

Muito ruim	Ruim	Razoável	Boa	Muito boa

2.8 Possuíam algum outro imóvel? () Sim () Não – Onde:

(1) Na cidade

(2) Em outra área rural

(3) No mesmo assentamento

2.9 Possuíam carro? () Sim () Não – Qual o estado dele:

Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom

2.10 Religião? Pai _____ Mãe _____ Sua _____

2.10.1 Tem igreja no local? () Sim () Não;

2.10.2 Caso não, se deslocam para outra localidade? () Sim () Não

2.10.3 Onde? _____

2.10.4 Frequentavam a igreja:

Nunca	Muito pouco	Pouco	Muito	Sempre

2.10.5 Existia grupo de jovens? () Sim () Não

2.10.6 Participava das atividades? () Sim () Não

2.11 Existiam eventos festivos? () Sim () Não

2.11.1 Você ajudava na organização da festa? () Sim () Não; Participava da festa?

() Sim () Não

2.11.2 A família ajudava na organização da festa? () Sim () Não; Participava da festa?

() Sim () Não

2.12 Existia feira? () Sim () Não

2.12.1 A família ajudava na organização da feira? () Sim () Não; Participavam da feira?

() Sim () Não

2.13 Como era o lazer da família?

(1) Em casa com filhos

(2) Na casa de parentes

(3) Na casa de amigos

(4) Eventos culturais, igreja, etc...

(5) Ir a cidade

(6) Apenas trabalho

(7) Outro _____

2.13.1 Você sempre estava presente no lazer em família? () Sim () Não

2.14 As compras de supermercado eram feitas: () Família () Outros

2.14.1 Se pela família, acompanhava seus pais nas compras na cidade? () Sim () Não

2.14.2 Gostava? () Sim () Não

2.15 Existia uma associação no assentamento? () Sim () Não

2.15.1 Seus pais participavam? () Sim () Não

2.15.2 Participavam da diretoria dessa associação? () Sim () Não

2.15.3 Você participava de alguma forma da associação? () Sim () Não

2.15.4 Participa hoje de alguma forma da associação? () Sim () Não

2.16 Produção lote:

Culturas	Destino Produção				
	Comercialização Total (%)		Comercialização Parcial (%)		Consumo próprio (%)
	Associação	Conta própria	Associação	Conta própria	

2.17 Seus pais tinham emprego fora da propriedade? () Sim () Não – Pai:____; Mãe:____;

(1) Prestação de serviços na área rural; (2) Prestação de serviços na área urbana; (3) Emprego assalariado na área rural; (4) Emprego assalariado na área urbana; (5) Outros_____

2.18 Nível de mecanização na produção:

- (1) Nenhum
- (2) Trator
- (3) Grade
- (4) Roçadeira
- (5) Pulverizador
- (6) Plantadeira
- (7) Colheitadeira
- (8) Tração animal
- (9) Ferramentas e equipamentos manuais
- (10) Outros _____

2.18.1 O maquinário/equipamento utilizado era: () Próprio () Terceiros

2.19 Contratavam mão-de-obra não-familiar no lote? () Sim () Não

2.19.1 Era: () Temporário () Permanente

2.19.2 Para fazer o que? _____

2.20 Arrendavam alguma parte da área? () Sim () Não

2.20.1 Quantos hectares? _____.

2.20.2 Produziam o que? _____

2.21 Arrendavam de alguém para produzir? () Sim () Não

2.21.1 Quantos hectares? _____.

2.21.2 Produziam o que? _____

2.22 Possuía outra área rural além desta? () Sim () Não

2.22.1 Onde? _____

2.22.2 Produziam algo? () Sim () Não

2.22.3 O que? _____

2.22.4 A família trabalhava lá também? () Sim () Não

2.23 Investimento nos últimos anos:

- (1) Maquinário agrícola
- (2) Construção benfeitorias
- (3) Compra de novas áreas de terra
- (4) Compra de terreno na área urbana
- (5) Compra de casa na área urbana
- (6) Outros _____
- (7) Não houveram

3 MEIOS DE COMUNICAÇÃO

3.1 Meios de comunicação utilizados:

	É importante?*	Possuía?	Usava**:	Possui?
Televisão				
Rádio				
Internet				
Telefone				

*(1) Não é importante (2) Pouco importante; (3) Indiferente; (4) Importante; (5) Muito importante;

** (1) Nunca; (2) Muito pouco; (3) Pouco; (4) Bastante; (5) Sempre.

3.2 O que costuma ler?

- (1) Jornal
- (2) Revistas
- (3) Livros
- (4) Boletins técnicos
- (5) Não faz(ia) qualquer leitura
- (6) Outros _____

3.2.1 Que informações geralmente busca?

- (1) Novas técnicas de produção
- (2) Uso de produtos químicos
- (3) Comercialização
- (4) Métodos de gestão
- (5) Outras oportunidades de trabalho
- (6) Outros _____

4 ESCOLA

4.1 Formação do jovem:

- (1) Analfabeto
- (2) Alfabetizado
- (3) Fundamental incompleto
- (4) Fundamental completo
- (5) Médio incompleto
- (6) Médio completo
- (7) Superior incompleto
- (8) Superior completo – Porque voltou? _____
- (9) Pós-graduação – Porque voltou? _____
- (10) Formação técnica – Em que? _____

4.2 A escola que frequentava ficava na zona: () Rural () Urbana

4.2.1 Quanto tempo demorava para chegar a escola: Ensino fundamental:____; Ensino médio:____.

4.2.2 Gostava de estudar? () Sim () Não

4.2.2.1 Por quê? _____

4.2.3 Aprendia sobre a vida no campo na escola? () Sim () Não

4.2.3.1 Gostaria que ensinassem algo sobre a vida no campo? () Sim () Não

Por quê? _____

4.2.4 O que mais gostava na escola:

- (1) Professores
- (2) Amigos
- (3) Momentos de lazer
- (4) Estudar
- (5) Não gostava de nada

4.2.5 Você tinha amigos que moravam na cidade na sua escola? () Sim () Não

4.2.5.1 Se relacionava melhor com eles do que os jovens do campo? () Sim () Não

4.2.5.2 Por quê? _____

4.2.6 Os professores eram de origem do: () Rural () Urbana

4.2.6.1 Quantos eram do campo, e quantos da cidade em % _____

4.3 Quer continuar estudando? () Sim () Não

4.3.1 Porque/Onde? _____

4.3.2 Pretende voltar para o campo junto da família depois de formado? () Sim () Não

4.3.2.1 Por quê? _____

4.4 Você acha que educação é importante para o trabalho no campo? () Sim () Não

4.4.1 Por quê? _____

4.5 Gostaria que seus filhos estudassem na escola do campo? () Sim () Não

4.6 O quanto seus pais incentivavam você a estudar?

Nunca	Muito pouco	Pouco	Bastante	Sempre

4.7 O que você queria ser quando crescer?

- (1) Agricultor familiar
- (2) Agricultor não-familiar
- (3) Outro _____

4.8 O que seus pais esperavam de você para seu futuro profissional?

- (1) Continuar na agricultura familiar com a família
- (2) Continuar na agricultura familiar mesmo que em outra área, ou cedida pelos pais
- (3) Trabalhar em alguma grande área de produção
- (4) Trabalhar em qualquer coisa que não seja no campo
- (5) Estudar para voltar para o campo com mais conhecimento
- (6) Estudar para conseguir algo melhor fora do campo
- (7) Outro _____

5 TRABALHO

5.1 Gostava do trabalho no campo? () Sim () Não

5.1.1 Caso não:

- (1) Achava muito penoso
- (2) Ganha pouco dinheiro
- (3) Os pais não aceitavam sua opinião
- (4) Sempre sonhou em trabalhar na cidade
- (5) Outro _____

5.2 Ajudava os pais no trabalho do lote? () Sim () Não

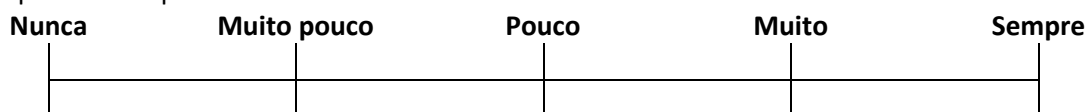
5.2.1 Caso não:

- (1) Não gostava
- (2) Seus pais lhe permitiam apenas estudar
- (3) Preferia ficar brincando
- (4) Sempre encontrava uma forma de ir para a cidade
- (5) Outro _____

5.3 Seus pais cediam uma parte do lote para você trabalhar o que quisesse? () Sim () Não

5.3.1 Gostaria que eles tivessem cedido? () Sim () Não

5.4 O quanto seus pais incentivavam você a trabalhar no lote:



5.4.1 Algum irmão recebe mais incentivo dos pais para o trabalho no campo? () Sim () Não

5.4.2 Qual/Por quê? _____

5.5 Chegou a trabalhar fora da propriedade? () Sim () Não

5.5.1 Trabalho:

- (1) Agrícola em vizinhos
- (2) Agrícola de grande porte
- (3) Não-agrícola na área rural
- (4) Não-agrícola na área urbana

5.6 O quanto seus pais apoiavam você nesse trabalho externo:

- (1) Nunca
- (2) Muito pouco
- (3) Pouco
- (4) Bastante
- (5) Sempre

5.7 Você acha que se seus pais pudessem começar a vida novamente, escolheriam:

- (1) Ser agricultor familiar
- (2) Ser agricultor de grande porte
- (3) Qualquer coisa que não agricultor familiar

5.8 Você queria continuar o trabalho dos seus pais aqui no lote? () Sim () Não

5.9 Grau de participação no controle financeiro do lote, entradas e saídas de dinheiro:

Não participa	Raramente	Pouco	Muito	Sempre

5.10 Grau de participação nas decisões do lote, na produção:

Não participa	Raramente	Pouco	Muito	Sempre

5.11 Grau de participação nas decisões do lote, na comercialização:

Não participa	Raramente	Pouco	Muito	Sempre

Recebia ajuda do governo? (Bolsa família, etc...) () Sim () Não

6 FATORES DE ATRAÇÃO E DE EXPULSÃO

6.1 Você gostava do campo? () Sim () Não

6.2 Ainda gosta? () Sim () Não

6.2.1 Por quê:

(1) Por causa do trabalho

(2) Por causa do ritmo de vida

(3) Por causa das pessoas

(4) Outro _____

6.3 Você queria morar no campo? () Sim () Não

6.3.1 Por quê:

(1) Por causa do trabalho

(2) Por causa do ritmo de vida

(3) Por causa das pessoas

(4) Outro _____

6.4 Pretende continuar morando (ou voltar a morar)? () Sim () Não

6.5 O campo tinha tudo o que você precisava? () Sim () Não

6.5.1 O que faltava:

(1) Mais pessoas

(2) Educação

(3) Lazer

(4) Saúde

(5) Outro _____

6.6 Moraria em outro lugar? () Sim () Não

6.6.1 Onde:

- (1) Outro estado na área urbana
- (2) Outro estado na área rural
- (3) Outra cidade no estado em área urbana
- (4) Outra cidade no estado em área rural

6.7 Você gosta da cidade? () Sim () Não

6.7.1 Por quê:

- (1) Por causa do trabalho
- (2) Por causa do ritmo de vida
- (3) Por causa das pessoas
- (4) Outro _____

6.8.2 Gostaria de morar na cidade? () Sim () Não

6.8.3 Por quê:

- (1) Por causa do trabalho
- (2) Por causa do ritmo de vida
- (3) Por causa das pessoas
- (4) Outro _____

6.9 O que você mais fazia quando estava em casa, classifique por importância (1 melhor, 2 segundo melhor...):

- () Brincava
- () Estudava
- () Trabalhava
- () Assistia TV
- () Acessava internet
- () Outro _____

6.10 Você tinha parentes ou irmão(ã) mais velho(a), no assentamento? () Sim () Não

6.10.1 Em outra área rural que não esta? () Sim () Não

6.10.2 E na cidade? () Sim () Não

6.10.3 Quem você preferia visitar: () Parentes rurais () Parentes urbanos

6.10.3.1 Por quê? _____

6.11 Onde você se sentia mais a vontade, classifique por importância (1 melhor, 2 segundo melhor...):

- () Em casa com a família
- () Com os amigos no campo
- () Com os amigos na escola
- () No trabalho
- () Na cidade
- () Outro _____

6.12 O que você fazia para se divertir, classifique por importância (1 melhor, 2 segundo melhor...):

- () Visitar amigos e parentes em outros lotes ou áreas rurais próximas
- () Ficar com a família
- () Jogar bola e atividades interativas com amigos
- () Ficar na escola com amigos
- () Ir a eventos festivos locais
- () Ir a cidade _____
- () Outros _____

6.13 Já dirigia? () Sim () Não

6.13.1 Já possuíam veículo próprio? () Sim () Não

6.13.2 Usava o carro geralmente para ir aonde, classifique por importância (1 melhor, 2 segundo melhor...):

- () Para trabalho no campo
- () Ir nos parentes e amigos do campo
- () Ir nos parentes e amigos da cidade
- () Fazer compras na cidade
- () Outro _____

6.14 Já era alistado? () Sim () Não

6.14.1 Pretendia servir? () Sim () Não

6.14.2 Por quê, opções:

- (1) Para ter independência da família
- (2) Para não trabalhar no campo
- (3) Para engajar
- (4) Para ter uma renda
- (5) Outro _____

6.15 É importante o assentamento ser localizado perto da cidade?

Não importante	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante

6.15.1 Motivos, classifique por importância (1 melhor, 2 segundo melhor...):

- () Facilita a comercialização
- () Facilita o escoamento da produção
- () Acesso a educação
- () Acesso a saúde
- () Acesso a lazer
- () Outros _____

6.16 Emprego com carteira assinada é importante?

Não importante	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante

6.16.1 Motivos, classifique por importância (1 melhor, 2 segundo melhor...):

- () Para aposentadoria
- () Para conseguir crédito
- () Para ser reconhecido socialmente pela empresa que trabalha
- () Vida assalariada é mais fácil
- () Outro _____

6.16.2 Tem algum emprego com carteira assinada? () Sim () Não

6.16.3 Já teve? () Sim () Não

7 MULTIFUNCIONALIDADE E PLURIATIVIDADE

7.1 Processava alguma das culturas para comercialização? () Sim () Não

7.2 Qual (is)? _____

7.3 Faziam mutirão para plantio/colheita? () Sim () Não

7.4 Exerciam atividades não-agrícolas:

- (1) Nenhum
- (2) EcoTurismo ou AgroTurismo
- (3) Artesanato
- (4) Caça
- (5) Lazer de outra natureza
- (6) Outras _____

7.5 Considera importante a possibilidade de morar no campo e poder trabalhar na cidade?

Não importante	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante

7.5.1 Motivos, opções:

- (1) Aproveitar a vida tranquila do campo sem dispensar as facilidades urbanas
- (2) Queria continuar morando com a família, mas ter sua própria renda
- (3) Aproveitar a vida tranquila do campo, mas ter sua própria renda
- (4) Queria continuar morando com a família sem precisar dispensar as facilidades urbanas
- (5) Outros _____

7.5.1.1 Mantém a mesma opinião hoje? () Sim () Não

7.6 Considera importante a possibilidade de morar no campo e poder trabalhar no campo em atividades não-agrícolas?

Não importante	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante

7.6.1 Motivos, opções:

- (1) Gosta do campo, mas não gosta do trabalho agrícola e nem da cidade
- (2) Queria continuar morando com a família, mas ter sua própria renda
- (3) Outros_____

7.6.1.1 Mantêm a mesma opinião hoje? () Sim () Não

7.7 Vê outras possibilidades de trabalho no campo que não aquelas puramente agrícolas? () Sim () Não

7.7.1 Quais? _____